

A verdade

Uma introdução à verdade através da sua prática

Kai Froeb

Sobre esta tradução

Esta tradução foi feita automaticamente com IA e ainda não foi totalmente revista por uma pessoa. Caso encontre erros, por favor comunique-os para feedback@reflexivitypress.com. Quem tiver comprado o livro e nos comunicar erros receberá gratuitamente a versão corrigida em formato e-book.

Autor

Kai Froeb

https://kai.froeb.net

Editora

Reflexivity Press

Lisboa

Edição Kai Froeb

Versão mais recente e correções: https://reflexivitypress.com/pt/livros/froeb-wahrheit

Comentários: feedback+pt.wahrheit.v1.10.54@reflexivitypress.com

Capa: © Reflexivity Press, Kai Froeb.
https://reflexivitypress.com/pt/sobre-nos/linguagem-visual/

Publicação

2026-11-21

Tradução: 2026-11-25

Versão 1.10.54

Typeset with LaTeX (LuaHBTeX, Pandoc + Eisvogel)

Nota sobre a génese

Escrito com o modelo de linguagem Claude (Anthropic). A conceção, o conteúdo e a responsabilidade cabem ao autor. A tradução foi feita com o apoio de modelos de linguagem de IA. Como se trabalhou descreve-o o ensaio "A filosofia na era das máquinas que escrevem": https://reflexivitypress.com/pt/sobre-nos/maquinas-que-escrevem/

© Copyright 2026 by Reflexivity Press, Lisboa.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, distribuída ou disponibilizada ao público sem autorização prévia e por escrito da editora, salvo nos casos previstos em lei (Lei n.º 9.610/98; Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos).

Treinamento de IA: expressamente permitido (ZMC 1.4, Seção 11).

Zero Marginal Cost License 1.4 (ZMC 1.4)

Resumo em linguagem acessível

O que não tem custo marginal não deveria ter barreiras.

Você pode

- **Ler, baixar e copiar** a obra gratuitamente.
- **Compartilhar digitalmente a obra sem alterar seu conteúdo, para fins não comerciais**, indicando o autor, a fonte e a licença.
- Converter o formato do arquivo e realizar adaptações técnicas necessárias à acessibilidade, sem modificar o conteúdo.
- **Imprimir ou encomendar exemplares individuais e presenteá-los** para uso pessoal e não comercial; os custos diretos podem ser reembolsados sem acréscimo ou lucro.
- **Traduzir a obra** para uso próprio, pessoal, não público e não comercial.
- **Espelhar a obra inalterada** em acesso aberto: sem fins comerciais, com versão, data e referência à versão atual.
- Utilizar individualmente a obra para educação e pesquisa e citá-la, para fins não comerciais, segundo os padrões acadêmicos, sem substituir a obra por uma coletânea de trechos.

Condições

O uso deve permanecer **não comercial**. Em caso de compartilhamento público, devem ser informados, sempre que razoavelmente possível, **o autor, a fonte e a licença**. **Somente o titular dos direitos pode licenciar a obra novamente ou publicar novas versões.** Você não pode impor restrições legais ou técnicas adicionais nem sugerir que o autor ou a editora endossam seu uso.

Todos os demais direitos reservados

Esta licença permite exclusivamente os usos expressamente indicados. Qualquer uso além dessas permissões exige autorização específica do titular dos direitos, salvo se já for permitido por lei.

As permissões legais e os direitos à remuneração permanecem preservados. Materiais de terceiros podem estar sujeitos a condições próprias.

Importante: Este resumo é apenas informativo e não constitui uma licença independente. Vale o texto integral da **ZMC 1.4**:

https://reflexivitypress.com/pt/zmc/



Sobre o autor

Kai Froeb (nascido em 1963) é um filósofo e especialista em informática alemão que vive em Portugal. O seu trabalho associa mais de trinta e cinco anos de investigação sistemática sobre Hegel às possibilidades da inteligência artificial, desenvolvendo uma nova forma de colaboração filosófica.

O seu pensamento é radicalmente interdisciplinar. Estudou Matemática e Informática na Universidade de Erlangen-Nuremberga, Gestão de Empresas na EBS, bem como Estudos Culturais e Direito na Universidade a Distância de Hagen. Paralelamente, dedicou-se intensamente à Filosofia, à Sociologia e à História no âmbito de um Studium generale. Conduziu deliberadamente os seus estudos sem os orientar para a obtenção de graus académicos, a fim de preservar a liberdade de um percurso independente de pensamento e investigação para além das fronteiras disciplinares da universidade.

Desde o final da década de 1990, Froeb dirige **hegel.net**. Disponível em doze línguas, o site figurou durante muitos anos entre os primeiros resultados das pesquisas internacionais sobre Hegel no Google e tornou-se um dos principais recursos da Internet dedicados à filosofia de Hegel. É provavelmente, ainda hoje, o mais extenso site multilingue dedicado a Hegel na Internet.

No contexto de **hegel.net** e de **hegel-system.de**, Froeb constituiu também um amplo arquivo de fontes livremente acessível ao público. Só a coleção em língua alemã disponibiliza gratuitamente para descarregamento 506 edições originais digitalizadas de obras de Hegel e dos hegelianos do século XIX. A estas juntam-se coleções noutras línguas, incluindo 19 obras originais em inglês.

Mais de quarenta anos de experiência em programação desde 1980 constituem outro fundamento metodológico do seu trabalho. O seu primeiro programa foi uma reimplementação do ELIZA, de Joseph Weizenbaum: fecha-se assim o círculo que conduz das primeiras experiências com inteligência artificial à atual colaboração produtiva com Claude. Froeb utiliza os seus conhecimentos informáticos não apenas como recurso técnico, mas também como instrumento

de pensamento: analisa estruturas sociais e filosóficas com a precisão de um arquiteto de software.

Froeb desenvolve uma obra filosófica autónoma que se insere na tradição de Hegel, procurando, contudo, prossegui-la nas condições do presente. No seu centro encontra-se uma abordagem performativa própria da verdade, que constitui o fundamento comum dos seus livros filosóficos. A verdade não surge neles apenas como objeto de afirmações, mas como um movimento que tem também de se comprovar na própria forma do pensamento e da exposição.

O seu objetivo é a desmistificação através da clarificação conceptual: penetrar pelo pensamento todos os limites, incluindo os daquilo que inicialmente parece inacessível. Na sua obra, a forma segue o conteúdo: a estrutura, os conceitos e o método orientam-se pela própria matéria. Ao mesmo tempo, procura a acessibilidade: apresentar uma filosofia exigente com a maior clareza possível, no espírito da melhor tradição científica anglo-americana, sem a simplificar.

O seu motivo orientador é a fórmula de Hegel: «O verdadeiro é o todo» — a procura de uma integração que não tenha de reprimir nada.

Zur Herkunft der Frage

In Belgien war ich der Deutsche, in Deutschland derjenige, der schlecht Deutsch sprach, weil er woanders aufgewachsen war. Ich habe viel gelesen. Ob ich las, weil ich Außenseiter war, oder Außenseiter blieb, weil ich las, kann ich nicht sagen.

In meine Schule in Belgien gingen Kinder aus vielen Ländern; die Stadt war Sitz europäischer Firmenzentralen. Zu Hause gab es Dinge, die man nach außen nicht erzählte, und ich habe sie ausgesprochen — weniger aus Trotz als aus Neugier darauf, warum sie unter der Decke bleiben sollten.

Als Redakteur einer Schülerzeitung abonnierte ich die Nachrichtendienste der veschiedenen deutschen Parteien, damals noch auf Papier. Dieselben Ereignisse, in jedem Dienst ein anderes Ereignis. Mehr als die Unterschiede beschäftigte mich, wie wenig die Fakten dabei zu stören schienen.

Im Religionsunterricht kam nur das Christentum vor. Die anderen Religionen habe ich mir selbst angesehen, dann alternative Weltbilder, konkurrierende physikalische Theorien, verschiedene Geschichtswissenschaften bis zu denen, die den Begriff der Geschichte bestreiten. In Gesprächen an politischen Ständen und an Haustüren stellte sich dabei immer dieselbe Frage: Womit fängt man an, wenn der andere die eigene Grundlage nicht teilt? „So steht es geschrieben“ erreicht niemanden, der die Schrift nicht anerkennt. „Das ist erwiesen“ erreicht niemanden, der der Instanz misstraut, die es erweist.

In der Mittelstufe fiel mir auf, dass sich vieles von dem, was ich gelesen hatte, widersprach. Seither suche ich die Perspektive, aus der es sich zusammendenken lässt.

Die Frage ist seitdem größer geworden. Bei Covid, beim Krieg in der Ukraine, in den Echokammern der Netze: Wer der einen Seite nicht glaubt, glaubt damit noch nicht der anderen. Woran hält man sich dann?

Jeder tut es täglich. Man prüft, verwirft, bleibt bei etwas. Die Frage ist, woran.

ÍNDICE

Que tipo de livro é este 1

Prefácio 3

Parte I: O que já fazemos 5
Capítulo 1: Você está verificando agora se isto é verdadeiro 5
Capítulo 2: Você não pensa no vácuo 7
Capítulo 3: Você já traz tudo consigo — A atividade oculta do conhecer 9
3.1 A sinfonia oculta 9
3.2 A ampliação dos nossos sentidos 11
3.3 O agir como fonte de conhecimento 11
3.4 A suprassunção de velhas disputas 12
Capítulo 4: Pré-juízos como pontos de partida produtivos 12
Capítulo 5: Como do múltiplo se faz um — O princípio vivo do elefante 16
Capítulo 6: O todo vivo 20
6.1 O computador que de repente está “morto” 20
6.2 O time que funciona — ou justamente não 20
6.3 A melodia que não está nas notas 21
6.4 Sua própria vida — mais que acontecimentos 21
6.5 O elefante como todo vivo 21
6.6 Emergência — quando surge o novo 22
6.7 O significado prático 22
6.8 De volta ao princípio do elefante 23
Capítulo 7: Quando algo se contradiz 23
Capítulo 8: Tudo tem de combinar — O princípio vivo do detetive . . 25
8.1 A estrutura universal da coerência 25
8.2 Salvar os fenômenos 26
8.3 O enigma do acidente de trânsito 26
8.4 Quando surgem resistências 27
8.5 A revolução científica como trabalho de detetive 28
8.6 A coerência viva 28
Capítulo 9: Os diferentes tipos de indícios 29
9.1 A sabedoria da competência inconsciente 29
9.2 As diferentes qualidades de pistas 30
9.3 Detetives do cotidiano — suas próprias regras práticas . . . 30
9.4 A arte da integração 30
9.5 Quando fontes se contradizem 31

9.6 O trabalho de detetive refletido 32
9.7 Contra duas unilateralidades 32

Parte II: O que concordância significa **33**
Capítulo 10: A comparação que não é uma — Como coerência e correspondência se encontram 33
10.1 O dilema aparente 33
10.2 A separação aprendida entre interior e exterior 34
10.3 Tudo com que verificamos 35
10.4 A comparação que realmente acontece 36
10.5 Verificamos agindo 38
10.6 A coisa é mais que nossa imagem atual 39
10.7 A resistência como indicador de caminho 41
10.8 Como coerência e correspondência trabalham juntas . . . 41
10.9 Por que essa compreensão é libertadora 42
10.10 A aplicação prática 43
Capítulo 11: O que repele — e o que modificamos nisso 44
11.1 Quão diversamente a resistência se anuncia 44
11.2 Quem verifica, modifica 46
11.3 A retroalimentação 47
11.4 Quando a resistência é removida 48

Parte III: Verificar diversamente **51**
Capítulo 12: Os diferentes âmbitos da realidade 51
12.1 O que é e quem somos 51
12.2 O que é feito e o que não é 51
12.3 Como a verdade se comprova diversamente 52
12.4 O erro de categoria 53
12.5 Distinguir sem separar 53
Capítulo 13: Compreender o que foi feito 54
13.1 Você interpreta o tempo todo 54
13.2 O fim 54
13.3 Como se fala de verdade a propósito de textos diferentes . 55
13.4 As perguntas sem as quais se estaria cego 56
13.5 Onde a reconstrução não basta 56
13.6 O todo de uma obra 57
Capítulo 14: Quando o coração pensa e a cabeça sente 58
14.1 A contradição que remete à unidade 58
14.2 O que o sentimento realiza e onde ele engana 59
14.3 Como a contradição se resolve 59

Parte IV: Formar e defender o checar **61**
Capítulo 15: Ciência e mudança de paradigma 61
15.1 Um checar que checa a si mesmo 61

15.2 O que constitui o método 62
15.3 Quando todo o edifício vacila 62
15.4 Razoável também na ruptura 64
Capítulo 16: Por que checar liberta 65
16.1 O que o compreender torna possível 65
16.2 Checar em conjunto 66
16.3 Quem engana precisa impedir o checar 66
Capítulo 17: Quando em nome da verdade se impede o checar . . . 67
17.1 Pensamento de campos 67
17.2 Em nome do bem 68
17.3 Princípios invertidos 69
17.4 Como se reconhece a checagem invertida 69
17.5 Verdadeiro por dentro, falso por fora 70
17.6 Quando o Estado conduz o checar 71
17.7 Condução na pandemia 73
17.8 Capaz de se defender, sem tombar 74
17.9 Cidadãos maduros em vez de ministérios da verdade . . . 75
Capítulo 18: Quando o próprio método é falsificado 76
18.1 A falsificação do fundamento 76
18.2 Como a falsificação procede 76
18.3 Como você reconhece a falsificação 77
18.4 A falsificação lá fora 78
18.5 Quando a análise se torna trava 79
Capítulo 19: Calibração 80
19.1 O que você sabe sobre países estrangeiros 80
19.2 Quando toda afirmação procede 82
19.3 Propaganda 83
19.4 O primeiro nível: checar afirmações isoladas 84
19.5 O segundo nível: a distribuição 86
19.6 Quando ninguém censura e mesmo assim se filtra 87

Parte V: A verdade como processo **91**
Capítulo 20: Verdade e processo da verdade 91
20.1 O que significa “O verdadeiro é o todo” 91
20.2 A verdade como processo 92
20.3 A esteira e a outra infinitude 93
20.4 Muitos caminhos, uma direção 94
Capítulo 21: Este texto faz o que diz? 95
21.1 O caminho 95
21.2 O teste 96
21.3 Para onde se segue 98

Apêndice A: O que as teorias da verdade viram **99**
A1 Introdução: Uma velha disputa 99

A2 Como a disputa surgiu 100
Diferentes momentos da mesma busca 100
Por que cada vez um se tornou a medida 100
A3 O ceticismo pirrônico: reter o juízo 100
A4 Teoria da correspondência: a resistência mostra a direção 102
A5 Teoria da coerência: o sistema precisa estar coerente 102
A6 Pragmatismo: os frutos mostram a árvore 103
A7 Teoria do consenso: a busca comum como critério de verdade . . 104
A8 Kant: O limite visto de dentro 105
A9 Depois de Kant: valer em vez de concordar 107
A10 Construtivismo: criamos a nossa realidade 109
A11 A virada pragmático-linguística: Wittgenstein, Austin, Strawson . 109
Verdade como jogo de linguagem 109
As regras do jogo da verdade 110
A12 Heinrichs: o conceito quádruplo de verdade 110
A13 As precisões analíticas: do predicado de verdade ao pluralismo da verdade 112
Tarski: precisão para o caso especial formal 113
Deflacionismo: o predicado fino e a prática densa 113
Truthmakers: a resistência recebe um nome 114
Pluralismo alético: a vizinhança analítica dos domínios 114
Um vizinho metodológico: a calibração bayesiana 115
A14 A Teoria Crítica: verdade e libertação 115
O que Horkheimer e Adorno viram 115
Por que a busca da verdade liberta 116
O que fica e onde este livro vai além 116
A15 O que cada posição viu 116
Os momentos e sua absolutização 116
Por que isso não é ecletismo 117
Por que isso não é busca de harmonia 117
A16 O princípio do elefante aplicado à história da filosofia 118
O paralelo 118
O elefante 118
A prova do próprio método 118
A17 Consequências práticas: da disputa à cooperação 119
Para a compreensão da história da filosofia 119
Para a discussão atual 119
Contra a guerra de campos filosófica 119
A18 A tradição como recurso vivo 119
O que esta revisão realiza 119
A tradição viva 120
A tarefa 120

Anexo B: busca da verdade e a lógica de Hegel — uma elucidação recíproca **121**
B1 Por que este anexo? . . . 121
B2 Os três níveis: ser — essência — conceito . . . 121
Lógica do ser: a experiência imediata . . . 121
Lógica da essência: as estruturas de reflexão . . . 122
Lógica do conceito: a autodeterminação . . . 123
B3 Temas-chave em detalhe . . . 124
O aparecer e o refletir . . . 124
Fenômeno e realidade efetiva . . . 124
As três formas da fundamentação . . . 125
Suprassunção . . . 126
B4 Convergências metodológicas . . . 126
Autoaplicação performativa . . . 126
Desenvolvimento em vez de definição . . . 126
Completude sistemática . . . 127
“O verdadeiro é o todo” . . . 127
Má e verdadeira infinitude . . . 128
B5 Onde os textos procedem de modo diferente . . . 128
Hegel: sistemático-especulativo . . . 128
Este texto: performativo-prático . . . 128
B6 O que podemos aprender de Hegel (sem nos tornarmos hegelianos) 129
B7 O que Hegel poderia aprender deste texto . . . 129
B8 Conclusão: elucidação recíproca . . . 129

Anexo C: evidências **131**
Sobre o capítulo 15 . . . 131
Sobre o capítulo 17 . . . 131
Sobre o capítulo 18 . . . 135
Sobre o capítulo 19 . . . 135
Sobre o Anexo A: ceticismo pirrônico . . . 136
Sobre o Anexo A: Kant . . . 136
Sobre o Apêndice A: Heinrichs . . . 137

Glossário **139**
Indicações para o uso . . . 139
Autorreferência . . . 139
Calibração . . . 140
Certeza . . . 140
Coerência . . . 141
Completude viva . . . 142
Comprovação . . . 142
Conhecer . . . 143
Conhecimento . . . 143
Consistência performativa . . . 143

Contradição 144
Correspondência 144
Economia de checagem 145
Experimento 146
Falsificação do fundamento 146
Formas de verdade 147
Imunização 147
Integração 148
Interpretação 148
Inversão 149
Mudança de paradigma 150
Pensamento de campos 150
Performativo 151
Perspectiva 152
Pluralismo orientado 152
Pré-juízo 153
Princípio do detetive 153
Princípio do elefante 154
Processo da verdade 154
Resistência 155
Salvação dos fenômenos 156
Suprassunção 157
Trilema de Münchhausen 157
Verdade 158

QUE TIPO DE LIVRO É ESTE

Este livro não afirma nada sobre o pensar que não possa ser verificado no próprio pensar. Essa é a sua maneira de ser construído, e ela tem consequências para a leitura.

O livro não explica a verdade de fora, mas conduz você pelo processo que já se enactua sempre que você verifica algo, e torna explícito o que nele acontece. É por isso que há experimentos no texto. Nos mais importantes deles decide-se se o que está escrito aqui procede; os demais mostram como um pensamento se apresenta no próprio fazer.

Os capítulos se constroem uns sobre os outros: cada um pressupõe o anterior. Os experimentos raramente duram mais de um minuto; o que eles devem mostrar só se mostra a quem os executa.

O texto não se apoia em autoridades nem pressupõe nada que não desenvolva. Quando um capítulo remete adiante, seu argumento se sustenta também sem a antecipação. Um texto sobre a verdade que se apoiasse no que já é reconhecido teria errado o seu tema.

Os apêndices. Como o percurso deste livro se relaciona com as conhecidas teorias da verdade — correspondência, coerência, consenso, pragmatismo e as demais —, está no Apêndice A. Como se relaciona com a Lógica de Hegel, no Apêndice B. Ambos ficam no fim porque a parte principal deve dispensá-los; quem os ler primeiro não perde nada. O Apêndice C indica as fontes dos casos citados na Parte IV e as evidências para as seções sobre o ceticismo pirrônico e sobre Kant no Apêndice A. Os casos não sustentam nenhum argumento; eles o mostram no real e, por isso, devem ser exatos.

PREFÁCIO

Este texto fala da verdade enactuando-a. Parte de uma afirmação que você pode verificar em si mesmo: que você já sabe o que é a verdade, porque a pressupõe no momento em que tem algo por verdadeiro ou falso.

O que aqui se constrói deve valer além do dia de hoje, porque é desenvolvido a partir do que todo ser pensante faz de qualquer modo ao verificar. Se algumas velhas questões filosóficas se dissolvem no caminho, você pode verificá-lo, passo a passo, por si mesmo.

Numa época em que campos de fronteiras endurecidas se enfrentam, este texto busca um terceiro caminho. Aposta numa compreensão que qualquer um pode verificar, em vez de sermão ou moral. Quem entende o que faz ao pensar pode lidar com mais consciência com padrões que antes seguia sem notar.

Uma observação sobre a leitura. Os conceitos deste texto são desenvolvidos no curso da exposição, não definidos de antemão — quem acompanha o caminho não precisa de lista de vocabulário. Ainda assim, no fim há um glossário, pensado para o caso de uma palavra aparecer num sentido que difere do usual, ou de alguém querer consultar algo mais tarde sem conseguir reencontrar a passagem. Quem lê em sequência pode ignorá-lo sem receio.

Sobre a tradução das citações: As citações de Hegel e de outros autores de língua alemã foram traduzidas para esta edição a partir do texto alemão, na terminologia deste livro, e não tomadas de uma tradução existente. Onde há várias traduções de referência, cada uma interpreta de modo diferente; a tradução aqui segue a interpretação do livro. Para que se possa verificar a versão, o texto alemão acompanha: entre parênteses após a citação, nas citações mais longas num parágrafo próprio logo abaixo ou na nota que documenta a citação. Expressões muito curtas (menos de quatro palavras) aparecem sem o original, e as citações que no texto alemão já estão em outra língua permanecem inalteradas.

PARTE I: O QUE JÁ FAZEMOS

Capítulo 1: Você está verificando agora se isto é verdadeiro

Você percebe o que está acontecendo agora? Você lê estas linhas — e o que o seu juízo faz nesse meio-tempo? Isso procede? Isso convence? Aonde o autor quer chegar?

Essa verificação corre sem que você tenha decidido por ela. Se dá para desligá-la, a contraprova mostra: leia adiante sem avaliar. Mesmo constatar se isso dá certo já seria, de novo, uma verificação.

O que você acabou de fazer foi o primeiro experimento — ele começou antes de você saber que existe um. É assim que segue: nada se afirma sobre o seu pensar que você não possa verificar por si mesmo. Os próximos experimentos estão por isso assinalados, para que você possa parar e tentar de fato. Suas avaliações são ofertas de comparação, não prescrições. Se o seu achado diverge, então você encontrou ou um limite deste livro ou uma peculiaridade do seu pensar, e ambos podem ser verificados mais adiante.

Se essa verificação está em curso, então você já sabe o que é a verdade; do contrário, não poderia verificar. Uma criança que ainda não distingue entre verdadeiro e inverídico não enactuaria essa verificação. A distinção abrange mais que a mentira: também o erro, o desconhecimento e o mal-entendido. O que têm em comum é que se deixam verificar.

A pergunta "O que é a verdade?" tem com isso uma propriedade particular. Ela remete necessariamente de volta a si mesma. Pois quando você pergunta "O que é a verdade?", você quer uma resposta verdadeira. A pergunta já pressupõe aquilo que procura esclarecer.

Isso não é um erro nem um círculo. Mostra que a verdade não é algo que pudéssemos contemplar de fora como um objeto. Estamos sempre já no meio do processo da verdade, no buscar, encontrar e seguir buscando. Nadamos nele como peixes na água.

Quando alguém afirma "Amanhã vai chover" (DE: „Morgen wird es regnen"), você não espera que ele diga "É assim mesmo" (DE: „Das ist halt so") ou "Você

tem de acreditar em mim" (DE: „Das musst du mir glauben"). Você espera fundamentos: "A previsão do tempo diz isso" (DE: „Die Wettervorhersage sagt das") ou "As nuvens têm essa aparência" (DE: „Die Wolken sehen danach aus"). Quem apresenta uma tal afirmação sem nenhum fundamento e também não quer dar nenhum afirma, sim, alguma coisa, mas não a submete à checagem; para os outros, continua sendo mera opinião ou questão de fé.

Verdade↑ e justificação pertencem, portanto, juntas, como pergunta e resposta. Uma "verdade" que por princípio não se deixa justificar é uma contradição em si. Você pode observar isso na sua leitura: verifica-se não só o que é afirmado, mas também se é justificado.

Quando você argumenta, ainda que apenas em pensamento, pressupõe além disso que há outros que podem compreender e julgar seus argumentos. Mesmo sozinho no seu quarto, você não busca a verdade solitário: pensa numa língua que partilha com outros, emprega conceitos que outros compreendem e se orienta por medidas de racionalidade que não valem apenas para você.

Que a pergunta pela verdade remeta a si mesma chama-se autorreferência. Quer dizer: certas perguntas já trazem em si a sua resposta, não como resultado pronto, mas como prática que já enactua o perguntar.

Aqui se pode dissolver um velho problema filosófico, o chamado trilema de Münchhausen da justificação. O nome já conta a coisa: um trilema é um dilema com três saídas em vez de duas — e as três estão bloqueadas. E Münchhausen é aquele barão mentiroso que diz ter-se puxado do pântano pelos próprios cabelos — exatamente o que toda justificação parece ter de tentar quando deve justificar a si mesma. O trilema afirma: toda justificação leva ou a um regresso infinito (A é justificado por B, B por C, e assim por diante), ou a um círculo (A justifica B, B justifica A), ou a uma interrupção dogmática (X vale simplesmente, e ponto).

O trilema pressupõe silenciosamente algo: pensa a justificação como cadeia. Proposição sustenta proposição sustenta proposição — e uma cadeia tem de ou continuar para sempre, ou fechar-se, ou romper em algum lugar. Sob essa pressuposição o trilema tem razão: os três caminhos estão bloqueados. Só que a pressuposição não procede — e o que estamos fazendo agora mesmo o mostra. Não penduramos uma primeira proposição numa zerésima. A pergunta pela verdade sustenta-se de outro modo: ela não se deixa contestar sem que a contestação a enactue. Essa é a autofundamentação performativa — performativa porque consiste no fazer e não numa proposição. Não é um axioma posto de fora, mas um apoio que está no enactuar. E ela se comprova no que dela resulta: em saber se o todo que nela se edifica sustenta e se deixa verificar. O fundamento de um início é a estrutura que dele surge, não um elo a mais antes do primeiro.

Assim se mantém um arco de pedra: nenhuma pedra pende de um gancho no céu — as pedras se travam umas nas outras, e é justamente por isso que o arco sustenta. Círculo, isso o é apenas no sentido em que toda abóbada o é: as pedras sustentam-se mutuamente, e nenhuma pressupõe o que ainda deve ser demonstrado. As pedras deste arco não são, é verdade, proposições que se pressupõem entre si, pois um círculo delas só garantiria que tudo combina. São o enactuar que não se deixa contestar e a estrutura que dele surge. A história de Münchhausen é mentira porque ele puxa onde não há nada a puxar. O pensar não puxa pelos próprios cabelos — ele se articula em arco, e a demonstração é que ele se mantém de pé.

Você não precisa, portanto, aprender penosamente o que é a verdade: você já a busca. A tarefa não é adquirir de fora um conceito da verdade, mas tornar-se consciente do que você faz ao buscar — e então fazê-lo melhor.

Capítulo 2: Você não pensa no vácuo

Com que, afinal, você verifica a verdade? Com o seu pensar. Mas esse pensar não paira livre no nada. Tem pressupostos que você não pode tirar como um casaco.

> Experimento 2: Uma frase sem significado
>
> Tente compreender a frase seguinte sem pressupor que palavras têm significado: “O céu é azul.” (DE: „Der Himmel ist blau.“)
> Tente de verdade — não leia adiante, tente primeiro.
> O que aconteceu? Não deu — não pode dar: a tentativa de negar o significado dos signos enquanto você lê signos anula a si mesma. Você teria de parar de ler para se livrar do pressuposto — mas então o experimento estaria encerrado, não superado.
> Ou tente isto: pense sem pressupor que seus pensamentos podem referir-se a algo. Isso também é impossível. Um pensamento que não se refere a nada não é um pensamento. Seria como uma flecha sem alvo, um apontar sem direção.

Este experimento foi construído de modo diferente do primeiro. Lá se tratava de saber se algo se deixa observar em si mesmo; aqui, de que algo não se deixa contestar sem que se o faça.

A diferença decide o que um achado divergente significa. Onde um experimento pergunta por uma observação, o desvio é um resultado. Onde ele se anula

a si mesmo, o relato “comigo foi, sim” (DE: „bei mir ging es doch“) seria uma afirmação que não se deixa executar: não se poderia indicar o que teria dado certo.

Ambos os tipos ocorrem. A distinção está em saber se o contrário se deixa formular sem contradição.

Quando você lê estas linhas e as avalia, já pressupõe muita coisa: que seus pensamentos se referem a algo, a estas palavras e ideias; que se pode reconhecer se o dito procede, e que há fundamentos pelos quais algo é correto ou falso; que pensar aproxima da verdade e que erros se deixam descobrir e corrigir; que outras pessoas podem compreender seus pensamentos; e que princípios lógicos valem, ausência de contradição e coerência de consequência.

Na maioria das vezes você não está consciente disso. Faz parte da estrutura do pensar: sem esses pressupostos não se pode pensar.

Por isso se diz deles que são inultrapassáveis. Isso quer dizer: você não pode ir por trás desses pressupostos, não pode contemplá-los “de fora” nem fundamentá-los sem já os usar. É como se você quisesse sair da própria pele para ver como é.

E quem verifica aqui? Não um “pensar” abstrato, mas você como pessoa pensante: você articula estas palavras num pensamento e decide se isso procede.

O cético radical — aquele que afirma “Não podemos saber absolutamente nada” (DE: „Wir können gar nichts wissen“) — se enreda numa autocontradição performativa. Performativo↑ significa: no enactuar, na execução. Sua contradição não está no que ele diz, mas entre o que diz e o que faz ao dizê-lo.

Quem diz “Não podemos saber nada” (DE: „Wir können nichts wissen“) pretende saber que não podemos saber nada. Emprega conceitos e espera ser compreendido. Dá fundamentos para o seu ceticismo e com isso pressupõe que fundamentos contam. Quer convencer outros e com isso supõe que as pessoas podem mudar de opinião por compreensão. Em suma: refuta sua tese pelo modo como a sustenta.

Quem vê nisso um truque pode fazer a prova: tente sustentar o ceticismo sem dar fundamentos e sem querer ser compreendido. Do espaço dos fundamentos e dos significados não se pode sair; toda tentativa de negá-lo o utiliza. Quem não afirma absolutamente nada e apenas suspende o juízo escapa à autocontradição; que também ele pondera fundamentos ao fazê-lo, mostra o Apêndice A.

Neste achado há ainda outra coisa: quem duvida, confia. Confia em que duvidar vale a pena — que verifica melhor que o aceitar cego, que serve à verdade. Essa confiança não se deixa eliminar pela dúvida sem abandonar o próprio duvidar. Dúvida e confiança não são adversárias; são os dois lados da mesma busca.

Pode-se tentar começar do zero e duvidar de tudo de que se pode duvidar. Quem o faz a sério esbarra neste limite: mesmo na dúvida mais radical permanece indubitável o próprio duvidar. Quem duvida, pensa, e quem pensa, é. Neste "eu penso" já há porém muita coisa: você compreende palavras, reconhece conexões, refere-se ao mundo, espera que outros possam compreendê-lo.

O "eu" não está simplesmente aí como uma coisa no espaço. Surge no enactuar — no momento em que você articula todas as suas experiências, conceitos e compreensões na sua imagem de mundo.

A tentativa de começar do zero foi empreendida de modo mais célebre por René Descartes. O seu "penso, logo existo" (DE: „Ich denke, also bin ich") é a versão mais conhecida do limite em que ele esbarrou.

Com isso foi encontrado um fundamento firme. Não é um dogma indubitável, mas a própria prática do pensar, que não se deixa negar sem se confirmar; a dúvida confirma esse fundamento em vez de abalá-lo. A pergunta "Talvez eu não possa saber nada, talvez tudo seja ilusão" (DE: „Vielleicht kann ich gar nichts wissen, vielleicht ist alles Illusion") perde com isso o seu ferrão: quem a faz já sabe o que seria saber e o que seria ilusão.

Capítulo 3: Você já traz tudo consigo — A atividade oculta do conhecer

> Experimento 3: A mesa marrom
>
> Olhe ao redor. Talvez você veja uma mesa, uma cadeira, uma janela. "Isso é uma mesa marrom" (DE: „Das ist ein brauner Tisch") — nada poderia ser mais simples, não? Você olha, você vê, você sabe. Pronto. Mas é mesmo tão simples?

O que acontece neste momento aparentemente simples? Para dizer "Isso é uma mesa marrom" (DE: „Das ist ein brauner Tisch"), você já realiza toda uma sinfonia do conhecer, da qual na maioria das vezes não percebe nada.

3.1 A sinfonia oculta

O conceito "mesa" você não lê simplesmente — você o traz consigo, de tudo o que sabe sobre mesas. Como você sabe que isso é uma mesa? Um visitante de outra estrela que nunca viu uma mesa veria apenas uma estrutura enigmática.

Onde lhe falta a experiência, falta-lhe também o conceito, e sem conceito ele não reconhece o que vê. Você, porém, reconhece de imediato: isso se destina a comer, escrever, depositar coisas. Você a distingue num instante de um banquinho (baixo demais), de uma estante (vertical), de uma cama (para deitar) — com uma segurança que não vem de definição alguma.

O "marrom" é igualmente complexo. É mesmo "marrom"? Ou mogno, castanho, cor de noz? Onde termina o marrom e começa o vermelho ou o preto? Esse limite não é dado pela natureza — é marcado culturalmente. Línguas diferentes dividem o espectro de cores de modo diferente. O russo, por exemplo, tem duas palavras básicas próprias para azul-claro e azul-escuro, e quem fala russo distingue, de forma mensuravelmente mais rápida, tons de azul que estão em lados diferentes desse limite. Sua língua contribui para moldar o que você vê.

Talvez você e seu vizinho vejam esse "marrom" realmente de modo diferente. O que você chama inequivocamente de amarelo pode parecer esverdeado ao seu parceiro. Isso não se deve necessariamente a diferenças culturais — pode simplesmente ser que um de vocês perceba certas cores de outro modo. Entre homens de origem norte-europeia, cerca de um em cada doze distingue vermelho e verde menos do que a maioria; uma baga vermelha mal se destaca para ele da folhagem.

Quando um sentido é limitado, os outros costumam ser mais exercitados, e às vezes a limitação é ela própria uma vantagem. Muitos cegos aprendem a ouvir, pelo som dos passos, o tamanho de um recinto, e a ler com os dedos. E quem é daltônico para vermelho e verde enxerga através de certos camuflados que enganam os de visão normal, porque a cor não o distrai da forma e da textura. Não há, portanto, uma única maneira "correta" de ver; os diferentes acessos à realidade podem completar-se.

Sua capacidade de síntese — o articular do múltiplo em Um — é a realização que menos chama a atenção. Você não vê cores e formas isoladas, mas uma coisa unitária. Do dilúvio de impressões sensoriais — cores, formas, sombras, reflexos, talvez também ruídos e cheiros — você articula "uma mesa". Essa é uma realização do seu espírito, cumprida a cada momento de novo — e que pode falhar: se a "mesa" se revela, ao ser erguida, como dois cavaletes com uma tampa solta, você articulou errado.

A distinção em relação ao fundo você a executa inconscientemente, mas ativamente. Onde termina a mesa? A toalha? O copo em cima? A sombra embaixo? Você traça limites, decide o que pertence e o que não pertence. Essas decisões não são arbitrárias, mas também não são simplesmente "dadas" — surgem da interação entre percepção, experiência e atenção.

A linguagem como meio social atravessa o processo inteiro. “Mesa” não é apenas uma sequência de sons, mas traz significado — e esse significado você o partilha com outros. Já o simples conhecer “Isso é uma mesa” (DE: „Das ist ein Tisch“) é um ato de comunicação, mesmo que você esteja sozinho no quarto.

3.2 A ampliação dos nossos sentidos

Tudo isso acontece num piscar de olhos e quase sempre sem ser notado. Uma câmera registra imagens; você, ao contrário, interpreta o que vê e extrai do dilúvio de impressões uma ordem.

Essa percepção tem limites, mas eles não são fixos. As abelhas veem, na faixa do ultravioleta, padrões nas flores que nos permanecem ocultos. Os morcegos “veem” com ecos de ultrassom estruturas espaciais. O que é diretamente acessível a outros seres vivos, podemos abri-lo para nós por meio de aparelhos técnicos.

Ampliamos sistematicamente os limites da nossa percepção: microscópios nos deixam olhar para o minúsculo, telescópios alcançam as estrelas, aparelhos de raios X enxergam através da pele, câmeras infravermelhas mostram padrões de calor, aparelhos de ultrassom tornam visíveis movimentos no corpo. A cada novo instrumento descobrimos novos lados da realidade.

3.3 O agir como fonte de conhecimento

Como você chegou a aprender o que é uma mesa? Não por definições no dicionário, mas pelo agir.

Quando criança você se sentou a mesas, pintou nelas, engatinhou por baixo delas, bateu nelas, comeu nelas. Seu saber sobre a mesa está no seu corpo, nos seus hábitos, no seu modo de mover-se no mundo. Você sabe quão alta uma mesa tem de ser para que se sente confortavelmente — não por medição, mas por anos de experiência. A segurança fulminante com que há pouco você distinguiu a mesa do banquinho tem aqui a sua origem: é prática coagulada.

Um marceneiro “conhece” a madeira de outro modo que um botânico. Quando o marceneiro passa a mão pela madeira, sente de imediato a veia que lhe revela a estabilidade. Cheira se a madeira secou bem. Quando bate nela, o som lhe conta a densidade. No primeiro corte de serra já sabe com que estrutura está lidando. Seu conhecer é inseparável do seu fazer. Ele “lê” a madeira com as mãos, os olhos, o nariz, décadas de experiência. Esse tipo de saber você não pode aprender em livros — tem de fazê-lo.

3.4 A suprassunção de velhas disputas

A partir daqui se pode dirimir uma velha disputa. Os empiristas diziam: “Todo conhecimento vem de fora, pelos sentidos.” (DE: „Alles Wissen kommt von außen, durch die Sinne.“) Os racionalistas replicavam: “O espírito traz consigo as estruturas ordenadoras.” (DE: „Der Geist bringt die ordnenden Strukturen mit.“)

Ambos têm em parte razão, mas ambos deixam passar a mesma coisa: não há dados sensoriais “puros” que depois seriam trabalhados pelo espírito. Já a percepção mais simples é atravessada por distinções conceituais, categorias linguísticas, significados práticos. O pretensamente “imediato” é ele próprio um resultado — o resultado de longos processos de mediação, individuais e culturais.

Simples e imediato o conhecer, portanto, nunca é; já nas realizações mais simples há atividade e inteligência. O conhecer é mediado, e essa mediação é a sua própria atividade: você não apenas recebe informações, mas co-molda o modo como o mundo lhe aparece. Também os limites dessa atividade — os diferentes modos de ver cores ou ouvir sons — são pontos de partida: podem ser notados e ampliados.

Mas essas “estruturas mediadoras” — distinções conceituais, categorias linguísticas, significados práticos — têm um nome que em nossa cultura costuma soar negativo: pré-juízos.

Sobre quase nada há um prejuízo mais renitente do que sobre os próprios pré-juízos.

Capítulo 4: Pré-juízos como pontos de partida produtivos

Você conhece o ideal: “Aborde a coisa de modo totalmente imparcial!” (DE: „Gehen Sie völlig unvoreingenommen an die Sache heran!“) Isso soa razoável e científico. Depois do capítulo anterior, porém, é irrealizável e também não desejável.

A “mediação” de todo conhecer que acabamos de descobrir não é outra coisa senão o que a filosofia chama de “pré-juízos”. Aquelas estruturas conceituais, categorias linguísticas e significados culturais que tornam possível o nosso compreender são pré-juízos no sentido originário.

> Experimento 4: Ler sem pressupostos
>
> Tente ler este texto sem pressuposto algum. Sem saber o que são letras. Sem esperar que frases façam sentido. Sem a sua experiência de vida.
> O que acontece? Não dá. Você veria apenas garranchos.

Essa "pré-calibragem" do seu compreender não é um obstáculo para a verdade — é a sua condição.

Em nossa cultura, "livre de preconceitos" vale como virtude. "Você é parcial!" é uma acusação grave.

Mas o que significa ter um pré-juízo? Literalmente: um juízo antes do juízo ao qual a verificação conduz. Uma hipótese de trabalho. Um ponto de partida.

Sem tais pontos de partida você não poderia sequer começar a pensar. Como reconheceria uma mesa se já não soubesse o que são mesas? Como compreenderia o que "marrom" significa, sem experiência com cores?

> Experimento 5: O observador sem preconceitos
>
> Este experimento não se pode executar, apenas pensar até o fim — ninguém consegue colocar-se no lugar de alguém que não traz nada de tudo isso consigo. Também não deve provar nada, mas aguçar uma pergunta: o que sobraria se não se trouxesse nada do que aqui é evidente?
> Imagine que um extraterrestre pousa na Terra. Se no lugar de onde ele vem há móveis, se lá se come como nós ou de modo inteiramente outro, quem sabe. Suponhamos que ele não conheça nada disso. Ele vê pessoas sentadas em cadeiras a mesas. O que vê?
> Provavelmente apenas formas enigmáticas. Sem experiência com móveis, comida, refeições em comum, faltam-lhe os conceitos, e sem eles ele não reconhece o que se passa diante dele. Em escala menor, acontece o mesmo a quem cai numa cultura ou numa época estranha. Você, ao contrário, vê de imediato: ali uma família toma café da manhã. Todo o seu saber prévio entra nesse simples conhecer. Seus "preconceitos" sobre famílias, refeições, móveis é que tornam o compreender possível.

"Mas isso não é uma petição de princípio?" (DE: „Aber ist das nicht ein Zirkelschluss?"), você talvez pergunte. "Vejo o que já conheço?"

Sim e não. É um círculo, mas não volta ao mesmo ponto: cada volta modifica aquilo com que a seguinte começa. Pense em aprender a ler. No começo você conhece letras isoladas. De letras você compreende palavras. De palavras, frases.

Mas então o entendimento das frases melhora o seu entendimento das palavras. E o entendimento melhorado das palavras faz você ver as letras de outro modo.

Esse é o círculo hermenêutico, assim chamado por causa da hermenêutica, a antiga arte de compreender e interpretar. Descreve uma experiência cotidiana: compreendemos o todo a partir das partes e as partes a partir do todo. Isso não é um erro, mas a estrutura do próprio compreender.

Decisiva é a diferença entre pré-juízos produtivos e dogmáticos. Um pré-juízo produtivo é como um par de óculos que você pode tirar. Ajuda a ver, mas você sabe que são óculos. Pode trocá-los quando outro serve melhor.

Um exemplo: "Alemães são pontuais." Como hipótese de trabalho, isso pode ajudar. Num encontro marcado com alemães você não conta com o quarto de hora de tolerância. Mas permanece aberto — este alemão poderia ser diferente. E de fato, ele chega atrasado. Seu pré-juízo foi útil como ponto de partida, mas corrigível.

Um preconceito dogmático, ao contrário, é como os óculos verdes da Cidade das Esmeraldas em O Mágico de Oz: todos ali usam um par, e isso há tanto tempo que a maioria acha a cidade verde-esmeralda — quando é apenas o vidro. Quem toma os óculos pelo próprio olho não consegue mais tirá-los. "Todos os alemães são pontuais" (DE: „Alle Deutschen sind pünktlich") — e se um chega atrasado, ele "não é um verdadeiro alemão" ou "a exceção que confirma a regra" (DE: „die Ausnahme, die die Regel bestätigt"). O preconceito se imuniza contra a experiência.

A dúvida radical do Capítulo 2 era ao mesmo tempo a tentativa de se livrar de todos os preconceitos — e tinha de fracassar, porque no "eu penso" já há linguagem, lógica, a ideia de um eu. Mas a tentativa não foi em vão: tornou visíveis os seus pressupostos. O que se ganha com isso não é ausência de pressupostos, mas uma consciência dos próprios pressupostos.

> Experimento 6: Seus pré-juízos ao ler
>
> Que pré-juízos você traz agora, ao ler este texto? Possíveis são, por exemplo, estes: que textos filosóficos são complicados, que argumentos devem ser construídos logicamente, que o autor quer convencê-lo, que se trata de verdade e não de entretenimento. Em você podem ser outros.

De novo outro tipo. Este experimento não prova nada, traz algo à luz. O que nele vem à tona pertence a quem o encontra — pode ser inteiramente diferente em outra pessoa. Disso é que trata o capítulo — não é uma objeção a ele.

Tais pré-juízos são produtivos: ajudam a situar o texto corretamente. Sem eles talvez se o tomasse por um romance ou por um manual de instruções.

De onde vêm nossos pré-juízos? Em sua maior parte da tradição — da cultura em que crescemos, da língua que falamos, das histórias que ouvimos.

Na tradição está a experiência condensada de gerações. Nem tudo nela é verdadeiro ou ainda válido hoje. Mas é um rico ponto de partida.

A alternativa seria começar do zero. Cada geração teria de reinventar a roda. Como se faz fogo. Que algumas frutas silvestres são venenosas. Que a cooperação muitas vezes funciona melhor que a luta. Milhões de pré-juízos que se comprovaram.

E no entanto toda criança aprende muita coisa de novo. Bebês chegam ao mundo sem esse saber. Cada um tem de experimentar por si que o fogo queima — algumas coisas só se aprendem assim. Mas a criança não aprende sozinha. Pais, professores, todo o entorno lhe passam a experiência condensada — como advertência diante da boca do fogão, como história, como escola. Cada geração reapropria o saber, mas não do nada, e sim das mãos da anterior. Nisso a cultura se reproduz: não vive apenas em livros, mas nesse transmitir.

A arte não está em não ter pré-juízos, mas em torná-los transparentes. Saber: estes são os meus pontos de partida. Trouxeram-me até aqui. Mas posso verificá-los, revisá-los, desenvolvê-los.

Como se faz isso na prática? Pergunte-se: por que penso isso, afinal? De onde vem essa convicção? Que experiências lhe servem de base? O que me convenceria do contrário?

A última pergunta é decisiva. Se a resposta é “nada”, você descobriu um dogma, não um pré-juízo produtivo. A pergunta vale para convicções cujo contrário se deixa pensar. Os pressupostos do Capítulo 2 são construídos de outro modo: seu contrário não se deixa sequer sustentar sem usá-los. A prova disso está aberta a qualquer um.

Aplique, por fim, essas perguntas ao preconceito com que este capítulo começou: “Não se deve ter preconceitos.” (DE: „Man darf keine Vorurteile haben.“) De onde vem? Da experiência legítima com preconceitos dogmáticos que se imunizam contra toda correção. O que convenceria do contrário? A tentativa que este capítulo propôs: ler, sem pressupostos, uma única frase que seja. O preconceito sobre os preconceitos não se comprovou na prática. Quem o verifica assim faz do preconceito um pré-juízo — e o corrige. Com isso ele próprio demonstrou o que são pré-juízos: pontos de partida de que temos de partir e que, por si, não são problema. Se um deles foi um mal-entendido, não se mostra de antemão, mas só depois — na sua comprovação.

O que parecia um obstáculo ao conhecer, os pré-juízos, revela-se sua condição. Tornam-se produtivos quando são notados e há disposição de mudá-los. Quem se convence de poder dispensá-los apenas os tornou invisíveis; quem conta com eles pode melhorá-los.

Capítulo 5: Como do múltiplo se faz um — O princípio vivo do elefante

Você está lendo agora muitas palavras isoladas, mas compreende um pensamento coerente. Você ouve vários sons, mas reconhece uma melodia. Você vê mil detalhes, mas apreende uma cena. Como o seu espírito faz do múltiplo um? E o que significa que esse um seja vivo?

Uma história antiga, contada em muitas versões, trata disso. Seis sábios cegos querem saber o que é um elefante. Viviam num país onde não havia elefantes, mas tinham ouvido falar desses animais imensos. Seu rei os enviou numa viagem à Índia para descobrir o que um elefante é, afinal.

Chegados à Índia, foram levados por ajudantes a um elefante manso. Os seis sábios ficaram em volta do animal e tentaram, tateando, formar uma imagem.

O primeiro sábio tinha tateado a perna do elefante. Quando voltaram ao rei, relatou: “Um elefante é como uma coluna poderosa. Forte e firme, de pele áspera.” (DE: „Ein Elefant ist wie eine mächtige Säule. Stark und fest, mit rauer Haut.“)

O segundo sábio tinha apalpado a tromba e contradisse: “Não, um elefante é como uma grande serpente. Comprida e móvel e muito hábil.” (DE: „Nein, ein Elefant ist wie eine große Schlange. Lang und beweglich und sehr geschickt.“)

O terceiro sábio tinha tateado a orelha: “Vocês dois estão enganados! Um elefante é como um grande leque. Fino e largo, e pode mover-se.” (DE: „Ihr irrt euch beide! Ein Elefant ist wie ein großer Fächer. Dünn und breit und er kann sich bewegen.“)

O quarto tinha tocado a barriga: “Absurdo! Um elefante é como uma grande parede — alta, larga e firme.” (DE: „Unsinn! Ein Elefant ist wie eine große Wand - hoch, breit und fest.“)

O quinto tinha agarrado a cauda: “Não, um elefante é como uma corda — fina, flexível e peluda.” (DE: „Nein, ein Elefant ist wie ein Seil - dünn, flexibel und behaart.“)

O sexto tinha tateado a presa: “Todos errados! Um elefante é como uma lança lisa e dura.” (DE: „Alle falsch! Ein Elefant ist wie ein glatter, harter Speer.“)

Os sábios começaram a discutir. Cada um estava convencido de que só ele tinha reconhecido a verdade. Os outros só podiam estar enganados ou mentindo.

A lição habitual desta história diz: cada um tem uma parte da verdade. Pessoas diferentes têm perspectivas diferentes, e todas devem ser respeitadas. Há nisso muita coisa certa: ninguém vê o quadro inteiro, toda perspectiva pode contribuir com algo, arrogância e intolerância estão fora de lugar.

Por que essa história é tão convincente? Por que aceitamos a solução de que todos têm em parte razão?

A história funciona porque as diferentes descrições combinam, porque podemos imaginar que um animal realmente tenha todas essas propriedades, porque as contradições se dissolvem num quadro de conjunto coerente, e sobretudo: há de fato um elefante.

Dessa última pressuposição, mencionada de passagem, depende a história inteira, e justamente ela costuma ser ignorada.

A história não pressupõe, portanto, que cada um tenha a sua própria realidade, mas que todos se refiram à mesma. Por isso as diferentes perspectivas podem completar-se, em vez de simplesmente subsistir lado a lado com igual validade.

> Experimento 7: A história, contada de outro modo
>
> Imagine que a história tivesse corrido de outra maneira. Os seis cegos teriam tateado coisas inteiramente diferentes. O primeiro: "Um elefante é como um copo de vinho" (DE: „Ein Elefant ist wie ein Glas Wein"), o segundo: "Um elefante é como um punhado de areia" (DE: „Ein Elefant ist wie eine Handvoll Sand"), o terceiro: "Um elefante é como o vento" (DE: „Ein Elefant ist wie der Wind"). Você acharia essa história igualmente convincente?
> Provavelmente não — seria totalmente inverossímil. Pensaríamos: há algo fundamentalmente errado aí. Os relatos divergentes tornariam o próprio objeto comum inverossímil.

A mesma realidade, outros olhares

Uma estrutura aparentada encontra-se no poeta português Fernando Pessoa. Ele criou "heterônimos" — não meros pseudônimos, mas outros poetas completos, com biografia própria, estilo próprio, visão de mundo própria. Alberto Caeiro vê o mundo como experiência sensorial imediata, Ricardo Reis como ordem clássica, Álvaro de Campos como dilaceramento moderno. Os três olham para a mesma realidade — e cada um a vê de modo diferente. Pessoa não os integra numa opinião unitária, mas os deixa entrar num diálogo produtivo entre si.

Mas aqui está uma diferença em relação aos cegos: Caeiro não tateou a tromba do mundo e Campos a perna. Cada um dos três vê o mundo inteiro — apenas do seu ponto de vista. O que Caeiro diz não é uma descrição parcial que só seria completada por Reis e Campos; é um modo completo de ver o mundo. Quem lesse só Caeiro teria diante de si um poeta inteiro — e ficaria mais rico se lesse também os outros. Mas antes não era pobre.

Mostram-se assim dois tipos de perspectiva que facilmente se confundem. Os cegos apreendem partes: tromba, perna, orelha. Seus relatos são pedras de construção, e a integração as monta — só todos juntos dão o elefante. Assim trabalham indícios, valores medidos, depoimentos de testemunhas: cada um por si é incompleto. Os heterônimos de Pessoa, ao contrário, apreendem todos: cada um vê a realidade plena de um lugar, como se vê uma montanha do leste ou do oeste — cada vez a montanha inteira. A integração deles não monta nada; enriquece.

A confusão tem consequências, nos dois sentidos. Quem trata modos de ver inteiros como partes diz a cada um: você é incompleto, precisa dos outros — e o desvaloriza no exato momento em que quer valorizá-lo. Quem, inversamente, enobrece partes como se fossem modos de ver inteiros faz de cada indício a sua própria verdade — e a verificação comum se torna impossível.

E há ainda algo que a história, como em geral é contada, deixa passar: enquanto os sábios tateiam, o elefante não fica parado. O "leque" abana, a "serpente" tateia de volta. A realidade que procuram apreender está ela própria em movimento; isso torna a integração mais difícil e mais importante ao mesmo tempo.

Um exemplo cotidiano mostra o mesmo princípio: à noite você ouve um ruído vindo da cozinha. O que é isso? O ouvido registra um som metálico, rítmico. O olfato sente cebolas. A memória lembra o ruído de picar legumes. A experiência diz: "A essa hora meu colega de apartamento costuma cozinhar." (DE: „Um diese Zeit kocht oft mein Mitbewohner.")

Todos os sentidos e experiências trabalham juntos. A integração dá certo porque todos se referem ao mesmo evento. Se os seus sentidos relatassem coisas inteiramente diferentes — som metálico mais perfume de rosas mais lembrança de festa de aniversário infantil —, você procuraria o erro, não falaria de "perspectivas diferentes".

Uma cidade você também a compreende assim. Primeiro estranha e confusa. Após uma semana você conhece o caminho para o trabalho. Após um mês cristalizam-se lugares favoritos. Após um ano você compreende a alma de diferentes bairros.

Mas enquanto você conhece a cidade, ela se transforma: surgem novos edifícios, os velhos são demolidos, pessoas se mudam e outras chegam, lojas fecham e abrem, as estações do ano transformam parques e ruas.

A "verdade sobre a cidade" (DE: „Wahrheit über die Stadt") não é por isso uma imagem pronta, mas um processo vivo. O que você pode dizer dela após um ano é mais que mera opinião, mas não a última palavra: o próximo ano corrige algo e preserva o essencial. Seu conhecer crescente encontra uma realidade que ela própria muda. Ambos juntos — seu compreender desenvolvido e a cidade desenvolvida — formam a verdade concreta.

Que a coisa se transforme dificulta o conhecer, mas também abre um acesso.

Quem toma uma rua como dada vê uma rua. Quem pergunta por que ela corre justamente por aqui encontra um rio antigo, uma muralha que não existe mais, uma disputa entre dois proprietários há duzentos anos. A rua é a mesma; o que nela se torna visível é outro.

O mesmo vale para quase tudo o que parece firme. Uma palavra já teve outro significado. Uma regra foi introduzida, contra resistência, por um motivo que foi esquecido. Uma cordilheira foi fundo de mar. Uma evidência foi um dia uma novidade sobre a qual se discutia.

Para a verificação, disso resulta: onde algo parece firme, a pergunta "desde quando" é permitida. E onde a resposta é uma data, o firme é algo que veio a ser — e, portanto, algo que também poderia ser diferente.

Isso não vale em toda parte do mesmo modo. Numa regra de trânsito, a própria regra tem uma data; numa lei da natureza, tem-na o nosso conhecimento dela. A pergunta "desde quando?" atinge ambas, mas de modo diferente.

E atinge também o próprio verificar. O que neste livro é tratado como evidente — que fundamentos contam, que a contradição é permitida, que uma afirmação precisa se justificar — nem sempre foi evidente. Foi conquistado a duras penas, e pode voltar a perder-se.

Não é apenas a cidade, portanto, que muda, e não apenas quem a vai conhecendo. Até onde isso chega — e que todo conhecer é ao mesmo tempo um intervir —, mostra-se quando está esclarecido o que significa concordância com a realidade.

Conhecimento↑ confiável surge da integração de diferentes perspectivas sobre a mesma realidade. Isso não é uma adição de opiniões. Legítimas são as perspectivas que se referem ao mesmo e podem ser articuladas num quadro coerente. Contra quem acha que toda visão é tão boa quanto a outra, isso significa: há uma realidade cognoscível. Contra quem acha que a vê com um só olhar: ela só se abre por meio de várias. O mesmo vale onde você age e precisa reunir diferentes interesses.

Capítulo 6: O todo vivo

Você lida todos os dias com coisas que são mais que a soma de suas partes. Não de modo místico ou sobrenatural — de modo bem concreto e cotidiano.

6.1 O computador que de repente está “morto”

Seu computador está rodando há horas, então de repente — pane. A imagem fica parada. Você mexe o mouse, aperta teclas. Nada. Todas as partes ainda estão lá — processador, memória, disco rígido, teclado. Nada desapareceu ou quebrou. Mesmo assim o computador está, em certo sentido, “morto”.

O que aconteceu? O princípio organizador falhou. As partes do hardware já não conseguem trabalhar juntas de forma coordenada. O software que orquestra tudo travou. A unidade viva do sistema em funcionamento se rompeu.

Depois de reiniciar, tudo volta a rodar. As mesmas partes, mas de novo organizadas, de novo vivas. O que estava ausente e agora está de volta? Não uma parte, mas o jogo conjunto das partes. A reinicialização, porém, alguém precisa disparar; o computador não restabelece sozinho o seu jogo conjunto. “Morto” e “vivo” ele só se chama, por isso, em sentido figurado, diferentemente do elefante, que se mantém por ação própria (Capítulo 6.5).

6.2 O time que funciona — ou justamente não

Você conhece isso de trabalhos em grupo: as mesmas pessoas podem colaborar de modo brilhante ou fracassar por completo. Às vezes a “química” está certa, ideias vão e vêm, cada um completa o outro, o resultado é melhor que tudo o que alguém teria conseguido sozinho.

Outra vez — talvez com as mesmas pessoas — nada anda. Mal-entendidos, lutas de poder, cada um pensa só em si. O resultado é pior do que se cada um tivesse trabalhado por si.

Qual é a diferença? A qualidade do jogo conjunto. As partes (as pessoas) são as mesmas. Mas o todo — o grupo que funciona — está ora presente, ora ausente.

Essa qualidade do grupo você não pode tocar nem medir. Ela é, no entanto, real — às vezes até a coisa mais importante em toda a situação.

6.3 A melodia que não está nas notas

Ainda mais claro fica na música. Sua canção favorita consiste em notas isoladas — dó, ré, mi, fá, sol. Essas notas você pode tocá-las uma a uma ao piano. Mas a melodia não está nas notas isoladas. Surge só do seu jogo conjunto — ordem, ritmo, harmonias.

As mesmas notas podem dar uma melodia belíssima ou um barulho horrível. Uma criança que bate ao acaso nas teclas usa as mesmas notas que Mozart. Mas a ordem, a estrutura, o princípio organizador fazem a diferença.

Mais ainda: uma melodia você pode tocá-la em tonalidades diferentes, com instrumentos diferentes, em velocidades diferentes. As notas concretas mudam — mas a melodia continua reconhecivelmente a mesma. O que é essa melodia? Algo que é mais que a soma das notas, mas não pode existir sem as notas.

6.4 Sua própria vida — mais que acontecimentos

Também a sua própria vida é um exemplo. Ela consiste em incontáveis momentos isolados — conversas, vivências, pensamentos, decisões. Mas a sua vida é apenas a soma desses momentos?

Quando você conta a sua história de vida, não conta apenas acontecimentos isolados. Conta como fios se estendem, como temas se desenvolvem, como da criança de então saiu a pessoa de hoje. Você reconhece padrões, desenvolvimentos, um fio condutor.

Esse fio condutor não está nos acontecimentos isolados. Surge de sua ligação, de seu desenvolvimento, de sua conexão de sentido. Mesmo assim, ele é real.

6.5 O elefante como todo vivo

Os seis sábios cegos tateiam partes diferentes. Mas o elefante vivo é mais que coluna + serpente + leque + parede + corda + lança.

Enquanto tateiam, o elefante reage. Sua tromba explora de volta. Suas orelhas seguem ruídos. Seu corpo inteiro está em movimento coordenado. Quando dá um passo, não se movem partes isoladas umas após as outras — o elefante inteiro dá o passo.

Essa coordenação viva é o que a enumeração mecânica das partes deixa escapar. Um elefante morto ainda teria pernas, tromba e orelhas, mas só no

nome; nenhuma tromba tateia mais, nenhuma orelha segue um ruído. Sem a vivacidade que faz de tudo um todo unitário, nem as partes são mais o que eram.

6.6 Emergência — quando surge o novo

Para esse fenômeno há um nome: emergência. Propriedades emergentes são aquelas que surgem só no plano do todo e não cabem a nenhuma parte por si. A partir das partes sozinhas não se deixam prever, mas muitas vezes sim, uma vez que se sabe como as partes estão articuladas. Se isso sempre se consegue, por exemplo no caso da consciência, é controverso. Com o nome nada está explicado; ele diz que aqui aparece algo novo, e deixa em aberto como.

A vida emerge de processos químicos que isoladamente não são vivos. Também a consciência está, até onde vemos, ligada a bilhões de células nervosas, das quais nenhuma isolada é consciente. A cultura emerge de interações humanas que isoladamente ainda não são cultura.

> Experimento 8: Aglomerado ou todo
>
> Você não precisa da palavra para verificar o fenômeno. Compare você mesmo: uma pilha de tijolos e uma casa habitada, uma lista de palavras e uma frase que diz algo. O que se instala?
> Se é uma diferença que é mais que o número de partes, então você encontrou o todo vivo de que aqui se trata.

6.7 O significado prático

Essa compreensão tem consequências para a sua busca da verdade. Quem quer compreender fenômenos complexos não se contenta em decompô-los em partes — precisa também compreender o jogo conjunto das partes. Algumas coisas só se mostram no todo: a personalidade de uma pessoa não em seus órgãos, o sentido de uma história não no número de suas palavras. E porque todos vivos se desenvolvem, reagem e mudam, o que reconhecemos sobre eles não é a última palavra: tem de acompanhá-los.

6.8 De volta ao princípio do elefante

Para o princípio do elefante isso significa: a integração de diferentes perspectivas não é uma adição mecânica; deve apreender o todo vivo, que é mais que a soma das observações isoladas.

Os sábios não precisam apenas reunir seus relatos. Precisam compreender como todas as partes se articulam num ser coordenado, que age, reage, vivo.

Para a busca da verdade significa: ao juntar os fatos pertence a pergunta de como se conectam, que padrões formam e que todo maior resulta deles.

O todo é mais que a soma de suas partes. Esse "mais" não é místico, mas o princípio organizador que faz de muitos elementos um todo em funcionamento. Quem só decompõe e coleta acaba com as partes na mão — e o laço vivo lhe escapou.

Capítulo 7: Quando algo se contradiz

Quem reúne perspectivas diferentes tropeça sempre de novo em contradições. À primeira vista isso parece um obstáculo.

Pegue um bastão de madeira reto. Segure-o no ar — ele é reto. Mergulhe-o na água — parece quebrado. O que é verdadeiro? "O bastão é reto" (DE: „Der Stab ist gerade") ou "O bastão é quebrado" (DE: „Der Stab ist gebrochen")?

Ambas as afirmações se baseiam em observação direta. Ambas são corretas em seu contexto. Mas se contradizem. Essa contradição não podemos ignorá-la — ela nos obriga a seguir pensando.

Diante dessa contradição temos três possibilidades fundamentais:

Declarar uma das partes falsa: "Os olhos enganam na água" (DE: „Die Augen täuschen im Wasser") — mas por que fariam isso? E como sabemos qual lado é o certo? Essa "solução" não explica, apenas descarta. Falsa, uma observação pode de fato ser, vista de um mau ângulo ou medida com um aparelho desajustado. Se é, mostra-o a verificação de como ela se formou, não a sua contradição com o restante do quadro.

Tomar ambas por igualmente legítimas: "Depende do ponto de vista" (DE: „Es kommt auf den Standpunkt an") — mas isso não ajuda. Precisamos de uma explicação, não apenas da constatação da diversidade.

Encontrar a unidade das contradições: desenvolver uma explicação superior que abranja ambas as observações e mostre por que pareciam inicialmente contraditórias.

A terceira opção leva à descoberta da refração da luz. Essa teoria explica tanto a retidão no ar quanto a aparente inclinação na água. O resultado é mais rico que cada uma das observações originais.

Esse movimento do pensar tem um nome: dialética, do grego dialegesthai, conversar. Não se trata de esbater diferenças nem de jogo de palavras sofístico, mas da compreensão sistemática de oposições aparentes.

A estrutura tem três momentos que ocorrem simultaneamente — isso se chama suprassunção:

Preservar: ambas as observações originais continuam válidas. O bastão é de fato reto, e aparece de fato quebrado.

Superar: a contradição como problema se dissolve. Compreendemos agora por que ambas procedem e como se pertencem.

Elevar a um plano superior: nossa compreensão cresceu. Conhecemos o princípio superior (refração da luz) que explica ambos os fenômenos e permite novas previsões.

Essa "suprassunção" no triplo sentido descreve o que acontece no aprendizado quando uma contradição é resolvida.

Um exemplo cotidiano: a mãe quer que o filho estude mais. O filho quer mais tempo livre. A princípio isso parece uma contradição insolúvel — só um dos dois pode ter a sua vontade.

O que a mãe quer de verdade? Ela se preocupa com o futuro do filho. O que o filho quer de verdade? Ele precisa de espaço para o seu desenvolvimento.

A solução dialética começa com a pergunta de por que a briga surge. A mãe mede o estudo pelas horas à escrivaninha, o filho a liberdade pelas horas sem vigilância — ambos contam tempo. Se ambos perguntam, em vez disso, o que o filho quer saber fazer, a medida se desloca: quem aprende num projeto próprio, num instrumento, num programa, numa equipe, exercita perseverança e autonomia ao mesmo tempo. A questão das horas se resolve sem ser dividida, porque deixou de ser a pergunta certa.

No resultado ambas as preocupações originais são preservadas — a preocupação com o futuro como o espaço para o desenvolvimento —, sua contradição é superada, e a solução explica de onde ela veio: de uma medida comum, estreita demais.

Nem toda contradição se resolve de modo que ambos os lados possam subsistir lado a lado. Às vezes um lado gera o outro, como um agente patogênico que se espalha no corpo e, justamente por isso, desperta a defesa que na maioria das vezes o aniquila. E algumas coisas consistem em nada mais que na transição entre ambos os lados, como um movimento que não se deixa apreender nem com "está neste lugar" (DE: „ist an diesem Ort") nem com "não está neste lugar"

(DE: „ist nicht an diesem Ort“). Também então o pensar procura o princípio a partir do qual ambos os lados se tornam compreensíveis, mesmo que a oposição permaneça.

Contradições não são panes no caminho da verdade — põem o pensar em movimento. Enquanto tudo corre liso, verificamos de passagem, sem perceber, assim como você verifica ao ler estas linhas. Só quando algo não se encaixa, quando nossas expectativas são frustradas, começa o pensar explícito: paramos, nos admiramos e perguntamos como isso pode ser.

As contradições tornam-se assim motor do conhecer. Dialética significa: encontrar a unidade das contradições no princípio superior que as explica. Quem fica nas contradições tem duas afirmações; quem risca um lado perdeu uma informação. Avança quem procura o princípio a partir do qual ambos os lados se tornam compreensíveis.

Capítulo 8: Tudo tem de combinar — O princípio vivo do detetive

Muitos bons romances policiais têm este momento: Hercule Poirot reúne todos no salão. Miss Marple deixa de lado o seu tricô. Sherlock Holmes acende o cachimbo. Daqui a pouco mostrarão como tudo se encaixa. Cada indício, cada observação, cada comentário por mais secundário — tudo encontrará o seu lugar. Mas a realidade é mais complexa que qualquer romance policial: ela não fica parada enquanto investigamos.

8.1 A estrutura universal da coerência

O que o detetive demonstra no salão encontra-se também em outros lugares: o médico, ao diagnosticar, precisa integrar sintomas, valores laboratoriais e informações sobre a história da doença num quadro clínico coerente. Cada detalhe precisa ter o seu lugar.

O historiador reúne diferentes fontes, achados arqueológicos e relatos da época, que devem resultar num quadro consistente do passado.

O princípio do detetive diz: no fim tudo tem de combinar. Nenhuma observação pode ficar de fora, nenhum fenômeno pode permanecer inexplicado. Como um quebra-cabeça em que cada peça tem o seu lugar — só que esse quebra-cabeça é vivo.

8.2 Salvar os fenômenos

Toda observação genuína, todo fenômeno, todo indício contém uma parcela de verdade, mesmo que nossas primeiras interpretações tenham sido falsas. Observações quase nunca são totalmente falsas — precisam ser "salvas" (corretamente situadas). Teorias e interpretações podem ser totalmente falsas e então são descartadas, não integradas.

Exemplo do romance policial: o mordomo parecia suspeito porque estava nervoso. Isso era uma observação genuína. A interpretação "ele é o assassino" (DE: „er ist der Mörder") era falsa. A explicação correta: tinha medo de perder o emprego, porque estava embriagado no dia do crime. O nervosismo era real e importante — mas para o esclarecimento do caso, não como motivo de assassinato.

"Salvar os fenômenos" — a expressão vem da astronomia grega: sozein ta phainomena, salvar as aparências. Assim se chamava ali a tarefa de explicar os movimentos no céu de modo que nenhuma observação fosse suprimida. Significa: todas as observações genuínas precisam encontrar o seu lugar na explicação. Quando a teoria heliocêntrica substituiu a geocêntrica, mesmo assim todas as observações tiveram de ser explicadas — por que parece que o Sol gira em torno da Terra? A nova teoria explica as velhas observações melhor.

E salvar significa também: guardar o que ainda não se deixa explicar. O bom detetive não joga fora o indício que não cabe em nenhuma interpretação — coloca-o visivelmente sobre a mesa. Saber o que não se explica faz parte da explicação; os itens em aberto são os momentos de resistência em que a próxima interpretação, melhor, se apoia.

E há o caso mais duro: o indício que mente. O culpado planta uma pista falsa; a testemunha diz de propósito a inverdade, porque a verdade a incriminaria. Aqui o bom detetive descarta — mas descarta de um modo determinado. Risca a declaração como relato sobre o curso do crime e a salva como fato de direito próprio: que se mentiu é ele mesmo um indício, muitas vezes o mais valioso de todos. A pista falsa não mostra para onde aponta — mostra que alguém tinha interesse em plantá-la. Descartar, no bom detetive, nunca significa jogar fora. Também o engano é salvo como fenômeno — como o fenômeno que ele é.

8.3 O enigma do acidente de trânsito

A situação: num acidente de trânsito há quatro testemunhas com declarações totalmente diferentes. O aposentado diz: "O carro vermelho andava rápido demais e bateu no azul." (DE: „Das rote Auto ist viel zu schnell gefahren und hat das

blaue gerammt.“) O adolescente afirma: “O carro azul passou no sinal vermelho e atingiu o vermelho.” (DE: „Das blaue Auto ist bei Rot über die Ampel und hat das rote erwischt.“) A mãe com a criança declara: “Um cachorro correu para a rua, por isso os dois frearam bruscamente.” (DE: „Ein Hund ist auf die Straße gelaufen, deshalb haben beide abrupt gebremst.“) O motorista de caminhão acha: “O semáforo estava com defeito e piscava só em amarelo.” (DE: „Die Ampel war defekt und blinkte nur gelb.“)

Reações superficiais seriam céticas (“Todos se contradizem, nunca poderemos saber o que realmente aconteceu” (DE: „Alle widersprechen sich, wir können nie wissen, was wirklich passiert ist“)), autoritárias (“Só o policial pode decidir quem tem razão” (DE: „Nur der Polizist kann entscheiden, wer recht hat“)) ou relativistas (“Cada um tem sua verdade, todas as versões são igualmente válidas” (DE: „Jeder hat seine Wahrheit, alle Versionen sind gleich gültig“)).

A análise detetivesca procede de outro modo. Primeiro leva a sério todas as observações. Cada declaração talvez contenha elementos verdadeiros. Nenhuma das testemunhas mente de propósito. Depois pergunta de onde cada um observou. O aposentado estava de lado, vê bem as velocidades, mas ouve mal. O adolescente tem boa vista, mas estava distraído com o celular. A mãe é muito atenta por causa da criança, vê detalhes. O motorista de caminhão tem visão de cima, conhece situações de trânsito.

Por fim procura a coerência. Como todas as declarações poderiam estar em parte certas? Reconstrução possível: o semáforo estava com defeito (motorista de caminhão). Um cachorro correu para a rua (mãe). O carro azul freou forte e só parou além da linha de retenção. O carro vermelho bateu atrás, porque andava rápido demais para a situação (aposentado). O adolescente viu o carro azul rolar além da linha, isso procede. “No vermelho” ele acrescentou mentalmente, pois o semáforo não mostrava vermelho, e quem atingiu quem lhe escapou ao olhar para o celular. Ninguém tinha inteira razão; algo de certo cada um tinha visto. O que se salva é o que cada um viu, não o que fez disso.

8.4 Quando surgem resistências

Às vezes a primeira integração não basta. Uma testemunha contradiz todas as outras. Uma observação não se encaixa no quadro. Um indício perturba a bela teoria. Aqui se separa o bom do mau trabalho de detetive.

Maus detetives ignoram indícios incômodos ou os entortam. “A testemunha deve estar enganada.” (DE: „Der Zeuge muss sich irren.“) “Isso é sem importância.” “De algum jeito isso se encaixa.” (DE: „Das passt schon irgendwie.“)

Bons detetives levam as resistências a sério. São indícios de que a teoria até então é incompleta ou falsa, e obrigam a procurar uma explicação que acolha também o perturbador. O que obstinadamente resiste às nossas expectativas mostra a direção da verdade.

8.5 A revolução científica como trabalho de detetive

A descoberta da bactéria estomacal Helicobacter pylori mostra o princípio do detetive em ação. Por décadas valeu: úlceras gástricas surgem por estresse, comida picante e excesso de ácido gástrico. No estômago ácido, dizia a doutrina vigente, nenhuma bactéria poderia viver por muito tempo. Quem mesmo assim encontrava algumas as tinha por contaminação.

Dois médicos australianos levaram o achado incômodo a sério. As bactérias estavam presentes em quase todos os pacientes com úlcera e se deixavam cultivar. Um dos dois bebeu uma cultura e, em poucos dias, teve uma inflamação da mucosa gástrica — ainda não uma úlcera, mas a evidência de que o germe adoece no estômago. Que ele também causa úlceras mostrou-se só no tratamento: quem se livrava dele com antibióticos tinha-as de novo com frequência muito menor.

O resultado foi uma ruptura na gastroenterologia. Salvaram-se com isso também as velhas observações: estresse e ácido podem de fato agravar úlceras — só que a causa principal é outra.

8.6 A coerência viva

O princípio do detetive não é apenas um método para romances policiais ou pesquisa científica. Você o aplica diariamente quando tenta compreender o que acontece à sua volta. Ao ler o jornal, ao compreender pessoas, ao resolver problemas — em toda parte você reúne indícios e os articula num quadro coerente.

Mas essa coerência é viva, não rígida. Novas experiências podem mudar o quadro geral, observações perturbadoras obrigam à revisão, teorias melhores substituem as piores. Isso faz da busca da verdade um processo dinâmico, não um acontecimento único.

Aqui a velha frase “O verdadeiro é o todo” ganha um primeiro sentido: a verdade não está em afirmações isoladas, mas na integração sistemática de todos os aspectos num todo coerente. Cada indício tem nele o seu lugar, como parte da explicação ou como item em aberto visivelmente guardado. E o todo é

vivo: não é rígido nem concluído, mas se desenvolve por novas experiências e melhor integração. Se amanhã surge um novo indício, o quadro não é jogado fora, mas ampliado.

A verdade surge assim por coerência sistemática: todos os indícios têm de caber no quadro geral. Essa coerência não é construída arbitrariamente, ela segue a lógica da própria coisa, pois o quadro tem de acolher também o indício que não quer encaixar. Quem pensa como um bom detetive toma contradições como pistas em vez de obstáculos, e mesmo numa situação confusa encontra, por trabalho paciente, muitas vezes uma conexão.

Capítulo 9: Os diferentes tipos de indícios

O princípio do detetive nos mostrou: no fim tudo tem de combinar, cada observação tem de ter o seu lugar. Só que o que tem de combinar não é de um só tipo.

9.1 A sabedoria da competência inconsciente

Imagine um médico experiente que trata pacientes há trinta anos. Um paciente jovem entra, queixa-se de sintomas inespecíficos. Os valores laboratoriais são normais, todos os exames negativos. Mas o médico experiente sente: “Há algo errado.” (DE: „Da stimmt etwas nicht.“) Não sabe justificar exatamente — algo na postura, no timbre da voz, em nuances minúsculas que aprendeu a ler ao longo de anos.

Isso é não científico? Pouco confiável?

Não, se se vê de onde vem esse faro. É uma competência inconsciente, o resultado de décadas de experiência. O médico viu milhares de pacientes, reconheceu inúmeros padrões sutis que não se encontram em manuais. Seu “pressentimento” é experiência condensada — altamente complexa, mas não analisável conscientemente.

Prática inconsciente não é simples hábito. Há níveis de competência. O iniciante pensa conscientemente cada passo. O competente aplica regras. O especialista age a partir da experiência. Mas o mestre desenvolveu uma forma de saber que vai além de regras conscientes.

O pianista mestre já não pensa em cada movimento. Seus dedos “sabem” onde pertencem. O artesão experiente sente se o material está bem assentado. A mãe experiente reconhece pelo choro do filho o que ele precisa.

Essa competência intuitiva não é o contrário da racionalidade, mas uma de suas formas: saber tão profundamente exercitado que trabalha sem reflexão consciente. Também ela pode errar, onde a situação é diferente daquela em que foi exercitada.

9.2 As diferentes qualidades de pistas

O detetive está diante de um caso complexo e tem de avaliar os mais variados tipos de indícios. Fatos duros — impressões digitais, vestígios de DNA, carimbos de hora das câmeras de vigilância — são difíceis de falsificar, mas em geral só dizem o que aconteceu e quando. O como, fornecem-no testemunhas, subjetivamente coloridas e muitas vezes contraditórias, mas ricas em conexões; o porquê, muitas vezes só o saber sobre como as pessoas costumam se comportar e o que em seu entorno, em sua época, em sua comunidade vale como evidente. Análises de laboratório e medições são precisas, mas mudas, até que alguém as interprete; o saber de experiência interpreta rápido e muitas vezes acerta de modo surpreendente, mas no caso isolado não pode se justificar, no máximo pelo seu balanço de acertos em muitos casos.

Cada tipo é forte onde outro é cego. Por isso o investigador experiente os combina de modo que se completem e se corrijam.

9.3 Detetives do cotidiano — suas próprias regras práticas

Pistas você as pondera no cotidiano há muito tempo, sem chamá-lo assim. Num problema técnico, você confia mais no manual que no seu sentimento. Numa briga entre amigos, confia mais no faro para o não dito que em qualquer guia. Na receita da avó você não pergunta por um estudo, porque deu certo cem vezes, e diante de uma notícia que o exalta, você confere se outras fontes relatam o mesmo.

Tais regras práticas são ponderações: dizem que tipo de pista conta quanto em que âmbito. Você as aprendeu por acertos e fracassos, e elas mudam quando uma fonte em que você confiou por muito tempo o decepciona.

9.4 A arte da integração

Como você integra diferentes tipos de saber que “funcionam” de modo totalmente diferente?

Experimento 9: A compra do carro usado

Imagine que você compra um carro usado. Diferentes "indícios" entram na sua decisão — verifique em cada um quanto peso você lhe daria:
O perito técnico verifica motor, freios, câmbio segundo critérios objetivos. Seu laudo é preciso e factual.
Seu amigo experiente, que conserta carros há décadas, escuta o motor e diz: "Soa bem." Não sabe explicar exatamente o que ouve, mas sua avaliação costuma acertar.
A vendedora conta a história do carro — quem o dirigiu, como foi tratado, por que é vendido. Subjetiva e movida por interesse, mas rica em contexto.
Sua própria intuição no teste drive pergunta: o carro parece certo? Combina com você? Difícil de objetivar, mas importante para a decisão.
Avaliações online mostram quão satisfeitos outros estão com esse modelo. Estatisticamente relevante, mas não necessariamente transferível ao seu caso.
O preço em comparação com ofertas semelhantes é objetivamente mensurável, mas influenciado pelo mercado e pela habilidade de negociar.
Você tem de integrar todos esses tipos diferentes de informação numa decisão. Nenhum isolado basta — mas juntos formam um quadro suficientemente sólido para uma decisão importante.

O achado aqui é uma questão de fato: os indícios podem ser ponderados de outro modo que o proposto, e quem o faz tem razão ou não, como em qualquer questão de fato. Em experimentos como o do segundo capítulo, decidia a forma; aqui decide a coisa.

9.5 Quando fontes se contradizem

Mas e se diferentes indícios se contradizem? O perito diz "tecnicamente impecável", mas seu amigo experiente está cético. A vendedora exalta a confiabilidade, mas online você encontra reclamações sobre esse modelo.

Aqui volta o que o Capítulo 7 mostrou no bastão: a contradição não encerra o conhecer, ela o impulsiona. Leva a perguntas como estas:

Que fonte é mais confiável neste âmbito específico? Poderiam ambas ter razão, mas enfatizando aspectos diferentes? Há informações adicionais que dissolvem a contradição? O que talvez eu esteja ignorando?

Muitas vezes essa análise aprofundada leva a compreensões que você nunca teria alcançado sem a contradição. O aparente conflito torna-se porta para melhor compreender.

9.6 O trabalho de detetive refletido

Regras práticas têm um senão: seguimo-las sem notar, também onde já não servem. Suponha que você tenha acreditado três vezes em artesãos que sabiam descrever convincentemente o seu trabalho, e três vezes outro teve de refazer. Quem nota isso não verifica, na quarta vez, apenas a oferta, mas também o seu próprio modo de verificar: deixo-me guiar por uma boa narrativa mais do que por achados? Procuro sobretudo o que confirma o que já creio? Que tipo de pista negligencio regularmente?

Esse pensar sobre o próprio pensar faz da formação espontânea de juízo uma busca da verdade que aprende com seus erros.

9.7 Contra duas unilateralidades

Quem conhece os tipos de indícios pode reconhecer duas unilateralidades que se espelham. Uma é o cientificismo: só deixa valer o que se deixa medir e tem a experiência, a intuição e o saber cultural por ruído. Com isso ignora o que o médico do início deste capítulo viu na postura de seu paciente. A outra é o irracionalismo: confia mais no sentimento que em qualquer análise e ignora que também a experiência condensada erra onde a situação é nova. Ambas tornam o julgar aparentemente mais fácil, porque elevam um tipo de pista a juiz de todos os demais.

Quem, ao contrário, sabe até onde cada tipo alcança pode decidir com responsabilidade mesmo com informação incompleta.

Cada tipo de indício tem a sua própria qualidade e exige o seu próprio trato. Competência inconsciente não é desconhecimento, mas experiência condensada. Quem reúne fatos duros, saber de experiência, contexto cultural e intuição de modo que se verifiquem mutuamente não está entregue nem aos dados nem aos próprios preconceitos.

PARTE II: O QUE CONCORDÂNCIA SIGNIFICA

Capítulo 10: A comparação que não é uma — Como coerência e correspondência se encontram

Por nove capítulos fizemos a mesma coisa, em círculos crescentes: verificamos, desde a primeira frase; descobrimos pressupostos sobre os quais todo verificar se assenta; ganhamos pré-juízos como pontos de partida; articulamos perspectivas no elefante, usamos contradições como portas, ponderamos indícios e os integramos como o detetive. E tudo isso aconteceu na nossa experiência. Daí resulta uma das mais antigas questões filosóficas: uma afirmação é verdadeira quando concorda com a realidade — ou quando combina com as nossas outras convicções? A disputa entre "correspondência" e "coerência" é antiga: uma concepção remonta à Antiguidade, a outra se formou há pouco mais de cem anos como seu adversário declarado. Talvez ambos os lados desconheçam uma interação que já praticamos há muito.

10.1 O dilema aparente

À primeira vista, coerência e correspondência parecem contradizer-se. A teoria da coerência diz: "Uma afirmação é verdadeira quando combina com todas as nossas outras convicções fundamentadas." (DE: „Eine Aussage ist wahr, wenn sie zu all unseren anderen begründeten Überzeugungen passt.") Isso soa razoável. Um novo pensamento tem de se inserir no todo do nosso saber.

A teoria da correspondência diz: "Uma afirmação é verdadeira quando corresponde à realidade, isto é, concorda com ela." (DE: „Eine Aussage ist wahr, wenn sie mit der Wirklichkeit korrespondiert, also übereinstimmt.") (Não confundir com o princípio da correspondência da física, segundo o qual uma nova teoria tem de concordar com a antiga onde esta se comprovou.) Isso soa igualmente razoável. De que adianta a mais bela estabilidade interna se ela nada tem a ver com a realidade?

Ambas têm argumentos fortes. A teoria da coerência tem o seu lar onde de qualquer modo só se pode verificar em conexão — na lógica e na matemática: uma proposição está demonstrada quando se deixa derivar dos princípios do sistema. Ninguém põe um triângulo ao lado do mundo. Dali ela generaliza: verdadeiro é o que se deixa inserir. Com isso contorna elegantemente as dificuldades de comparar com a realidade — mas apenas as contorna: a questão de como essa concordância deve acontecer, deixa-a sem resposta.

A teoria da correspondência objeta: o que, então, ainda distingue verdade de bela fantasia? Um sistema delirante pode ser perfeitamente coerente — mas nada tem a ver com a realidade.

10.2 A separação aprendida entre interior e exterior

Ambas as teorias pressupõem a mesma distinção: aqui o espírito, lá o mundo. O que há de verdadeiro nelas se mostra quando se pergunta de onde vem essa distinção. Ela nos é tão evidente que esquecemos tê-la aprendido um dia.

O bebê tem de construir primeiro a fronteira entre si e o mundo — e a constrói justamente nas resistências: a bola rola para longe e não volta só porque ele quer. A fome não é saciada assim que surge. A mãe se afasta e não se deixa trazer de volta por desejo. No que não se dobra ao desejo surge a distinção: lá fora há algo que segue leis próprias — e aqui estou eu.

Essa separação é uma conquista, e o ser humano moderno vive inteiramente nela. Quando você não tem certeza se deixou a luz acesa, não continua pensando — você vai ver. Quando alguém afirma que há um óvni no jardim, você primeiro verifica se isso combina com tudo o que sabe — e se não o tem de antemão por absurdo, vai ao jardim. Fica claro: algumas coisas não se decidem no espírito. É preciso ver, tocar, medir, perguntar — pôr o modelo à prova no mundo. Isso é exatamente o que há de verdadeiro na teoria da correspondência — só que não é uma teoria, mas prática de vida aprendida: toda a ciência com seus experimentos é a sua forma cultivada.

O que se aprende aí é a separação, não o verificar. Esperar algo, esbarrar em algo que não se dobra e tentar de outro modo: isso já o bebê faz; nesse verificar é que ele aprende a separação. O que se constrói sobre isso tem uma história e não é o mesmo em toda parte — os métodos da ciência, a ponderação das fontes de que trata o Capítulo 19, também a regra declarada de que se devem fundamentos ao outro. No verificar essa regra já está contida antes de alguém enunciá-la (Capítulos 1 e 11.1). O aprendido pode melhorar e voltar a perder-se; o verificar em que foi aprendido o precede.

10.3 Tudo com que verificamos

> Experimento 10: A comparação que você nunca faz
>
> A "comparação" entre pensamento e realidade de que fala a teoria da correspondência, e que o nosso olhar-e-ver parece executar, ocorre de fato? Verifique você mesmo: quando você diz "Está chovendo", compara um pensamento na sua cabeça com uma chuva fora da sua cabeça?

No caso normal nem penso em chuva. Estou sentado à mesa, ouço um tamborilar na chapa da janela, vejo a rua escura e brilhante — e penso: está chovendo. O pensamento aqui segue a percepção como sua conclusão. Só quando algo levanta a questão a direção se inverte: alguém afirma que está chovendo; quero sair sem casaco; o tamborilar também poderia ser o aquecimento. Isso é um pequeno espanto: que algo talvez não seja como supúnhamos. E agora reflito, ou vou ver — na maioria das vezes ambos, alternadamente. O pensamento está primeiro ali, como afirmação, como pergunta, como expectativa, e procura a sua percepção: olho pela janela, abro a porta e sinto o ar úmido, leio a previsão do tempo, observo o radar de chuva, pergunto a quem acaba de entrar. Isso é o olhar-e-ver por si mesmo.

Tudo isso é mediado de modos diversos: ver próprio, ouvir próprio, um instrumento, um texto, a palavra de outro. E esses caminhos não são equivalentes — ninguém os trata assim. Se vejo a própria chuva, as gotas no vidro, os respingos na soleira, ou saio e me molho, então a questão está respondida; não resta dúvida que precise de verificação. Se alguém entra e diz que está chovendo, sua fala se verifica pelo que ele traz: o guarda-chuva pingando, o cabelo molhado, a roupa molhada a sustentam; se tudo isso falta, estranho — ou ele acabou de sair da garagem, e então depende de quão confiável ele é. Previsão do tempo e radar de chuva, por sua vez, acertam no geral e erram no detalhe: em certa costa a previsão muitas vezes não acerta, e o que o radar mostra nas nuvens nem sempre é o que chega embaixo. Ponderar as fontes, onde não são tão inequívocas quanto a chuva na própria pele, exige experiência — e os pesos dependem de circunstâncias e região.

Num ponto, porém, tudo isso se iguala: tudo com que você verifica entra no seu ato de conhecer — e é justamente ali que acontece também esse ponderar. Só ali você pode comparar, ordenar, compreender. Isso vale muito além dos sentidos — para recordações, relatos, livros, valores medidos, estatísticas, demonstrações, experimentos: fundamentos eles só se tornam ao vos encontrar e serem processados por você. Mesmo o que o instrumento mais fino mede

só se torna meio de conhecer quando sua indicação é lida, seu funcionamento compreendido, seu resultado situado.

Nada disso é por isso meramente subjetivo ou irreal. A chuva não se torna menos real porque você precisa vê-la para conhecê-la; a medição não se torna menos objetiva porque alguém precisa avaliá-la. Isso mostra apenas uma coisa: um lugar fora de todo conhecer, de onde pudéssemos pôr o nosso conhecer ao lado do mundo, não o temos. Tudo com que verificamos a verdade nos vem ao encontro dentro da mesma prática da verdade.

E em tudo o que nos vem ao encontro podem distinguir-se dois momentos. Algo se impõe: a chuva cai, queira eu ou não; o número no mostrador está como está; o relato da testemunha diz o que diz. E tudo é ao mesmo tempo ativamente processado: compreendido, situado, ponderado, posto em dúvida. Nenhum conhecer consiste só num dos dois — também o pensamento pode impor-se como uma melodia que não quer ir embora, e também o ver se deixa conduzir, por olhar, passo e lente. Mas dessa diferença, de qual momento conduz, depende todo o nosso verificar: se não tenho certeza de que chove, paro de refletir e vou ver — procuro aquilo que se me impõe, seja a indicação do barômetro ou a palavra de quem esteve lá fora.

Aqui já está a simples compreensão que a velha disputa encobre. A correspondência pergunta pelo conteúdo: o que nos chega atinge a coisa? A coerência pergunta pela forma: o conhecido se articula com o restante do conhecido? Mas conteúdo e forma não se encontram em dois lugares separados. Nenhum conteúdo é obtido sem conformação, nenhuma forma verifica sem conteúdo — ambos se encontram no mesmo enactuar, e já aqui se antevê que as duas teorias precisarão uma da outra.

10.4 A comparação que realmente acontece

Isso quer dizer que a comparação com a realidade é uma imaginação? Seria a conclusão errada. Imaginada é apenas a comparação sobre o abismo: aqui o pensamento pronto, lá o mundo pronto, e no meio um ponto de vista a partir do qual ambos se pudessem pôr lado a lado — essa é a comparação que não é uma. A real é mais cotidiana, e corre sem cessar — nos dois sentidos. Na maioria das vezes a percepção vem primeiro, e o pensamento que a capta tem de se comprovar no que vem depois; onde a pergunta vem primeiro, o pensamento procura a sua percepção: penso “está chovendo” e vejo as gotas — ele se comprova no que se impõe. Uma expectativa se cumpre ou fracassa. Um relato concorda com

uma medição ou entra em contradição com ela. Uma recordação é confirmada por um documento — ou corrigida.

E os meios de verificação se controlam mutuamente. No deserto parece haver água no horizonte; vou em sua direção, e ela recua — o ver mostrou algo que o andar não cumpre. Diante de mim parece haver um objeto; estendo a mão, e ela pega o vazio. O mesmo vale onde nenhum olho alcança mais: ninguém vê um vírus, a pré-história do universo ou a população de um país — trabalhamos com microscópios, vestígios, séries de medições, estatísticas, relatos, e a verificação consiste também ali em que acessos mediados de modos diversos são relacionados entre si: um método de medição controla o outro, uma previsão é medida por resultados posteriores, mãos independentes repetem o experimento. Mas o mero concordar de dois acessos ainda não leva longe — também um sonho pode enganar vários sentidos, e um delírio pode parecer redondo. A verificação se torna rigorosa ao crescer: sob ângulos variados, no agir repetido, por outros que olham e veem independentemente, em intervenções às quais a coisa responde conforme leis.

Assim entendidas, as duas velhas palavras dizem algo preciso. Correspondência↑ não significa que o pensamento seja uma segunda cópia, espiritual, da coisa; ela se mostra em que nossos diferentes acessos se deixam, em conjunto, sustentar ou, em conjunto, corrigir pela coisa. Coerência↑ não significa que montemos pensamentos sem contradição como nos convém; ela é a ordem em que todos os acessos recebem o seu lugar e a experiência perturbadora não é suprimida. Sem a primeira, um delírio fechado poderia valer como verdade; sem a segunda, impressões, medições e relatos ficariam um monte sem sentido. Aqui começa a crescer junto o que as duas teorias separavam.

Pode-se dizer com mais precisão como se relacionam, se se toma coerência tão amplamente quanto aqui se faz: como concordância não só dos pensamentos entre si, mas com tudo o que nos vem ao encontro, também com o que se impõe. Nesse sentido amplo, o que não corresponde também não é coerente: uma representação em que a experiência tropeça já não combina com o resto que alguém sabe e supõe — e essa ruptura ocorre dentro do mesmo contexto em que ocorrem também as rupturas lógicas. A verificação da correspondência não é por isso um segundo procedimento ao lado da verificação da coerência, mas seu caso mais exigente: aquele em que o resistente não se deixa eliminar por repensar. No sentido estreito, como mera concordância dos pensamentos entre si, a teoria da correspondência conserva a razão com a sua objeção: um delírio pode ser perfeitamente coerente em si. O que o separa da verdade não é que nunca lhe aconteça algo inesperado. O inesperado ele o incorpora depois. O que lhe falta é a disposição de deixar valer uma resposta que ele não poderia

ter dado a si mesmo. Ele reinterpreta também a resistência que por nenhuma reinterpretação se deixa eliminar.

Com isso também a resistência está determinada. Ela não é o choque de uma realidade de fora contra um pensar aqui dentro, mas o sinal de que um contexto já não se fecha — e de que algo precisa ser tornado coerente que ainda não o é.

E ainda outra coisa acontece nesse comparar: dele ganhamos a distinção entre interior e exterior, em vez de pressupô-la. Porque algo se deixa conduzir e outra coisa se impõe, porque o visto e o tateado podem divergir, porque o desejo fracassa diante da impressão, a criança já traça a fronteira: isto pertence a mim, aquilo segue leis próprias — ela agarra e não alcança, esbarra, cai, tenta de novo, e distingue pouco a pouco o próprio corpo, os outros, o mundo. A separação entre espírito e mundo não é o abismo que o conhecer teria primeiro de transpor; é um resultado da experiência e permanece nela verificável. Não é o mundo que assim se produz — mas o nosso saber sobre o que pertence a nós e o que segue leis próprias.

10.5 Verificamos agindo

Os exemplos deste capítulo têm algo em comum que o Capítulo 3 já mostrou na mesa da sua infância. Para desmascarar a aparência no horizonte, fui em sua direção; para verificar o objeto aparente, estendi a mão; para olhar e ver, abri a porta. Os meios de verificação nunca estiveram quietos lado a lado como cartas sobre a mesa — entraram em jogo na medida em que eu agi. Quero saber se a parede é oca — e bato. A ciência faz o mesmo com método: altera deliberadamente condições, constrói instrumentos, repete, prevê e intervém. No agir a coisa responde — dobra-se à expectativa ou lhe resiste. Que a água recue quando me aproximo, só o experimento porque me aproximo.

Daí se poderia concluir: verdadeiro seria o que se comprova no fazer, o que funciona. Há nisso algo de verdadeiro, e o Apêndice A mostra quanto. Mas leva ao erro assim que se faz do agir o único juiz — pois um fazer só revela algo na medida em que é compreendido. Que a água recue ensina-me “isto era ilusão” só quando penso a contradição entre ver e andar. Sem esse pensamento, o recuar permaneceria um acontecimento entre muitos. Um agir sem o pensamento que o capta não seria conhecer, mas cambalear — também o bêbado esbarra nas coisas e é empurrado por elas, e no entanto nada conhece. E, inversamente, permaneceria vazio um pensar que nunca se expõe a uma ação, a uma experiência, a uma possível resistência. Ambos se engrenam: agimos a partir de uma compreensão e modificamos a compreensão pelas consequências do agir. Também

"comprovar-se" significa por isso mais que mero funcionar: uma ilusão pode funcionar por um tempo, uma teoria falsa prever certo por acaso, uma ideologia ordenar eficazmente uma sociedade. Verdadeiro é o que resiste à verificação crescente — aos diferentes acessos, às contraprovas, às consequências.

10.6 A coisa é mais que nossa imagem atual

Resta uma pergunta em que se decide se o que vimos até aqui leva a uma armadilha. Se tudo com que verificamos aparece no nosso enactuar do conhecer — temos então o mundo real afinal, ou sempre apenas as nossas imagens dele? Estamos numa bolha, e o que realmente é permanece para sempre atrás?

A pergunta traz em si uma advertência legítima, e queremos guardá-la. Nossa imagem atual não é necessariamente a coisa inteira; podemos ter ignorado, ponderado mal, trabalhado com uma ordem insuficiente. A ideia de um além por trás é por isso, de início, um item da ordem: ela registra que pode haver mais do que o que apreendemos no momento. Essa reserva não precisa estar como conceito na cabeça — a criança que olha mais uma vez a enactua sem conhecê-la. Mas ela está em todo verificar de novo: quem achasse que a sua imagem já era a coisa inteira não teria razão para voltar a olhar, e estaria acabado a cada erro. A ideia do além por trás apenas torna explícito o que a prática da verificação já contém tacitamente: que a coisa poderia ser mais que a nossa imagem dela.

Só é preciso ver o que esse item cobre e o que não cobre. Muitos limites determinados nós conhecemos: o olho não resolve o que só o microscópio mostra, e todo instrumento tem o seu alcance. Tais limites se mostram dentro da experiência — em falhas, em contradições, no sucesso dos meios melhores —, e o que está além permanece uma pergunta aberta, não um segundo mundo. Diferente é a barreira afirmada do conhecer em geral. Se alguém quisesse afirmar que todo o nosso conhecimento é apenas a nossa imagem e erra em princípio a verdadeira coisa, teria de, para saber isso, já conhecer essa coisa e compará-la com a nossa imagem — mas então ela não seria o além inalcançável que ele fez dela. Quem afirma que e onde fica o limite total, seu juízo teria de fazer mais do que esse limite permite — ele fala de ambos os lados de uma divisória cujo um lado, supostamente, nunca alcança. Como barreira fundamental do conhecimento, o além por trás se suprassume a si mesmo.

A formulação mais forte da objeção, é verdade, não traça o limite por uma comparação. Traça-o de dentro: nosso conhecer tem formas que ele próprio traz — que tudo aparece no espaço e no tempo, que perguntamos por causas. Por isso, diz a objeção, conhecemos as coisas apenas como aparecem nessas formas,

e as próprias formas não cabem às coisas como são em si. Sobre as coisas em si nada mais se pode dizer. O além por trás não é então um segundo objeto, mas apenas a marcação de um limite. Assim formulada, a objeção está próxima do item da ordem acima, e nessa medida é legítima. Só que de "as formas vêm de nós" (DE: „die Formen stammen von uns") não se segue que não sejam também as das coisas. Isso só se segue se se pressupõe já o abismo entre ambos. E algumas formas tidas como necessárias mostraram-se, dentro da experiência, corrigíveis. Que o espaço siga as leis da geometria escolar valeu por muito tempo como condição de todo intuir, e a física mostrou que o espaço em que os corpos se movem é construído de outro modo em grandes massas. Se com isso também a forma do nosso intuir está corrigida, é discutível. Está demonstrado que não se sabia de antemão como o espaço das coisas é construído. O limite não está, portanto, fixado de antemão. Ele se desloca, e o seu deslocamento é a correção de que se fala a seguir.

O que o item realmente cobre, conhecemos bem: o movimento da correção. Uma expectativa fracassa; uma observação não se encaixa; um documento ignorado muda o quadro; uma geração posterior descobre o pressuposto que à anterior era evidente e por isso invisível. Só em retrospecto se torna visível: aqui houve um erro, uma lacuna, um ponto cego. Um erro que por princípio não pudesse mostrar-se de nenhum modo — nunca, para ninguém, em nada — não se distinguiria da verdade; o discurso do erro perderia o sentido.

O erro que apenas ainda não se mostrou, porém, existe — só que é uma compreensão da retrospecção, não uma divisão para hoje: o erro que verei amanhã não posso hoje distingui-lo dos meus juízos sólidos, do contrário já o teria visto. Por isso a reserva geral "eu poderia me enganar" (DE: „ich könnte mich irren") não é objeção a um juízo determinado. Vale igualmente para cada um e portanto não distingue nenhum.

Que uma verdade conhecida não seja a última palavra pertence a ela mesma: ela está no processo da verdade, e ordens melhores podem vir. Um motivo para contradizê-la isso por si só não é. Com razão se lhe pode contradizer onde o possível erro se torna prático: no indício que não se encaixa, na contradição, na pergunta em aberto, no item guardado em que se deve seguir procurando. Então a contradição é legítima, e a verdade conhecida que passou por ela é melhor que a anterior. Um erro não descoberto não é um menor. Ele só ainda não nos é acessível, e até lá trabalhamos com a melhor imagem fundamentada que temos e mantemos visíveis as suas lacunas.

O além por trás não é assim um objeto oculto ao lado dos objetos. É o nome da coisa ainda não esgotada — daquilo nela que experiências ulteriores podem sustentar, ordens anteriores romper, correções posteriores possibilitar. A coisa é

mais que a nossa imagem atual, mas nenhum muro a separa dela: seu excedente se mostra no movimento em que a nossa imagem cresce nela — na resistência em que o desejo se quebra, a mesma em que a criança já descobria o mundo.

Com isso a bolha diante da qual estávamos não é uma. Não estamos aqui no espírito, e lá, inalcançável, estaria o mundo; estamos sempre já em relação de conhecimento com ele. E justamente porque o mundo não corre segundo o nosso pensar, pode corrigir o nosso pensar. A resistência é a ponte entre correspondência e coerência: nela a coisa se anuncia dentro do nosso enactuar — no pensar o anúncio recebe a sua conexão.

10.7 A resistência como indicador de caminho

No cotidiano essa resistência se anuncia mais ou menos assim: você tem certeza de ter colocado a chave no bolso do casaco. Pode convencer-se disso o quanto quiser — o bolso continua vazio. Seu pensamento desejoso esbarra num limite, e esse limite se mostra como resistência dentro da sua experiência.

Ou: você calcula doze vezes treze e obtém cento e cinquenta. Pode afirmar por um tempo que isso procede — mas assim que verifica sistematicamente (tenta diferentes caminhos de cálculo, pergunta a outros, usa a calculadora), a resistência se mostra. A realidade matemática se impõe, mesmo contra o seu primeiro impulso.

Por fim: você está convencido de que o seu carro tem gasolina suficiente. Essa convicção é coerente com suas recordações (“Abasteci semana passada” (DE: „Ich habe letzte Woche getankt“)) e seus planos (“Quero ir ao aeroporto” (DE: „Ich will zum Flughafen fahren“)). Mas no caminho o motor para, o indicador do tanque marca vazio. Suas convicções coerentes esbarram no limite de uma realidade resistente, e você precisa desenvolver uma nova coerência que explique também o fenômeno rebelde (“Eu me enganei” (DE: „Ich habe mich geirrt“) — ou “O tanque tem um vazamento” (DE: „Der Tank hat ein Leck“)). A objetividade se mostra onde o passo anterior já apontava: na resistência dentro da experiência.

10.8 Como coerência e correspondência trabalham juntas

Com isso se pode dizer como coerência e correspondência trabalham juntas. Não são dois procedimentos, mas um. A coerência exige que todas as experiências e convicções formem um todo concordante; como no detetive ao fim do caso, todo indício tem de ter o seu lugar. A verificação da correspondência é o seu caso

mais rigoroso: também o que não se deixa eliminar por reinterpretação tem de encontrar o seu lugar.

Considere a teoria da relatividade de Einstein. Tinha de explicar todos os fenômenos que Newton explicava (coerência com o saber anterior), explicar uma antiga e rebelde observação em que a teoria de Newton fracassara por meio século — a rotação da órbita de Mercúrio (correspondência), articular tudo numa teoria elegante (coerência sistemática) e fazer novas previsões que se comprovam (correspondência futura).

Com isso a teoria não está pronta. Continua a comprovar-se em novas observações, novos experimentos, novas aplicações. O que diz sobre espaço, tempo e gravidade passou por tanta verificação que pode valer como conhecido. Uma teoria mais abrangente não o descartaria simplesmente, mas o acolheria em si, como a teoria da relatividade acolheu a mecânica de Newton.

10.9 Por que essa compreensão é libertadora

Esse conhecimento nos liberta de um problema mal colocado. Não precisamos fazer a comparação sobre o abismo — espírito aqui, mundo lá, e um ponto de vista no meio que não existe. Precisamos apenas — como o detetive — integrar cuidadosamente todos os momentos da nossa experiência e prestar atenção às resistências.

O "mundo exterior" não se perde com isso; mostra-se na resistência. O "mundo interior" não é fechado; está em constante troca com experiências resistentes. A objetividade torna-se possível pela integração de todos os momentos da experiência, e a subjetividade é o lugar em que essa integração acontece.

Como no princípio do detetive: todos os indícios devem ser considerados, devem formar uma história coerente, e a história deve explicar o que de fato aconteceu. A "realidade" mostra-se nesse processo de integração como aquilo que constantemente resiste.

Com isso está esclarecida uma metade da coisa: que verificar e ordenar são o mesmo movimento e que nenhuma ponte precisa ser construída entre eles. A outra metade permanece em aberto — o que, a saber, distingue uma ordem de outra quando ambas resistem à experiência. Essa é a questão da própria articulação. Parte da resposta dá o Capítulo 15: a ordem melhor salva os fenômenos da outra e explica o que aquela não explica. Onde ambas rendem igualmente, a questão permanece aqui em aberto.

10.10 A aplicação prática

Para a busca da verdade isso significa: você não precisa escolher entre coerência e correspondência. Ambas trabalham juntas num processo.

Quando você recebe uma nova informação, pergunte-se: ela combina com o que você já sabe? E, de forma mais rigorosa: ela, ou a sua imagem, esbarra em algo que não se deixa eliminar por reinterpretação? A segunda pergunta não é outro teste que a primeira, mas o seu caso crítico. Se um achado não combina, antes de qualquer mudança é preciso verificar se ele cai sequer sob aquilo a que contradiz. Quem o nega deve poder dizer em que o reconhece, sem já pressupor a própria imagem; do contrário, a assegurou contra toda resistência.

Quando uma teoria fracassa diante de fatos resistentes, há três possibilidades, que se distinguem pela profundidade da intervenção: na restrição de domínio, a teoria continua válida, mas só numa parte do campo que reivindicava, enquanto para o resto entra em seu lugar uma mais abrangente, que a contém como caso-limite — a mecânica de Newton continua valendo para as velocidades e campos gravitacionais do cotidiano, a teoria de Einstein também além deles. Na revisão explicativa, os fenômenos observados continuam válidos, mas a explicação precisa ser revista fundamentalmente — a combustão continua sendo observada, mas entendida como absorção de oxigênio em vez de liberação de uma substância a que se chamava flogisto. Na transformação metodológica, por fim, a própria formulação da pergunta era equivocada e precisa ser refeita — mais exatamente: ela se desdobra em perguntas que se deixam responder honestamente. Da pergunta astrológica “O que dizem as estrelas sobre o meu destino?” (DE: „Was sagen die Sterne über mein Schicksal?“) surge a astronômica “Como se movem os corpos celestes?” (DE: „Wie bewegen sich die Himmelskörper?“) — e ao lado, a humana “Como interpreto a minha vida?” (DE: „Wie deute ich mein Leben?“), que já não se dirige ao céu. Nenhuma das novas perguntas herda a antiga inteira: o que nela buscava conhecimento e o que nela buscava sentido encontram cada um um campo próprio.

Em todos os casos trata-se de explicar melhor os fenômenos — de “salvá-los”, como dizia a ciência grega. Uma teoria que não explica sistematicamente fenômeno algum não é uma teoria científica, mas conversa vazia. Mas a maioria das teorias históricas explicava ao menos alguns fenômenos — e essa verdade parcial é integrada em teorias melhores, não simplesmente descartada.

Quando diferentes experiências não se deixam articular, isso é sinal de que há algo a descobrir.

A velha disputa entre teorias da coerência e da correspondência se dissolve assim: a verdade não é nem mera concordância com fatos nem pura construção

de pensamentos, mas o processo vivo de sua integração, em que o olhar-e-ver dentro da experiência e o articular se engrenam. Entre "objetividade" e "subjetividade" ninguém precisa escolher, pois quem verifica já as une. Há uma realidade cognoscível, mas ela se abre apenas no enactuar da busca da verdade.

Essa integração, porém, não trabalha em toda parte com o mesmo material. Os exemplos deste capítulo já o sugerem: a chuva na própria pele resiste de modo diferente da palavra de quem entra e diz que está chovendo. Até onde isso chega — e o que daí se segue para quem verifica —, mostra o próximo passo.

Para ler em seguida: *Pensar – Ordenar sem perder* (2025), Cap. 12

Capítulo 11: O que repele — e o que modificamos nisso

11.1 Quão diversamente a resistência se anuncia

Os exemplos até aqui eram de um só tipo. A chave está no bolso ou não; a conta confere ou não; o tanque está vazio. A resistência se anuncia rápida, inequívoca e sem consideração por ser ou não compreendida.

Não é assim em toda parte, e a diferença pertence à coisa.

Uma pedra resiste de modo palpável. Não se levanta porque alguém o quer; quem mesmo assim tenta sente-o nos braços. A resposta vem imediata, é inequívoca, e ninguém pode dissuadi-la. Fala-se de levitação, mas só em anedotas, nunca de modo que alguém pudesse contar com isso — com o que também este relato está verificado na resistência.

A si mesmo já se resiste de modo diferente. Quem quer aprender uma língua não esbarra numa parede, mas numa tenacidade: vai mais devagar do que se pensava. Quem quer largar um hábito experimenta que o propósito sozinho nada realiza. E quem se tinha por paciente experimenta, na terceira repetição, que a imagem que tinha de si não acertava. Essa resistência é mais suave, mais lenta e mais fácil de ignorar — mas é igualmente real e corrige algo que nenhuma balança mede: a representação de si.

Outras pessoas resistem de novo de outro modo. A expectativa de que alguém reaja como se pensava, via de regra, não se cumpre exatamente. Uma criança se comporta diferente do previsto, um colega interpreta uma observação de modo diferente do pretendido, um interlocutor numa briga tem razões que não se lhe atribuíam. Aqui a resistência se anuncia não como tenacidade, mas como surpresa — e corrige não uma imagem de uma coisa, mas de alguém.

Outras pessoas resistem ainda de uma segunda maneira que nenhuma pedra conhece. Uma pedra refuta uma expectativa, mas não exige resposta. Uma pessoa contradiz: opõe à minha afirmação uma sua e pergunta por que penso o que penso. Esta resistência não basta que eu corrija a minha expectativa. Devo-lhe fundamentos, assim como ele me deve. Por isso verificar entre pessoas nunca é apenas verificar nelas, mas sempre também verificar com elas.

A pedra que não se levanta mostra que a minha expectativa não procedia; por que, preciso descobri-lo sozinho. O outro pode dizer-me o que considera falso, e por quê. Isso não é uma resistência mais forte que a da pedra, mas de outra espécie: uma que dá fundamentos e cujos fundamentos preciso verificar eu mesmo. Por isso também nem sempre é a melhor. Um experimento que monto porque duvido da minha suposição pode ensinar-me mais que uma objeção que apenas diz que me engano. Quem contradiz julga por fundamento próprio e de outro lugar; vê o que eu do meu não vejo, também em mim. O que ignoro não posso dizê-lo a mim mesmo, do contrário não o teria ignorado; seus próprios pontos cegos nenhum olhar os vê, por mais cuidadoso que seja. Por isso o conhecer precisa da objeção de outro. A resposta que não se poderia ter dado a si mesmo, e na qual no Capítulo 10.4 o delírio se distinguia da verdade, vem muitas vezes dele.

Isso vale também para a imagem que faço dele mesmo. Uma tal imagem faço-a sempre, também de quem está sentado à minha frente: de encontros anteriores, de seu papel, do que sei das pessoas em geral. O que ele pensa e quer dizer eu não vejo; complemento. Essa imagem não é corrigida pelo fato de ele estar ali, mas porque responde. Por isso importa menos a proximidade que até onde alguém pode responder. Um livro resiste: diz o que diz, e não o que eu gostaria de ler. Mas a cada pergunta diz o mesmo. Uma carta responde, só que tarde, e ao que perguntei dias atrás. Ao telefone ou no chat a resposta vem logo, mas só sobre uma parte do que uma pessoa mostra: a voz, a escrita, uma imagem na tela. Mais plenamente responde o outro no encontro em que nos vemos: com a palavra, com a hesitação antes dela, com o olhar.

Também ler é um encontro, só que desigual. Verifica-se neste texto: onde você tem objeções, ele não as acolhe; leia a passagem outra vez, ela diz o mesmo. E no entanto o seu autor fala a todos e nisso também a você, e você lhe responde compreendendo, contradizendo e talvez vendo algo diferente de antes. Só que a resposta não o alcança. Isso é mais que escutar e menos que uma conversa: um entendimento um tanto e meio. No que se lê podem distinguir-se dois lados. O modo como alguém encontrou e disse o seu pensamento, seu propósito, seu tom, também o que nele incomoda, permanece seu. Por ele se o reconhece, e muitas vezes se reconhece por ele a si mesmo: alguém que, como nós, está em

seu tempo e ambiente, tem dificuldades, ama e busca a verdade. O pensamento, em contrapartida, pertence, na medida em que é verdadeiro, já não só a ele. Quem o verificou pode trabalhar com ele, ampliá-lo e passá-lo adiante, como se calcula sem saber quem encontrou a regra.

O que por fim existe entre as pessoas — regras não escritas, expectativas, evidências — resiste mais tarde e de modo mais difícil de apreender. Quem chega a outro país muitas vezes só percebe depois de meses em que se enganava: não por um fracasso isolado, mas porque algo corre sempre de novo diferente do esperado, sem que ninguém diga por quê. Quem recebeu as regras desde pequeno não as nota — elas não lhe resistem, porque já as segue.

A série não mostra um gradiente de real para menos real. Mostra que a resistência vem com rapidez diferente, é de nitidez diferente e é mais ou menos fácil de ignorar. A pedra não se deixa ignorar; a própria impaciência deixa-se ignorar por anos; uma cultura estranha deixa-se mal compreender por uma vida inteira sem que um fracasso isolado jamais o impusesse.

Disso resulta: quanto mais suave a resistência, mais depende de ser notada e pensada. Na pedra basta o choque. Na própria impaciência não basta: quem toma a terceira repetição por acaso nada experimentou. O que no capítulo anterior valia para todo agir — que um fazer só revela algo na medida em que é compreendido — torna-se aqui prático: a experiência que ninguém reúne passa de largo, e tanto mais quanto mais baixa a resistência.

Por isso a mera quantidade de vivido não é ainda experiência. Quem faz trinta anos a mesma coisa sem nunca verificar não tem trinta anos de experiência, mas uma, trinta vezes.

11.2 Quem verifica, modifica

Mais claramente se anuncia a resistência a quem intervém. Quem não toca a pedra não experimenta o seu peso; quem nunca diz uma palavra na língua estrangeira não experimenta a sua tenacidade; quem não se envolve com ninguém não é surpreendido.

Isso tem um reverso que pertence à mesma coisa: quem intervém para verificar modifica ao fazê-lo. Isso não é um efeito colateral lamentável, mas o mesmo movimento visto do outro lado.

E acontece tão diversamente quanto a resistência é diversa.

A pedra que ergo jaz depois em outro lugar. A floresta de que tiro madeira é outra. Essa é a forma palpável em que se pensa primeiro ao ouvir a palavra “modificar”.

Quem aprende uma língua modifica a si mesmo — não só seu saber, mas o que pode pensar e dizer. Quem larga um hábito é depois alguém com outras possibilidades. Essa modificação é a verificação: experimenta-se a própria tenacidade trabalhando nela.

Quem lida com outros os modifica junto. Toda pergunta deixa algo no perguntado, toda resposta no perguntante. Quem quer verificar como alguém pensa precisa conversar com ele — e quem conversa com ele já não o encontrou como teria sido sem a conversa.

E quem participa de relações comuns as modifica junto: por aquilo que faz e por aquilo que omite. Também aqui a modificação é a mais lenta e menos visível — usar uma palavra de outro modo e ser ouvido modifica o que doravante se pode dizer com ela.

Mas o que uma resistência ensina?

Nem toda resistência ensina igualmente. Quando o punho bate na mesa, a mesa resiste, mas isso era de se contar: confirma o que já se sabia. Há o que aprender onde algo não se encaixa no que foi esperado ou querido — se a mão atravessasse, se a pedra fosse mais pesada do que parecia ou não se levantasse, por mais que se queira.

Isso pode acontecer também no pensar. Uma conta não fecha. Um conceito não se deixa determinar sem contradição, por mais que se tente. Duas proposições que ambas parecem procedentes excluem-se.

É o mesmo processo que o capítulo anterior descreveu: um contexto já não se fecha. O que vem de fora e o que vem do próprio pensar não são aí duas verificações — ambos se anunciam como ruptura no mesmo contexto.

Uma diferença subsiste, mas ela não diz respeito ao tipo, e sim à inevitabilidade. Quem intervém recebe resposta depressa e dificilmente pode ignorá-la, pois a coisa responde, quer convenha ou não. No mero pensar até o fim é mais fácil acomodar o perturbador — encontra-se uma hipótese auxiliar, desloca-se um limite, declara-se o caso uma exceção. Daí o conselho de ir onde algo pode repelir: resistência há também em outros lugares, mas ali é a mais difícil de contornar.

11.3 A retroalimentação

O que se experimenta na resistência modifica quem conhece. O modificado vê outras coisas e intervém de outro modo. O intervir diferente gera outra resistência — e esta é o próximo objeto da verificação. O conhecer não está fora do que conhece.

Também este texto não é exceção. Ele não descreve apenas como se verifica; quem executa os experimentos pode depois verificar de outro modo. E o que ele descreve pode acontecer nisso: do texto sai então um leitor diferente do que entrou.

11.4 Quando a resistência é removida

A resistência é aquilo em que a coisa se anuncia. Quem não experimenta nenhuma nada experimenta — não porque não houvesse nada a experimentar, mas porque nada pôs diante de si que pudesse repelir.

Isso pode acontecer sem que alguém o pretenda.

A forma mais simples é a seleção própria. Quem lê o que confirma a sua expectativa e deixa de lado o que lhe contradiz arranjou para si um espaço em que nada mais repele. Pode ter razão nele por anos. Não custa nada, sente-se bem, e é externamente indistinguível de uma verificação rigorosa: afinal tem evidências, muitas vezes numerosas.

A segunda forma é a atribuição em vez da refutação. Quem não verifica uma objeção, mas a situa — "isso dizem os do outro lado" (DE: „das sagen die von der anderen Seite") —, não a refutou, mas se libertou dela. A diferença está no que é possível depois: uma refutação pode revelar-se falsa, uma atribuição não.

A terceira forma é a instalada. Onde um espaço é curado de fora, acontece o mesmo, só que não pelo indivíduo. Para quem nele lê, a diferença não é perceptível; para a coisa, tampouco. Como isso se dá sem decisão e em que se poderia verificá-lo, virá à tona mais tarde, quando se tratar da medida do normal.

Nos três casos o efeito é o mesmo. Que uma opinião falsa subsista é o dano menor, pois opiniões falsas caem em outros lugares. Mais pesa que cai a possibilidade de percebê-lo. Quem tira a contradição de cima de si não protegeu a sua convicção, mas aboliu a sua capacidade de aprender. Ainda tem convicções, mas já não verificação — e não pode ver a diferença de dentro.

Isso vale em qualquer direção, e nisso está a prova. É fácil reconhecer o mecanismo naqueles cuja posição se rejeita: esses só veem o que lhes convém, esses se isolam, esses só falam entre si. É bem mais difícil notá-lo em si mesmo — por um motivo que está na coisa: de dentro, um espaço isolado parece igual a um aberto. Tem-se fundamentos, tem-se evidências, tem-se aprovação. O que falta não é nada que se visse.

Por onde, ainda assim, se pode notá-lo não é o conteúdo das próprias convicções, mas uma pergunta à própria história: quando fui pela última vez virado numa questão que me era importante? Quem pode dar uma data tem um espaço

em que algo repele. Quem não pode dar nenhuma sempre teve razão ou, há algum tempo, não pôs mais nada diante de si.

E daí se segue o que vale a contradição. Ela não é o que se deve suportar porque assim convém. É aquilo em que, afinal, algo se deixa verificar — e quem a remove não se proporcionou sossego, mas desligou o retorno.

Mas se uma pedra resiste de modo diferente de um motivo e é modificada de modo diferente — valem então para estrelas e histórias, para natureza e cultura as mesmas formas de verdade?

Para ler em seguida: *A ética – O bem que já fazemos* (2026), Cap. 2 e 3

PARTE III: VERIFICAR DIVERSAMENTE

Capítulo 12: Os diferentes âmbitos da realidade

12.1 O que é e quem somos

> Experimento 11: Duas frases, duas verificações
>
> Verifique duas frases quanto à sua verdade. Primeira: “A mesa é marrom.” (DE: „Der Tisch ist braun.“) Segunda: “Hamlet é um grande drama.” (DE: „Hamlet ist ein großes Drama.“) O que você faz em cada caso — com que verificaria?
> Na mesa basta um olhar, se necessário um segundo com melhor luz. E em Hamlet? Ali não adianta olhar. Você teria de ler, comparar, vivenciar — talvez uma vida inteira.

Ambas as frases afirmam algo, e ambas se deixam verificar — mas não do mesmo modo. A palavra “verdadeiro” significa em ambas o mesmo. Diferente é com que se verifica e em que se mostra se o juízo se sustenta.

As ciências naturais relatam o que é. As ciências humanas falam sobre quem somos e o que produzimos.

12.2 O que é feito e o que não é

A distinção se baseia numa diferença que se deixa perceber, semelhante à entre interior e exterior no Capítulo 10.

A natureza é o que não foi produzido por seres pensantes. Um livro de física diz como os átomos se comportam, e os experimentos têm o mesmo resultado em Tóquio e em Berlim. Leis da natureza valem, até onde podemos verificar, igualmente em toda parte, independentemente de cultura e convicção pessoal.

O que nós mesmos produzimos, técnica, sociedade, cultura, comporta-se de outro modo. Um conto de fadas lhe diz algo sobre coragem e covardia, sobre

a transformação de uma pessoa por provas. Não o faz por experimentos, mas atingindo algo que as pessoas conhecem em si.

E há então o pensar que distingue ambos. Onde pergunta por que diferentes âmbitos exigem diferentes acessos, chama-se filosofia, e assim se chama também o que este capítulo faz.

12.3 Como a verdade se comprova diversamente

Como o Capítulo 11 mostrou na resistência, a realidade não se anuncia igualmente em toda parte. Correspondentemente, afirmações se comprovam de modos diversos, e nesse sentido, só nele, pode-se falar de diferentes formas de verdade. Elas correspondem aproximadamente aos tipos de resistência do Capítulo 11.1, da palpável da pedra, passando pela tenacidade com que se esbarra em si mesmo, até o que vale entre as pessoas; e a contradição dos outros, que exigem fundamentos, acompanha cada uma dessas verificações.

Uma afirmação empírica se comprova em experimentos repetíveis e em previsões que se cumprem. “A água congela a 0 °C” (DE: „Wasser gefriert bei 0 °C“) é verdadeira se a água, em condições normais, de fato congela a essa temperatura.

Uma afirmação existencial se comprova na vida vivida. “O amor é mais forte que o ódio” (DE: „Liebe ist stärker als Hass“) se comprova quando quem vive segundo essa compreensão experimenta, pelas consequências, que ela sustenta, também onde é difícil. Que consola, não basta. Um consolo pode ajudar por um tempo e ainda assim enganar. Comprovada, uma compreensão só está quando resiste às experiências que poderiam falar contra ela.

Uma tradição cultural se comprova em que ajuda pessoas, ao longo de gerações, a viver juntas e a elaborar suas experiências. Isso é uma pista, ainda não uma demonstração: também uma tradição que inventa inimigos mantém uma comunidade unida. Verdadeira ela só se diz quando resiste também às experiências que nela não cabem e às consequências que tem.

Uma forma própria tem a arte. Todo mundo representado, seja no romance, no filme ou no jogo, tem de ser coerente em si: se ali há magia, ela segue regras reconhecíveis, senão os leitores reagem com escárnio. Uma ruptura também pode ser intencional, para quebrar expectativas, mas então ela sustenta algo. E forma e conteúdo têm de combinar: um filme sobre confusão pode ser confuso, mas não arbitrariamente incompreensível. Verdadeira, uma obra de arte se diz ainda em outro sentido, o em que se fala de um verdadeiro amigo: quando é o que uma obra de arte deve ser, isto é, quando torna visível algo que de outro modo permaneceria oculto, ou dá figura a um sentimento que de outro modo

teria ficado mudo. O juízo “Hamlet é um grande drama” (DE: „Hamlet ist ein großes Drama“) é então verdadeiro se a peça realiza isso, e é verificado na leitura, na comparação e na experiência de muitos leitores ao longo de séculos. Grandes obras suportam várias interpretações sem se esgotar numa. Hamlet é um drama sobre vingança, sobre a hesitação, sobre a impossibilidade de agir com justiça? Hamlet não é interpretável arbitrariamente, mas é inesgotável. Propaganda permite uma só leitura, a prescrita, e o kitsch uma só, a sentimental.

12.4 O erro de categoria

Torna-se difícil quando se aplica a medida de um âmbito ao outro.

O cientificismo do Capítulo 9.7, que só deixa valer o que se deixa medir, reconhece-se por suas consequências: faz do amor uma liberação hormonal, da arte reações neurológicas e da religião um subproduto da evolução. Isso talvez explique o que acontece no corpo, mas não o que o amante, o leitor, o crente quer dizer.

O erro inverso comete quem toma uma verdade existencial ou figurada por uma afirmação científica. “A Terra é nossa mãe” (DE: „Die Erde ist unsere Mutter“) é uma imagem consistente de que vivemos da natureza e dela dependemos. Como afirmação de que a Terra seria um ser consciente, a frase é falsa.

E quem declara que toda convicção é verdadeira à sua maneira deixou passar que cada uma dessas formas tem uma medida em que se pode fracassar. Então cada um pode chamar sua opinião de “sua verdade”, e nenhuma conversa se põe em marcha.

12.5 Distinguir sem separar

As diferentes formas contradizem-se menos raramente do que a disputa entre elas faz supor. A medicina moderna mostra como trabalham juntas: a pesquisa mostra que tratamento age mensuravelmente; o saber de experiência de médicos e pacientes completa os dados; perguntas por sentido, esperança e dignidade pertencem à cura, mesmo que nenhum aparelho de medida as capte. Nenhuma dessas formas é subordinada às outras, e no entanto se articulam numa compreensão de saúde. Onde, ainda assim, se contradizem, isso é uma contradição como qualquer outra e quer ser trabalhada.

Uma coisa, porém, têm em comum os âmbitos em que pessoas produzem algo: um texto, uma lei, um quadro, uma ação não se lê como uma temperatura. É preciso compreendê-lo para verificá-lo.

Capítulo 13: Compreender o que foi feito

13.1 Você interpreta o tempo todo

> Experimento 12: Mais do que letras
>
> O que você faz neste instante com os signos desta página? Você só lê letras, ou as interpreta? Você só compreende palavras, ou apreende significados? Você só checa a lógica, ou também percebe o tom, a intenção, aquilo que não é dito?
> Provavelmente, em cada caso, a segunda alternativa, e sem esforço.

O que você faz aí, interpretar, tem um nome que já apareceu no capítulo 4, quando se aprendeu a ler: hermenêutica, do grego hermeneuein, explicar, interpretar, traduzir. Os gregos já ouviam nisso o mensageiro dos deuses, Hermes, que traduzia entre os deuses e os homens. Antes de a hermenêutica se tornar uma disciplina, ela era aquilo que você faz quando interpreta um sorriso, compreende uma mensagem ou situa um discurso político.

13.2 O fim

O que distingue algo produzido de uma coisa da natureza é o fim consciente. Uma pedra cai segundo a lei da gravidade, sem intenção. Um texto, uma pintura, uma lei, uma invenção foram feitos para realizar algo, e raramente só por uma pessoa e para um só fim: em toda ferramenta, em todo texto, em toda instituição há uma história de fins, concebidos por um, aperfeiçoados por outros, transmitidos ao longo de gerações. Por isso o que foi produzido pode ser interpretado: quem o compreende lê os fins que nele estão guardados.

> Experimento 13: A pergunta espontânea pelo fim
>
> Que pergunta se coloca a você diante de um texto? Diante de um órgão? E diante de uma pedra?
> Diante do texto, "O que o autor quer?" (DE: „Was will der Autor?"); diante do órgão, "Que função ele cumpre?" (DE: „Welche Funktion erfüllt es?"); e diante da pedra nenhuma das duas, no máximo: de onde vem, o que a moldou assim? Provavelmente você, sem pensar, colocou a pergunta pelo fim de modos diferentes ou simplesmente não a colocou.

Diante da pedra pergunta-se por causas, não por fins. Se a pergunta pelo fim cabe ou não, mostra-o um teste simples: se algo pode malograr. Um coração pode falhar, uma ferramenta pode quebrar; uma pedra que cai não erra nada. De quem é o fim, mostra-se por quem sai prejudicado com o malogro. Acima da pedra, a adequação a fins sobe por degraus. No vivo, a adequação a fins aparece sem fim consciente: o coração serve ao circuito, não porque alguém o tenha destinado a isso, mas porque o organismo se conserva a si mesmo. Nos animais isso se eleva até a atividade orientada a fins. A gralha da Nova Caledônia, que com um graveto tira larvas do tronco, persegue um fim, e se o graveto não alcança, ela o usa para obter um mais comprido. Mas ela não pergunta se seu fim é o certo e não pode justificá-lo a ninguém. Isso é o que se acrescenta no ser humano: ele pode fazer de seus próprios fins objeto, checá-los, ordená-los e transmiti-los. Textos, leis e obras de arte nascem dessa capacidade. Quem confunde os degraus erra o seu objeto, por exemplo quando a adequação a fins do vivo é interpretada como design consciente ou quando intenções humanas são interpretadas como meros processos naturais.

13.3 Como se fala de verdade a propósito de textos diferentes

Como textos diferentes são feitos para fins diferentes, checa-se neles coisas diferentes, e fala-se neles de verdade de maneiras diferentes.

Num relato, pergunta-se se foi como ele conta, e checa-se isso em outras testemunhas, em vestígios e documentos. Uma lei, ao contrário, não conta nada e não afirma nada. Checa-se se ela cumpre seu fim, se concorda com as demais leis e se é justa, e esses juízos sobre a lei são verdadeiros ou falsos como quaisquer outros. Um juízo sobre justiça, porém, não se comprova numa medição. Comprova-se se suas razões se sustentam diante de todos os atingidos pela lei e se resiste às consequências que a lei tem na vida deles. Que esse critério atinja também o direito vigente, mostra-o toda injustiça que durante muito tempo foi direito vigente e nunca se deixou justificar diante dos que ela atingiu. Numa carta, pergunta-se se o remetente quer dizer o que escreve, isto é, pela sua veracidade. Num poema, fala-se de verdade no outro sentido, em que um amigo é um amigo verdadeiro: se é aquilo que deve ser, se abre algo que antes não se via. E numa propaganda, pergunta-se primeiro a quem ela serve, e só então se o que afirma procede. Quem faz a um romance a pergunta do relato compreendeu-o tão pouco quanto quem concede a um balanço as liberdades de um romance.

Quem só conhece um tipo de texto toma a pergunta dele pela única, como o cego que toma a tromba pelo elefante inteiro.

13.4 As perguntas sem as quais se estaria cego

Quem produz algo com intenção o faz com um material, como alguém, de determinado modo e para um fim, e o que produz continua a ter efeito, queira ou não. Cada um desses aspectos é uma pergunta que o compreender coloca, e para que servem, vê-se quando faltam.

Sem o teor literal, o material do texto, seus conceitos e sua estrutura, toda interpretação se torna arbitrária, pois nada a sustenta. Sem autor e ocasião, lê-se a carta de um moribundo como um manual de instruções. Quem passa por cima do modo de feitura, da tradição e dos meios em que uma obra se insere toma por ideia pessoal o que é regra de gênero, ou o contrário. Sem o fim, o poema se torna coisa da natureza e a lei, armadilha de letras. E sem o efeito permanece incompreensível por que um texto é lido hoje de outro modo que então.

A ciência do direito formou essas perguntas de maneira especialmente explícita, porque sem elas as leis não se aplicam: interpretam-se segundo o teor literal, segundo sua gênese e intenção reguladora, segundo sua conexão com outras leis e segundo seu fim. A arqueologia mostra o mesmo pelo outro lado: uma ferramenta de pedra muitas vezes está bem conservada, mas para que foi feita permanece enigmático, e a interpretação se torna incerta onde o fim já não se deixa depreender.

Algumas correntes da teoria literária deixam deliberadamente de lado a intenção do autor, com o argumento de que ela é inacessível e de que a obra diz mais do que seu autor quis dizer. Há nisso algo de correto. Mas, quando o deixar de lado se torna método, ele passa por cima justamente do que distingue o produzido das coisas da natureza. Examinar um poema só pela sua forma, sem perguntar o que ele quer, é como examinar um martelo pelo seu peso, sem apreender sua função como ferramenta.

13.5 Onde a reconstrução não basta

Às vezes, ao compreender, acontece algo que essas perguntas não apreendem. Quem lê Shakespeare, ouve Bach ou vê um quadro de Vermeer às vezes compreende de repente algo sobre a vida que antes não conseguia pôr em palavras, e não sobre Shakespeare, mas sobre si mesmo.

Sobre o interior de Shakespeare sabemos pouco. Mas suas peças dão às rupturas de seu tempo, ao desmoronar das velhas certezas, às novas possibilidades e angústias, uma forma que diz respeito a todos nós. Tais obras podem ser chamadas reveladoras de mundo: dizem mais do que seu autor sabia e abrem possibilidades de compreender que antes não existiam. Aqui a objeção contra a intenção do autor tem seu direito.

Nem toda obra é assim. Um slogan publicitário pode ser feito com inteligência, mas não revela nada. O teste é se uma obra muda a maneira como as pessoas veem o mundo ou se confirma o já conhecido em embalagem nova. Quem encontra revelação de mundo por toda parte interpreta demais, como quem não a encontra em lugar nenhum interpreta de menos.

13.6 O todo de uma obra

Nenhuma dessas perguntas, sozinha, apreende uma obra. Mas elas também não são postas lado a lado como itens de uma lista. O fim da obra decide qual pergunta tem mais peso. Numa carta pessoal, conta sobretudo quem a escreveu e por qual ocasião; na lei e na grande obra, o peso está em outro lugar. Assim entendido, "O verdadeiro é o todo" também aqui não significa reunir tudo o que se pode dizer sobre uma obra, mas ponderar as perguntas como convém à obra.

Por isso é possível distinguir interpretações boas e más. Uma boa interpretação é sustentada pelo teor literal, une as perguntas em vez de absolutizar uma delas e deixa a obra mais rica do que a encontrou. E lê o estranho em sua versão mais forte: quem compreende um adversário atribuindo-lhe a intenção mais tola possível não o refutou, mas à sua própria caricatura.

Diante de uma obra de arte, porém, você não pergunta só por material, origem e fim, você sente se ela o toca. Uma ação você não apenas a reconstrói, você a sente como justa ou injusta. Aí se manifesta um acesso que nenhuma das perguntas apreende: o sentimento. Às vezes ele carrega pensamentos que ainda não foram ditos; às vezes registra o que nenhum juízo isolado capta: se o todo está coerente. O que é esse sentimento, e como se relaciona com o entendimento?

Para ler em seguida: *A ética – O bem que já fazemos* (2026), Cap. 6

Capítulo 14: Quando o coração pensa e a cabeça sente

14.1 A contradição que remete à unidade

Seu colega explica sua posição sobre a situação atual. Os fatos conferem, a argumentação é conclusiva. Seu entendimento assente. Mas ao mesmo tempo seu sentimento registra algo diferente: a ênfase em certas palavras, a breve hesitação, a apresentação lisa demais. “Ele está escondendo alguma coisa.”

Entendimento e sentimento avaliam a mesma situação de modos diferentes, e a pergunta habitual é: “Devo ouvir a cabeça ou o coração?” (DE: „Soll ich auf den Kopf hören oder auf das Herz?“), como se fossem dois mundos em luta.

Mas que sentimento e entendimento possam contradizer-se mostra que julgam a respeito do mesmo. O que nada tem a ver um com o outro não pode brigar. Os cegos contradizem-se porque tocam o mesmo elefante; se um segurasse um tubo de pasta de dente e o outro um copo d’água, não haveria nada a integrar.

Uma diferença existe, contudo. O entendimento pode justificar sua pretensão: expõe os passos, e outros podem checá-los. O sentimento só pode enunciar seu juízo — “isso me parece estranho” (DE: „das kommt mir seltsam vor“), “estou desconfiado” (DE: „da bin ich misstrauisch“) —, e de onde ele vem permanece, de início, inacessível. Tem uma pretensão de verdade como o entendimento, mas não pode resgatá-la, pelo menos ainda não; disso se falou já no início do livro. Daí não se segue que um dos dois tenha precedência. Segue-se que uma contradição entre eles é uma tarefa, não uma decisão.

> Experimento 14: Dois checadores ao mesmo tempo
>
> Ao continuar lendo, preste atenção em duas vozes. Enquanto acompanha estas linhas, seu entendimento checa a lógica da argumentação. E o que, ao mesmo tempo, seu sentimento registra: soa sincero? O tom combina com o que é dito? Isso corresponde à sua experiência?

Provavelmente as duas coisas ocorrem ao mesmo tempo. Um argumento que está logicamente correto, mas soa falso, então não convence inteiramente, e a gente o checa de novo. Um apelo que fala aos sentimentos, mas não procede, tampouco convence.

14.2 O que o sentimento realiza e onde ele engana

Seu entendimento checa os passos de um argumento. Seu sentimento, sem que você note, reúne milhares de sinais — postura, voz, mímica, se o que é dito e o que é mostrado combinam —, como no médico experiente do capítulo 9; só que aqui você o percebe em si mesmo. Ele registra “isso soa bom demais para ser verdade” (DE: „das klingt zu schön, um wahr zu sein“) antes que o entendimento tenha encontrado a contradição escondida, e “algo aqui não está certo” (DE: „irgendetwas stimmt hier nicht“) antes que se possa dizer o quê. Diante de uma teoria, sente se ela é coerente antes de se terem checado, um por um, sua consistência, seu alcance e suas lacunas.

O sentimento que adverte, porém, só funciona enquanto um engano visa o entendimento. Há cerca de cem anos, a influência passa planejadamente pelos sentimentos, com métodos que se apoiam expressamente na psicologia; pelo menos desde os anos cinquenta isso foi descrito e criticado publicamente. Publicidade e propaganda trabalham com imagens, histórias e estímulos que alcançam o sentimento antes que o entendimento seja consultado. Os mais indefesos são os que, como o prefeito em “Zar und Zimmermann”, cantam: “Oh, sou esperto e sábio, e não me enganam!” (DE: „O ich bin klug und weise, und mich betrügt man nicht!“) No trato pessoal, o sentimento continua sendo um bom checador da sinceridade. Onde é acionado de forma planejada, precisa do entendimento a seu lado.

O sentimento é, portanto, um achado que exige esclarecimento, não um juízo que o substitua.

14.3 Como a contradição se resolve

Alguns temem que o entendimento mate o vivo de sua experiência, que palavras e conceitos falseiem o essencial. A preocupação é justificada onde pensar se torna enquadrar em esquemas, ordenando tudo em ou-ou. Um pensar que separa para checar e depois junta de novo, que analisa e sente, é mais do que ambos e suprassume a oposição entre eles; chama-se razão.

Ocorrem dois caminhos de resolução. Às vezes o sentimento notou algo que o entendimento deixou passar; então a contradição se resolve assim que isso é encontrado, e vê-se retrospectivamente o que o sentimento havia sinalizado sem poder dizê-lo. Às vezes é o contrário: a percepção é nova e correta, mas o velho hábito ainda se manifesta. Então o sentimento não desaparece de imediato, mas aos poucos, à medida que a nova cognição se mostra sustentável.

Os antigos persas, conta-se, deliberavam duas vezes sobre seus assuntos mais importantes: uma vez embriagados e outra sóbrios. Só o que se mantinha em ambos os estados era executado. Assim se comportam sentimento e entendimento no juízo bem-sucedido. Se ambos chegam independentemente ao mesmo resultado, é um sinal forte. Se só se confirmam um ao outro porque cada um se apoia no outro, não é sinal nenhum — assim também uma ilusão delirante parece coerente. E justamente porque a concordância é o alvo, o desvio precisa poder ser dito primeiro: dois checadores que nunca podem contradizer-se são, na verdade, apenas um.

Diante de uma contradição, portanto, o primeiro passo não é resolvê-la, mas notá-la e suportá-la. Quem estabelece unidade depressa demais só a alcança fazendo um lado calar o outro, e então não tem integração, mas uma opressão com a consciência tranquila. Se algo parece falso embora pareça logicamente correto, vale perguntar o que a análise pode ter deixado passar. Se um sentimento é forte, mas não se pode justificar, vale perguntar em que experiências ele se baseia e se elas ainda valem.

A razão permanece aberta ao que resiste à ordem. Um sentimento que não se deixa justificar é para ela uma indicação a seguir; uma justificação contra a qual tudo se rebela é uma que ela checa de novo.

PARTE IV: FORMAR E DEFENDER O CHECAR

Capítulo 15: Ciência e mudança de paradigma

15.1 Um checar que checa a si mesmo

O que o indivíduo faz ao checar pode ser compartilhado, ensinado e transformado em método. Você busca a verdade todos os dias. Quando o carro faz barulhos estranhos, quando a criança tem febre, quando a planta murcha, você pergunta: o que está acontecendo? Por quê? O que posso fazer? A ciência faz, no fundo, o mesmo, só que de modo explícito, metódico e coletivo. E ela pergunta, além disso, como se resolvem problemas melhor: Que métodos levam a resultados mais confiáveis? Como descobrir erros antes que causem dano? Ela aplica o checar a si mesma, como se calcula e depois se reflete sobre o calcular.

Um camponês observa há gerações: depois deste vento costuma vir chuva. O meteorologista pergunta por quê. Mede pressão atmosférica, temperatura e umidade, constrói modelos e pode prever onde o camponês apenas supõe. Com isso ele não refuta o camponês. Os sinais que o camponês conhece continuam válidos; a ciência explica o que eles indicam. O que aparece permanece verdadeiro como fenômeno, só que se compreende de novo o que nele aparece. O que a ciência assim encontra, átomos, genes, campos, não está atrás dos fenômenos. É aquilo que neles se mostra, e se é mais do que a ordem deles, a investigação decide, não uma decisão prévia. No caso dos átomos ela decidiu. Por volta de 1900 ninguém tinha visto um, e pesquisadores respeitados duvidavam de que algo real lhes correspondesse. Depois resultou, de fenômenos bem diferentes — o tremor de pequenos grãos na água, a distribuição de partículas em suspensão num líquido, o azul do céu —, cada um medido por si, aproximadamente o mesmo número de partículas na mesma quantidade de matéria. Sem as partículas, não se compreenderia por que caminhos tão diferentes levam ao mesmo valor.

15.2 O que constitui o método

O que distingue a ciência são os movimentos dos capítulos anteriores, tornados explícitos e fixados em regras.

Ela expõe seus métodos, para que qualquer um possa acompanhar como um resultado se formou, e exige que outros possam checar a justificação, contra doutrinas secretas e meras certezas. Reúne diferentes disciplinas e abordagens, toma achados que não se encaixam como impulso, em vez de escondê-los, exige que todas as observações encontrem seu lugar na teoria e considera toda teoria corrigível.

Ao cético ela deu aí um lugar fixo. No cotidiano ele muitas vezes passa por desmancha-prazeres; na ciência é parte do procedimento. Antes que algo seja publicado, colegas da área procuram suas fraquezas. O que só deu certo uma vez não vale até que outros o tenham repetido. Em estudos duplo-cegos nem o pesquisador sabe quem recebe o tratamento verdadeiro, e assim desaparece uma das fontes mais fecundas de autoengano: a expectativa que vê o que quer ver. Essa é a resistência do capítulo 11, instalada de propósito: um procedimento que se obriga à correção.

A ciência real nem sempre cumpre isso. Há fraude, vaidade, pressão de grupo, dependência de financiadores, modas. Isso refuta as regras tão pouco quanto um mentiroso refuta a honestidade. É o ideal claro que torna possível a crítica à realidade. E as regras se impõem no longo prazo, não porque os cientistas sejam pessoas melhores, mas porque as regras têm mais êxito: quem trabalha abertamente encontra mais erros; quem admite crítica aprende mais depressa.

15.3 Quando todo o edifício vacila

Às vezes não basta melhorar uma teoria. Às vezes as próprias suposições fundamentais precisam cair. Então de repente tudo parece diferente, não porque um detalhe tenha sido esquecido, mas porque todo o modo de ver se deslocou. Um paradigma é a armação básica de nosso pensar sobre uma área. Ele determina o que vale como problema, que soluções ocorrem à gente e o que conta como explicação.

> Experimento 15: O carro velho
>
> Imagine que você tem um carro velho. Primeiro range aqui, depois chacoalha ali. Você conserta diligentemente: freios novos, escapamento novo. Quando chega o ponto em que você deixa de consertar? Como você o reconhece?

> Não por um defeito isolado, mas pelo acúmulo: os consertos custam mais do que rendem, e em algum momento o juízo vira — é hora de um carro novo.

Algo semelhante ocorre na ciência. A imagem de mundo com a Terra no centro previu as posições dos planetas razoavelmente bem durante séculos. Mas algumas coisas ela só explicava com suposições feitas de propósito para isso: que os planetas parecem, às vezes, andar para trás, que Mercúrio e Vênus nunca se afastam muito do Sol. Copérnico perguntou: e se o Sol estiver no centro? Então as suposições adicionais se tornam consequências. O laço retrógrado é a ultrapassagem pela órbita interna; Mercúrio e Vênus ficam perto do Sol porque suas órbitas estão dentro da órbita da Terra. Com mais exatidão, a nova imagem não calculava de início; isso só foi conseguido duas gerações depois, com as órbitas elípticas. O que ela ganhara, primeiro, foi em conexão.

Nenhuma inconsistência isolada decide, numa mudança assim; cada uma, sozinha, ainda poderia ser absorvida por uma suposição adicional. O que decide é o seu número: em algum momento remendar custa mais do que o tecido ainda suporta, e de um mais gradual surge um outro súbito, como a água que esquenta grau a grau e começa a ferver num ponto determinado. A reviravolta mesma lembra uma figura reversível, em que primeiro se vê um vaso e depois dois rostos. A imagem, porém, não leva mais longe: na figura reversível as duas visões são igualmente boas, e pode-se voltar à vontade. Na mudança de paradigma, o novo explica também o velho, mas não o inverso.

Muitos conhecem isso da própria vida: a profissão que satisfez durante anos, até que não eram mais só aspectos isolados que incomodavam, mas toda a direção que já não estava certa. Tais mudanças são muitas vezes dolorosas, porque as pessoas põem sua identidade em sua visão das coisas. Na ciência acrescenta-se que formações, cátedras e revistas estão organizadas em torno da velha armação. Max Planck, que ele mesmo desencadeou uma revolução na física, escreveu em retrospecto: “Uma nova verdade científica costuma impor-se não porque seus adversários são convencidos e se declaram instruídos, mas porque os adversários morrem aos poucos e a geração que cresce já é familiarizada com a verdade desde o início.” Isso é exagerado; com bastante frequência pesquisadores se deixaram convencer. Mas nomeia o que faz parte da ruptura: pessoas que puseram a obra de sua vida na velha armação. Que os continentes se movem foi proposto em 1912 e valeu durante quase cinquenta anos como absurdo, também por uma boa razão: ninguém sabia dizer que força os move. As observações que o sustentavam, contudo, permaneceram, e quando a força foi encontrada, elas se ordenaram na nova imagem.

> DE: „Eine neue wissenschaftliche Wahrheit pflegt sich nicht in der Weise durchzusetzen, daß ihre Gegner überzeugt werden und sich als belehrt erklären, sondern vielmehr dadurch, daß die Gegner allmählich aussterben und daß die heranwachsende Generation von vornherein mit der Wahrheit vertraut gemacht ist."

15.4 Razoável também na ruptura

Quão fundo pode ir uma revisão, o capítulo 10.10 distinguiu: da restrição de uma teoria a um domínio, como a mecânica de Newton, que na teoria da relatividade continua valendo como caso limite em ótima aproximação, até a pergunta que ela mesma precisa ser formulada de novo. Fala-se de mudança de paradigma onde não está em jogo só o alcance de uma teoria, mas seus conceitos fundamentais. A passagem à teoria da relatividade também foi uma: espaço e tempo foram pensados de outro modo, embora as equações de Newton continuem valendo como caso limite. Ainda mais fundo vai a mecânica quântica, que para o domínio atômico substitui conceitos fundamentais como a trajetória inequívoca de uma partícula por novos, enquanto para corpos grandes eles permanecem válidos.

Daí se tirou uma conclusão forte: paradigmas diferentes seriam tão radicalmente distintos que não se deixam comparar de modo razoável, pois cada um determina o que conta como observação, problema e solução; então a ciência seria, no fim, uma questão de poder ou de acaso. A versão mais forte dessa objeção não nega que haja medidas. Diz: exatidão, ausência de contradição, alcance, simplicidade e fecundidade não impõem a escolha entre duas teorias, porque cada um as pondera de outro modo. Para o momento da escolha, isso é verdade. A longo prazo, porém, a coisa mesma ajuda a decidir como se pondera. Mesmo que dois paradigmas sejam difíceis de comparar em seus conceitos, nos fenômenos eles se deixam comparar, e é aí que a decisão cai. (A expressão mudança de paradigma e essa objeção foram tornadas conhecidas por Thomas Kuhn, que ele mesmo rejeitou a conclusão relativista de sua própria tese.)

Por isso, mesmo para a mais radical das mudanças vale a regra que apareceu no princípio do detetive: os fenômenos precisam ser salvos. O novo precisa poder explicar o que o velho explicava e, além disso, o que ele não conseguia explicar. Isso não precisa dar certo desde o primeiro dia — o modelo solar de início não calculava com mais exatidão que o antigo —, mas é por esse teste que o novo precisa, a longo prazo, deixar-se medir. Num sentido mais amplo, portanto, toda mudança de paradigma é uma suprassunção, também a radical: ela preserva os fenômenos, supera os limites do velho e eleva a compreensão

a um novo nível. Revoluções científicas não são exceções às regras da ciência, mas sua prova de fogo.

Também uma grande ruptura no próprio pensar não é, portanto, um adeus à razão, desde que seja medida por esse teste.

Para ler em seguida: *Pensar – Ordenar sem perder* (2025), Cap. 12

Capítulo 16: Por que checar liberta

> Experimento 16: Viagem noturna sem mapa
>
> Imagine que você dirige à noite por uma cidade desconhecida, sem mapa. Cada curva é um enigma, cada rua poderia terminar num beco sem saída. Então você reconhece o rio, lá adiante a torre de televisão, e a cidade se ordena em sua cabeça. Você sabe onde está e como chegar ao destino. O que mudou? Na cidade, nada.

Compreender liberta, e não só em ruas noturnas. O que a ciência formou como método liberta quem o pratica. Justamente por isso é imitado, invertido e impedido.

16.1 O que o compreender torna possível

Quem compreende a gramática de uma língua pode falar com mais liberdade do que quem só repete frases decoradas. Quem conhece as leis do escoamento pode construir aviões; o pássaro não contradiz a gravidade, ele usa o ar. Quem enxerga seus próprios padrões pode começar a mudá-los, enquanto quem não os conhece os repete sem perceber. Compreender abre possibilidades que antes não existiam.

Liberdade, portanto, não é arbítrio. O arbítrio não pode prever suas próprias consequências e por isso cai sob o domínio daquilo que não compreende. Quem vive por teimosia contra todo conselho médico julga-se livre e é alcançado por doenças que nem compreende nem domina. A velha fórmula de que liberdade é discernimento da necessidade diz disso só a metade. Quem conhece as leis pode usá-las para seus fins; se esses fins são os seus próprios e se são razoáveis, o discernimento não lhe diz. Um trapaceiro que conhece exatamente as fraquezas de suas vítimas tem muito discernimento de necessidades e nem por isso é livre.

Tampouco a posse de informações corretas liberta, por si só. O saber pode ser acumulado, dosado e usado como meio de dominação; quem sabe mais do que você pode conduzi-lo com isso. O que liberta não é o que alguém sabe, mas o que ele pode checar.

16.2 Checar em conjunto

Por isso a busca da verdade nunca é só assunto do indivíduo. Onde as pessoas checam em conjunto, vale o melhor fundamento, não o falante mais alto, e numa boa discussão científica o estudante é igual ao professor, se seu argumento for melhor. Com isso cai também um peso: quem checa num processo comum não precisa saber tudo sozinho. Formação, ciência, mídia livre, tribunais independentes e debate público são formas desse processo e, por isso, condições da liberdade, enquanto elas mesmas permanecerem checáveis. Mas não se checa em conjunto já pelo fato de muitos participarem. O saber distribuído precisa se reunir, e isso exige procedimentos nos quais as vozes contrárias não sejam filtradas, as incertezas permaneçam reconhecíveis e os erros possam ser corrigidos depois; onde eles faltam, o resultado comum fica aquém do que os indivíduos sabem.

16.3 Quem engana precisa impedir o checar

Inversamente, quem constrói seu poder sobre o engano precisa impedir o checar. A discussão aberta põe dogmas em questão, perspectivas diversas mostram a unilateralidade das versões oficiais, e quem segue contradições esbarra nas do sistema. Isso não é acusação moral. Decorre da coisa: um poder assentado no engano não pode, a longo prazo, tolerar ao seu lado o checar livre.

Os adversários abertos do checar o proíbem, e reconhecem-se por isso. Mais difíceis de reconhecer são os que invocam o checar. Quem se apresenta em nome da verdade pode impedir o checar sem proibi-lo e, muitas vezes, sem perceber, invertendo os princípios aos quais recorre. E quem quer explorar a confiança de que o checar goza pode falsificar seu fundamento, a frase “Você já faz isso” (DE: „Sie tun das bereits“). Ambos trabalham com os meios do checar. Só se reconhece isso olhando com exatidão o que se faz com esses meios.

Capítulo 17: Quando em nome da verdade se impede o checar

Você conversa com alguém que usa todas as palavras certas: perspectivas diversas, evidências, ciência, esclarecimento. E, no entanto, algo não está certo. As palavras estão lá, checar não se checa. Os princípios deste livro podem voltar-se contra o checar, e justamente porque valem: quem a eles recorre encontra ouvidos. Mais difícil de reconhecer é esse abuso onde parte de pessoas que julgam defender a verdade.

17.1 Pensamento de campos

> Experimento 17: A triagem automática
>
> Observe se, ao ler, você faz automaticamente uma triagem: contra que "campo" isso se dirige? Eu sou o alvo ou são os outros?
> A triagem em si ainda não é pensamento de campos; perguntar pela direção de um texto faz parte do checar. O pensamento de campos surge onde a resposta a "Quem é o alvo?" substitui a checagem. Se você não encontra a triagem em si, tente-a num texto que contradiz sua opinião — ali ela se nota mais facilmente.

A Inquisição queria proteger a fé verdadeira e perseguiu os que criam de outro modo. Movimentos revolucionários queriam criar justiça e estigmatizaram críticos como inimigos do progresso. Quem defende a liberdade vê facilmente nos que pensam diferente uma ameaça à liberdade. Em cada um desses casos uma afirmação é triada segundo o lado de que vem, não segundo seus fundamentos. O que serve ao próprio campo é mais prontamente acreditado, o que o prejudica é checado com mais rigor, e quem contradiz é atribuído ao outro lado. Isso custa a quem pensa assim: exige vigilância constante contra desertores, impede conversas verdadeiras e o separa de todos os que estão do outro lado. O padrão é sempre o mesmo, os meios não são. A Inquisição mandou queimar, uma comunidade acadêmica nega vagas e verbas. Quem iguala ambos erra a coisa; quem só reconhece o padrão na fogueira também a erra.

Também a ciência, cujo ofício é o checar, conhece o pensamento de campos. Que a América tenha sido povoada primeiro pelos portadores da cultura Clovis, há cerca de treze mil anos, valeu durante décadas como estabelecido. Quem apresentava sítios mais antigos precisava contar com que lhe acusassem de

trabalho desleixado, em vez de se checarem seus achados, até que um sítio no Chile foi amplamente reconhecido em 1997, após uma visita conjunta de especialistas dos dois lados. Em torno da extinção dos dinossauros, depois de 1980, discutiu-se durante décadas com uma aspereza que ia muito além da coisa. Se um impacto vindo do espaço foi decisivo ou erupções vulcânicas gigantescas, foi por vezes tratado como questão de pertencimento. Representantes de um lado declararam publicamente o outro como maus cientistas, e quem divergia precisava temer pelo próprio avanço; pesquisadores mais jovens evitavam o tema. A maioria dos especialistas vê hoje no impacto a causa principal; segundo datações precisas, impacto e extinção praticamente coincidem. Se e até que ponto as erupções vulcânicas já haviam enfraquecido o mundo vivo antes, continua sendo investigado, também com cálculos de modelos que atribuem ao vulcanismo mais do que durante muito tempo se admitiu. Que se continue investigando deve-se também aos que não se deixaram demover. Decidido está apenas que não se checa assim. Tais achados são tão pouco uma objeção à ciência quanto fraude e modas, de que o capítulo 15 falou. Eles medem a ciência real por sua própria ideia, e essa ideia é que torna visível o que nisso saiu errado.

17.2 Em nome do bem

Torna-se perigoso onde as pessoas se entendem como defensoras do bem. Isso ocorre com crentes e descrentes, com revolucionários e com os que defendem o existente, com especialistas e seus críticos. O percurso é, a cada vez, semelhante. "Nós somos os bons" (DE: „Wir sind die Guten") leva a "Nossa causa é tão importante" (DE: „Unsere Sache ist so wichtig"), depois a "Para nós não valem as regras normais" (DE: „Für uns gelten die normalen Regeln nicht"), por fim a "Quem nos critica é mau ou cegado" (DE: „Wer uns kritisiert, ist böse oder verblendet"). Quem se entende como lutador pelo bem protege-se com isso contra a própria crítica. A boa intenção se torna carta branca para maus métodos, e a verdade que deve ser defendida se torna razão para não perguntar mais por ela.

Uma forma disso é a empatia seletiva, que só se indigna com o sofrimento que sustenta a própria posição. Alguns lamentam as vítimas de uma guerra e ignoram as de outra; alguns se indignam com a censura no adversário e a ignoram entre aliados. Essa empatia parece humana e, no entanto, usa o sofrimento para um fim.

Teste isso em si mesmo: em quais de suas convicções você ficaria contrariado se alguém pedisse evidências? Por qual sofrimento você sente compaixão espontânea, por qual não, e isso tem a ver com sua posição política? Que opiniões não

podem ser expressas em seu meio sem que se seja evitado? Quem você considera cegado ou perigoso sem conhecer suas razões? Atribuir más intenções causa dano próprio; a perseguição às bruxas é disso o exemplo mais claro, a suspeita ideológica generalizada um exemplo cotidiano. Alguns, porém, perseguem de fato fins destrutivos. Isso se reconhece em seu agir, não de antemão em sua opinião.

17.3 Princípios invertidos

Também os princípios deste livro podem ser invertidos em seu contrário, e segundo um único padrão: uma força é absolutizada. Do princípio do elefante faz-se "Cada um tem a sua verdade" (DE: „Jeder hat seine Wahrheit"). Isso soa tolerante e, no entanto, abre mão do que estava em jogo, pois os cegos apalpam o mesmo elefante, e seus relatos só se completam porque se referem à mesma realidade. Da dialética faz-se o compromisso preguiçoso, que toma metade de cada lado, em vez de buscar o princípio que explica a ambos. A autorreferência torna-se autocerteza: nós refletimos, os outros não. A reunião de perspectivas só acolhe as que confirmam, e a conexão que o detetive busca torna-se esquema em que precisa caber tudo o que ocorre. O ceticismo se torna cinismo, que duvida de tudo, menos da própria dúvida, e a abertura a muitos caminhos se torna arbitrariedade. Com a empatia acontece o mesmo, quando substitui a checagem: quem sofre tem razão, e quem fala pelos que sofrem também.

O perigo, aqui, não vem de fora. É o reverso exato daquilo que torna a força forte, e por isso não ajuda abolir a força; com o perigo se perderia o vigor. Ajuda aplicá-la a si mesma. O ceticismo precisa poder duvidar também da própria dúvida, a dialética checar também a própria solução, a empatia valer também para o lado contrário. Uma força que se recusa a aplicar-se a si mesma já ultrapassou seu limite.

17.4 Como se reconhece a checagem invertida

A checagem invertida produz coerência deixando de fora o que resiste. Toda crítica é interpretada de modo que confirme a própria visão: "Isso só prova como a conspiração é perfeita" (DE: „Das beweist nur, wie perfekt die Verschwörung ist"), ou: "Isso só mostra como os críticos são manipulados" (DE: „Das zeigt nur, wie manipuliert die Kritiker sind"). O que é apenas pensável é apresentado como efetivo. A checabilidade pública é substituída por saber para iniciados. E a crítica não é checada na coisa, mas repelida pelo rebaixamento da pessoa.

Também os rótulos se tornam armas. No outono de 2020, três epidemiologistas propuseram numa declaração pública, durante a pandemia, proteger especificamente os vulneráveis e restringir menos os demais. O diretor da agência americana de pesquisa em saúde chamou-os, numa mensagem interna, de epidemiologistas "marginais" e escreveu que era preciso rapidamente uma "réplica publicada devastadora" a suas premissas. Se a proposta era boa é outra questão; muitos especialistas a consideraram errada e tinham razões para isso. Mas quem encomenda uma refutação antes de ter checado encomenda um resultado. Do outro lado, qualquer achado que falasse contra as medidas valia rapidamente como verdade suprimida, e qualquer um que falasse a favor, como comprado. "Teoria da conspiração", "desinformação" e "propaganda" servem muitas vezes para rejeitar perguntas incômodas sem respondê-las; "mídia do sistema" e "ciência comprada" servem ao lado oposto para o mesmo fim. Ambos veem o cisco no olho do outro e não a trave no próprio.

Há dúvida encomendada. A indústria do tabaco a produziu planejadamente durante décadas (capítulo 18.4), e no clima empresas pagaram dúvidas que o estado da pesquisa não sustentava. Onde isso é sabido, facilmente toda dúvida cai sob suspeita, também a justificada; no clima há perguntas legitimamente abertas, por exemplo quão fortemente ele reage a mais gases de efeito estufa e o que custa e rende cada medida. Quando, com a dúvida comprada, também a justificada é rejeitada, o debate se torna menor do que a coisa exige. Na maioria das vezes isso não ocorre por má vontade, mas por boas razões que ganham vida própria. Que lado tem razão, o rótulo não decide. Ambos podem ter visto algo, e ambos podem ter deixado de checar. Decisivo é como se checa.

17.5 Verdadeiro por dentro, falso por fora

Uma objeção se impõe. Há organizações que por dentro checam de modo exemplar e por fora enganam planejadamente. Os departamentos de análise de serviços de inteligência checam suas fontes segundo procedimentos rigorosos e elaborados, enquanto esses mesmos serviços espalham lendas. As empresas de tabaco conheciam, por pesquisa própria, a nocividade de seu produto e a negaram publicamente durante décadas. Não será então a verdade, afinal, uma ferramenta que se usa e se deixa de lado conforme o destinatário?

A separação não é estanque. O engano para fora precisa de uma justificação para dentro, e a única que se sustenta a longo prazo diz: podemos enganar porque somos os bons. Com isso, dentro de casa se tria por campos, e isso não para diante da própria análise. Quem precisa enganar precisa, além disso, administrar

o engano, e com o tempo são promovidos os que o fazem sem atrito, isto é, os que menos contradizem a própria versão. Quem, por fim, exercita diariamente dosar a verdade por destinatários acaba por checar também as próprias suposições segundo sua utilidade. Que o Iraque em 2002/03 ainda possuísse armas de destruição em massa valia nos serviços como tão assegurado que a suposição já não era questionada; assim julgou, pelo menos, o relatório de investigação britânico de 2016. Se a cegueira ali vinha do hábito de dosar para fora, o relatório não comprova. Ele mostra como uma suposição se torna incheckável tão logo se precisa dela. Tais sistemas não ficam cegos de imediato, mas ficam, de modo confiável, mais cegos. Isso estaria refutado se se encontrassem organizações que durante décadas enganam para fora sem que seus quadros da situação fiquem piores que os de contrapartes abertas.

Estados e alianças de todos os campos praticam sua versão do engano para fora. Quem só a reconhece no adversário demonstra justamente aquilo de que aqui se fala.

17.6 Quando o Estado conduz o checar

O que se torna visível numa organização vale para um Estado como um todo. Um Estado que instala uma instância que determina o que deve valer como verdadeiro não protege com isso seus cidadãos do engano. Tira deles e de si mesmo o meio de percebê-lo: o que a instância proclama ninguém mais checa, nem quem proclama. Um Estado assim começa a acreditar em sua própria versão e aprende pior do que um em que se pode contradizer. Ele não precisa de más intenções para isso; basta a mesma justificação dos serviços. Na RDA, um departamento junto ao Comitê Central do partido de Estado prescrevia diariamente aos jornais sobre o que e como se noticiava, e todo livro precisava de autorização de impressão.

As palavras com que o checar é restringido se parecem em todos os sistemas: "opiniões perigosas", "desinformação", "influência estrangeira". Estados autoritários e liberais as usam, com meios muito diferentes. E o perigo a que recorrem não é inventado. O exército chinês conta desde 2003 a condução da opinião pública entre suas "três guerras", ao lado da psicológica e da jurídica. Doutrinas russas falam de uma luta de informação que não descansa nem em tempo de paz. Que ditaduras procedam assim surpreende pouco.

Mas também alianças liberais descrevem hoje a percepção da população como um campo em que se luta e se defende. Um estudo para o comando de transformação da OTAN, de 2020, que, segundo declaração própria, não reflete

a posição da aliança, chama isso de "guerra cognitiva" e propõe tratar a mente humana como um domínio próprio, ao lado de terra, mar, ar, espaço e ciberespaço. Segundo os textos desse meio, fazem parte disso a proteção das próprias cabeças e a penetração nas do adversário, e o campo abrange amigo e inimigo; uma contribuição de 2022 liga expressamente a guerra cognitiva à pandemia. Um crítico que reuniu esses textos lê neles um programa que também se dirige contra a própria população. Tão longe os textos mesmos não vão; mostram, porém, sob que ponto de vista a opinião pública é ali considerada. O compromisso com a resiliência que os Estados da aliança assumiram em 2021 conta "atividades de informação hostis, incluindo a desinformação" (DE: „feindliche Informationsaktivitäten einschließlich Desinformation") entre as ameaças e nomeia a pandemia como pedra de toque; a própria resiliência permanece nele "uma responsabilidade nacional". O que é pensado como defesa pode pôr em risco as liberdades em cujo nome acontece. O que se defende aqui não é um território, mas aquilo que as pessoas tomam por verdadeiro.

Por trás disso não precisa haver má vontade. Um exército vê as coisas sob o ponto de vista da segurança; esse é seu ofício. Em tempos calmos, esse é um ponto de vista entre muitos, e a política, que pondera todos entre si, está acima dele. Mas quando uma ameaça vale como existencial, a lógica da segurança pode ganhar um peso que de outro modo não tem, e então também a opinião dos próprios cidadãos aparece como algo que precisa ser observado e conduzido. Nos Países Baixos, uma unidade experimental do exército analisou em 2020 o que cidadãos escreviam sobre a crise do coronavírus em fontes abertas, entre elas redes sociais, até que um jornal o noticiou e a ministra mandou suspender provisoriamente o trabalho e examinar sua base legal. Na Alemanha, um general de divisão chefiou o estado-maior de crise que o governo federal instalou em dezembro de 2021 para a pandemia, sobretudo para a campanha de vacinação, cuja logística exigia competência militar. Não é preciso nem minimizar tais processos nem compô-los num plano. Basta ler as instituições como elas costumam trabalhar: quem aprendeu a ordenar situações por ameaças ordena também estas assim.

Para ler em seguida: *A ética – O bem que já fazemos* (2026), Cap. 15.9 (por que uma ordem que ouve, examina e põe em prática a crítica justificada não precisa de resistência)

17.7 Condução na pandemia

A condução não precisa de um órgão. Que durante a pandemia houve também notícias falsas deliberadas de Estados estrangeiros, instâncias europeias o comprovaram; a defesa tinha um objeto real. Ao mesmo tempo, autoridades de vários países alertaram plataformas continuamente para postagens que consideravam desinformação, e as plataformas muitas vezes as seguiram. Uma grande plataforma apagou, a partir de fevereiro de 2021, postagens segundo as quais o vírus seria feito por humanos, e revogou a regra em maio do mesmo ano, quando a questão da origem foi oficialmente reexaminada; respondida, não está até hoje. Em detalhe, a condução tornou-se visível por autos judiciais e, sobretudo, quando, após uma mudança de proprietário, foram publicados os documentos internos de uma rede. O chefe de outro grande grupo escreveu depois a uma comissão parlamentar que sua empresa fora pressionada durante meses; lamentava não ter contradito mais abertamente. Até que ponto as indicações eram pressão, é controverso; que existiram, não é, e na União Europeia uma lei regula hoje cujas notificações sobre conteúdos supostamente ilegais as plataformas devem tratar com prioridade. Em governos que se consideram hostis, pressupõe-se tal condução sem mais. O teste é se se a percebe também no próprio. Ele vale também no sentido inverso: que uma postagem tenha sido removida não a torna verdadeira, e muitas das removidas eram falsas. O que a remoção destrói é a possibilidade de verificá-la.

Conduziu-se também pelo sentimento, pelo caminho que o capítulo 14.2 descreveu. Na Grã-Bretanha, um comitê consultivo do governo recomendou por escrito, em março de 2020, aumentar nos despreocupados o sentimento de ameaça pessoal por meio de mensagens emocionalmente duras. Na Alemanha, no mesmo mês, cientistas escreveram, por sugestão do Ministério do Interior, um papel interno que aconselhava pintar em cores fortes as consequências de uma propagação sem freio, “para obter o efeito de choque desejado” (DE: „um die gewünschte Schockwirkung zu erzielen“): doentes graves recusados no hospital e morrendo em casa “lutando dolorosamente por ar” (DE: „qualvoll um Luft ringend zu Hause“), crianças que se sentem culpadas por terem contagiado os pais. O círculo fora convocado por um secretário de Estado do ministério junto com a chefe do setor de “Ordens políticas e ameaças híbridas” (DE: „Politische Ordnungen und hybride Bedrohungen“).

Um dos participantes descreveu dois anos depois, numa revista sociológica, como o papel surgiu: em dez dias, em teleconferências criptografadas, das quais não há ata, mas há papéis e correspondência que o Instituto Robert Koch teve de entregar mais tarde, e sob a impressão das imagens de Bérgamo. Sabia-se

"pouco sobre os mecanismos de transmissão" e "absolutamente nada sobre as consequências de uma paralisação ampla da vida pública" (DE: „überhaupt nichts über die Folgen einer weitgehenden Stillstellung des öffentlichen Lebens"). Para tornar compreensível aos decisores o crescimento exponencial, calculou-se, para o caso de nada acontecer, um milhão de mortos só na Alemanha em 2020, expressamente como cenário e não como previsão. Da tarefa fazia parte, segundo suas palavras, também a "cunhagem de fórmulas retóricas para a justificação das decisões tomadas" (DE: „Prägung rhetorischer Formeln für die Begründung der getroffenen Entscheidungen"), e ele a resume assim: "Com Gramsci: tratava-se de impor coerções e conquistar consentimento, mantendo nas mãos a hegemonia da interpretação." (DE: „Mit Gramsci gesprochen: Es ging darum, Zwänge zu verordnen und Zustimmung zu gewinnen und dabei die Deutungshoheit in der Hand zu behalten.") Quatro anos depois, falou num debate, segundo relatos da imprensa, de ter sido preciso produzir "disposição a obedecer". Isso não é uma acusação vinda de fora. É a descrição de um participante que aconselhou sob grande incerteza e grande pressão de tempo e que ele mesmo viu que tal acesso ao comportamento dos indivíduos "requer fortes justificações". Justamente por isso mostra como, numa situação que vale como existencial, ao lado da pergunta o que é verdadeiro surge a pergunta como se conquista consentimento e se mantém a interpretação nas mãos.

17.8 Capaz de se defender, sem tombar

Isso significa que toda posição deva ser tratada igualmente em toda parte quando um Estado se defende do engano? Não. Todas as afirmações sobre o mundo precisam permanecer checáveis e refutáveis, mesmo as mais absurdas. Justamente elas têm direito à refutação, não ao tabu, pois o tabu impede que sua falsidade se torne visível e faz de seus defensores mártires. O próprio checar, que só torna possível toda refutação, não é uma afirmação desse tipo; por que não se deixa refutar e, no entanto, não esconde nada, mostra o capítulo 18.3. Quanto espaço uma posição recebe pode, em contrapartida, depender do lugar. No seminário, o confronto com todas as posições faz parte do compreender; no debate público coloca-se a questão de a quem se dá qual palco, e uma democracia pode defender-se contra forças que querem destruir as condições do checar livre, também contra influência estrangeira. Esse último degrau é o mais perigoso, pois tem a forma do "Nós somos os bons" (DE: „Wir sind die Guten"): nossa causa justifica regras mais duras. Do abuso distingue-o apenas que protege as condições da busca da verdade e não determinados conteúdos ou campos, e

que ele mesmo permanece publicamente criticável. Uma capacidade de defesa que já não se deixa criticar já tombou. Toda ditadura invocou a proteção de bens sagrados.

O mesmo vale para a mentira. Não se deve mentir: quem mente toma para si a confiança do outro e a quebra no mesmo ato. Ordenamentos jurídicos liberais, porém, em regra só punem a mentira onde ela causa um dano determinado, como calúnia, fraude ou perjúrio. Essa distinção não protege a mentira, mas o espaço em que apenas pode se revelar o que é uma. Quem declara falsa uma posição sem prova, argumento e discussão aberta abandona esse espaço, mesmo que tenha razão na coisa.

17.9 Cidadãos maduros em vez de ministérios da verdade

Ninguém se move aí num espaço livre de poder. Mas a resposta ao abuso do poder não é mais poder sob a forma de ministérios da verdade, e sim mais busca da verdade sob a forma de cidadãos maduros. O medo pode ser muito eficaz para levar as pessoas a uma postura, mas não é bom conselheiro: dirige o olhar ao ameaçador e faz tudo o mais recuar. Quem conduz cidadãos pelo medo, censura ou restringe sua informação inverte a relação em que se baseia uma democracia. Nela a população incumbe e controla o governo, não o contrário, e para isso precisa de liberdade de opinião, de ciência e de imprensa. A análise deste capítulo não mostra, portanto, que lado tem razão. Mostra como se checa, e atinge todo lado que deixa de checar, também o próprio: conservadores e progressistas, crentes e ateus, críticos e defensores do existente. Contra isso não ajuda superioridade moral, apenas vigilância no método.

Quem em nome da verdade impede o checar inverte os princípios, muitas vezes sem saber. Mas há também um modo mais consciente e mais profundo: pode-se falsificar o fundamento sobre o qual o checar se apoia.

Para ler em seguida: *Pensar – Ordenar sem perder* (2025), Cap. 13

Capítulo 18: Quando o próprio método é falsificado

18.1 A falsificação do fundamento

> Experimento 18: Sua vigilância
>
> Você está checando agora se este texto o manipula?
> Se sim, essa vigilância já é uma primeira proteção contra aquilo de que agora se fala.

A autofundamentação performativa do capítulo 1 é o único ponto de partida que permanece quando não se pode pressupor nada: o pensar checa a si mesmo, e a verdade desse realização em ato está em que qualquer um pode executá-lo e checá-lo por si. Justamente por isso ele é vulnerável. Quem diz "Você já faz isso" (DE: „Sie tun das bereits") contorna a defesa que está à disposição contra afirmações alheias. O realização em ato é falsificado quando já não serve ao checar, mas a um fim que estava de antemão decidido: a venda, o seguimento, a autoconfirmação. Se esse começo é falsificado, tudo o mais fica pendurado num ponto envenenado. Por isso aqui é necessária a medida mais rigorosa de todo o livro.

A intenção de quem fala não é visível de fora. No texto, porém, pode-se ler o que uma frase faz pelo checar. Uma frase que leva o checar adiante deixa vestígios: algo se torna visível que antes não era visível, algo se encaixa que estava desligado, uma objeção se encontra incorporada em vez de ignorada, e às vezes a gente é virada em vez de confirmada. Uma frase que visa um resultado chega aonde queria ir; não há previsto um passo seguinte, e a objeção que se tinha não aparece nela. Na fala honesta o processo serve ao mesmo tempo a quem checa e a quem fala. Onde os dois se separam, isso se mostra em que o checar deve parar justamente onde se tornaria incômodo. Para este texto vale o mesmo. Ele tem interesse em ser seguido.

18.2 Como a falsificação procede

A falsificação começa com algo que realmente está ali: seu impulso de checar, seu mal-estar, sua nostalgia de sentido. "Você também sente que algo precisa mudar." (DE: „Sie spüren doch auch, dass sich etwas ändern muss.") Isso é verdade, e justamente porque a primeira frase é verdadeira, tudo o que segue parece evidente. A falsificação não mente no início; precisa do verdadeiro como abridor de portas. Nisso é aparentada ao engano que trabalha com puras afirmações

verdadeiras e que o capítulo 19 investiga: o verdadeiro se torna portador do engano.

Depois ela troca convite e afirmação. O método genuíno convida: cheque você mesmo se é assim. A falsificação afirma o resultado: você sente que é assim. A diferença é pequena na formulação e fundamental na coisa. No primeiro caso você realiza uma checagem cujo desfecho está aberto; no segundo lhe é incutida uma percepção que você toma por sua. A apresentação determina como você vê e o faz crer que viu por si. Que pudesse resultar diferente não aparece na falsificação, não negado, simplesmente ausente, e uma ausência só salta aos olhos de quem a procura.

Depois, o que é próprio, tocado pela abertura, é encaminhado para um alvo pronto: de "Você já checa" faz-se "portanto você precisa deste produto" (DE: „also brauchen Sie dieses Produkt"), de "Você já pensa criticamente" (DE: „Sie denken bereits kritisch") faz-se "portanto escolha esta solução" (DE: „also wählen Sie diese Lösung"), de "Você já busca sentido" (DE: „Sie suchen bereits nach Sinn") faz-se "portanto siga esta doutrina" (DE: „also folgen Sie dieser Lehre"). O que começou como seu realização em ato termina como programa alheio. No fim, a vivência provocada é declarada prova: "Você mesmo viveu isso." (DE: „Sie haben es doch selbst erlebt.") Quem agora duvida parece trair a própria vivência, e a falsificação se instalou onde a crítica parece autonegação.

18.3 Como você reconhece a falsificação

Desse procedimento decorrem testes que se podem aplicar a toda oferta performativa, também a este livro.

O teste de negabilidade pergunta se sua checagem pode resultar diferente. Frases sobre uma vivência podem falhar: se você sente agora calma, pode também resultar diferente. Ofertas construídas de modo que nenhuma vivência possível pudesse refutá-las são, por isso, sinal de alerta — com uma exceção: o próprio checar.

O teste de direção pergunta se o processo o torna mais autônomo ou mais dependente. Depois, você consegue checar melhor sozinho, ou precisa mais do que nunca da orientação? O método performativo genuíno trabalha em sua própria supérfluidade.

Somam-se testes menores, que decorrem do mesmo procedimento: se aparece que também se poderia ver de outro modo, ou se você teria de inventar sozinho a contraprova; se sobra tempo para checar ou se se é pressionado ao fechamento, à assinatura, à confissão, já; se sua vivência continua sendo um

indício que pertence a um quadro geral ou é declarada prova; e quem a interpreta, você mesmo ou só o fornecedor, o professor, o grupo.

Mais duramente atinge o teste de negabilidade este próprio livro. Também "Você está checando agora" não se deixa refutar, em certo aspecto, por nenhuma vivência. O achado de se você o notou foi uma observação e poderia ter resultado diferente. O próprio checar, porém, não, pois a checagem de se você checa é ela mesma um checar. O fundamento está então imunizado? Não, e a diferença sustenta todo o teste. A imunização esconde sua irrefutabilidade e proíbe a contraprova. A autorreferência performativa expõe sua estrutura e convida à contraprova: argumente contra o argumentar — você já argumenta. Negue um pensamento — você precisou pensá-lo para isso. Que você o faça é o argumento. Essa irrefutabilidade não esconde nada; é a propriedade aberta do realização em ato, visível a quem o executa. A falsificação, ao contrário, precisa do esconderijo.

O abridor de portas, contudo, este livro o compartilha com a falsificação, necessariamente. "Você já sabe", "Você já checa", "Você já traz tudo consigo" (DE: „Sie bringen bereits alles mit") — assim começaram os primeiros capítulos, e com as mesmas palavras começa a falsificação, pois imita o começo genuíno. No primeiro passo os dois não se distinguem, só nos passos seguintes. Por isso os testes valem primeiro para estas páginas.

18.4 A falsificação lá fora

Lá fora o procedimento parece o mesmo em toda parte, só mudam abridor de portas e alvo. Na publicidade diz-se "Você mesmo sabe o que é bom para você" (DE: „Sie wissen selbst, was gut für Sie ist"), e por acaso é exatamente o produto. Na política, um mal-estar justificado é apanhado — "Você também sente que algo precisa mudar" (DE: „Sie spüren doch auch, dass sich etwas ändern muss") — e conduzido a uma solução pronta; o perigo está na mistura de uma preocupação justificada com uma resposta questionável. Em terapia e pedagogia, onde reinam confiança e dependência, diz-se "No fundo você sabe o que é certo" (DE: „Sie wissen tief im Inneren, was richtig ist") — mas quem determina o que o seu interior diz? Uma boa terapia torna mais independente do terapeuta, uma boa formação mais capaz de pensar. Na espiritualidade a busca de sentido é reconhecida e depois encaminhada para a doutrina única, como se houvesse só essa direção. E na vida acadêmica a falsificação lisonjeia a autoimagem — "Você já pensa criticamente" (DE: „Sie denken bereits kritisch") — e depois iguala o pensar crítico a uma escola determinada.

> Experimento 19: Os testes em ação
>
> Pegue a última oferta que lhe disse que você "já sabia" — uma propaganda, um curso, uma pregação, um guia — e aplique a ela o teste de negabilidade e o teste de direção. O que você encontra?
> Muitas vezes basta o segundo: uma oferta de que você depois precisa de novo não o tornou mais autônomo.

Ao lado da falsificação há uma parente que trabalha ainda mais barato, porque nem precisa de consentimento: o pretenso direito de ser checado, obtido por astúcia. Um papel interno da indústria do tabaco resumiu isso em 1969 na frase de que a dúvida era seu produto. Não é preciso convencer ninguém de que fumar é inofensivo; basta que a pergunta pareça aberta. O mero considerar já é o golpe, a insegurança é o alvo. Essa arma volta uma virtude de sua vítima contra ela mesma, sua abertura. "Estou só fazendo perguntas" (DE: „Ich stelle ja nur Fragen") apela à abertura; quem recusa passa por dogmático, e quem entra sem checar já deu ao atacante o que ele queria: atenção e a aparência de uma controvérsia genuína. Sua intensificação é a inundação. Afirmações se deixam lançar mais depressa do que checar, e quem joga vinte delas na sala ganhou assim que o outro começa a destrinchá-las uma por uma — não porque uma delas procedesse, mas porque a capacidade de checar do interlocutor é o verdadeiro alvo.

A defesa começa, por isso, um degrau antes: não na questão de mérito, mas na pergunta se algo merece checagem. Quem o apresenta, o que ganha com isso, como suas afirmações se comprovaram até aqui, e por que vem justamente agora e nessa quantidade? A última pergunta visa campanhas, venham de quem vierem, de uma empresa, de um movimento ou de um governo. Você não deve uma investigação a toda dúvida só porque ela é exigida em voz alta. O que você deve a si mesmo é uma razão para a recusa, que possa nomear.

18.5 Quando a análise se torna trava

Também o que este capítulo descreve pode ser abusado. Quem descarta uma objeção com "Isso é manipulação" (DE: „das ist doch Manipulation") sem checá-la, ou uma dúvida com "obtida por astúcia", fez da proteção uma trava. Os testes valem, portanto, para a versão oficial como para seus adversários, para o próprio campo como para o alheio e para estas páginas como para quaisquer outras.

O checar genuíno reconhece-se pelo espelho dos testes. Torna mais independente quem o segue: ele descobre o que já sabe fazer, em vez de aprender em

que deve acreditar. Expõe seus critérios, para que outros os apliquem a ele, e não conhece doutrina para iniciados. E permanece corrigível, torna portanto mais capaz de contradição, em vez de imunizar contra a contradição. O método se protege assim a si mesmo, quando honestamente aplicado; a melhor proteção contra sua falsificação é conhecer bem o genuíno. Se estes capítulos lhe serviram, mostra-se em você distinguir melhor ou apenas ter ficado mais desconfiado de toda convicção.

Capítulo 19: Calibração

As inversões e falsificações dos dois capítulos anteriores reconhecem-se em algo que é falso ou obtido por astúcia. A tarefa de que se trata agora não precisa de engano nem de intenção, e é talvez a mais difícil deste livro. Ela começa no cotidiano.

19.1 O que você sabe sobre países estrangeiros

De países em que você nunca esteve, você sabe muito. Você viu filmes e séries, notícias e reportagens, vídeos na internet, leu livros e ouviu amigos que estiveram lá. Sobre os Estados Unidos você provavelmente sabe mais, sobre Inglaterra, França ou Itália também bastante, sobre Índia, China ou Rússia já menos. Sobre "a África" ou "o Oriente Médio" como um todo, a maioria tem apenas imagens grosseiras, e imagens grosseiras facilmente se tornam preconceitos.

Quase tudo isso pode estar certo. A dificuldade está em outro lugar: você não consegue ponderar. A maioria dos filmes sobre a América se passa em poucas metrópoles, em Nova York, na Califórnia, alguns no Texas, os faroestes no Meio-Oeste. Quase nenhum no Alasca, em Nebraska ou em Idaho. De cinquenta estados aparecem poucos, e destes sobretudo as grandes cidades. Quem investiga as culturas regionais do país chega a cerca de uma dúzia, cujas fronteiras correm transversais às dos estados; só o Texas participa de várias. Você vê uma reportagem sobre violência armada no Texas, uma sobre proteção ambiental em Vermont, uma sobre pobreza em Detroit, uma sobre invenções no Vale do Silício. As quatro são exatas, todas mostram algo real. Como você pondera as partes para sua imagem dos Estados Unidos?

Algumas coisas não se deixam mostrar de modo algum, um cheiro, por exemplo, ou o sabor da comida. Algumas só valiam na época em que foram filmadas. Muita coisa não aparece nas notícias porque é assim todos os dias. Também os

relatos são filtrados: quem faz negócios com um país conta em casa dos negócios e dos hotéis.

Quem então viaja percebe o que faltava. Quem esteve duas semanas em Manhattan em meados dos anos oitenta viu vapor subindo por toda parte das tubulações sob a rua, para o que nenhum filme o havia preparado, e quase nenhum carro além de táxis; explicaram-lhe isso pelas altas multas por estacionamento irregular. As calçadas eram então mantidas limpas sobretudo pelos lojistas. Os bairros eram muito diferentes. Contra Harlem se advertia; quem atravessava de ônibus não via nada de ruim, mas também não estava em nenhuma casa. No local, percebe-se como as pessoas andam e quão depressa, como lidam umas com as outras e falam, onde estão as barracas e o que há nas vitrines. Sobretudo, obtém-se uma impressão de como tudo isso se articula. Os filmes mostram disso frações.

Quem chegou à Índia pela primeira vez no início dos anos oitenta achou tudo diferente do que conhecia: quase nenhuma planta familiar, outros animais, outros cantos de pássaros, outros cheiros, outra música, outros carros e um trânsito de outro volume. Havia mendigos em camas de fibra feitas por eles mesmos e outros sem cama e mal vestidos, quase nenhum supermercado e quase nenhuma embalagem, pratos de um tempero que não se conhecia e pessoas que se moviam de outro modo; jovens soldados andavam abraçados, como não se conhece de soldados alemães. Os filmes sobre a Índia não haviam preparado para nada disso. Muito disso talvez seja hoje diferente, e isso também faz parte do problema: o que se viu uma vez permanece na imagem, mesmo que a coisa há muito tenha mudado.

Também a própria estada é um recorte. Quem esteve duas semanas em Manhattan conhece uma parte de Nova York e ainda não os Estados Unidos. O que viu ali, ele mesmo precisa situar: o que disso é americano, o que pertence a esta cidade, o que a este bairro? Isso vale para qualquer país. Também a Baviera, olhando de perto, se divide em Francônia, Suábia e Baviera Antiga, Baden-Württemberg em Baden e Württemberg. E a Índia, cuja constituição reconhece mais de vinte línguas, parece ao visitante mais um continente do que um país. A própria intuição é preciosa, porque mostra o que falta nas imagens. Mas ela mesma é uma amostra e precisa ser ponderada como todo o resto.

Esse é o problema dos sábios cegos do capítulo 5, com uma diferença. Ali cada um havia apalpado uma parte, e o que importava era reunir as partes. Aqui falta algo, e não se sabe o quê. O que falta por inteiro é, ainda, o mais fácil: quem nota que não sabe nada sobre Nebraska pode se informar. Difícil é ponderar corretamente o mostrado. A violência armada da reportagem é frequente ou

rara, o bairro do filme é a regra ou a exceção? Mais difícil se torna com números. Uma estatística mostra exatamente o que mede, e nada do que não mede.

Deixar de fora não se pode evitar. Um mapa que contivesse tudo seria tão grande quanto o país e inútil. Toda câmera tem um recorte, toda pergunta deixa outras de lado, toda estatística conta o que foi constatado. O deixado de fora fica fora da pergunta, do enquadramento, do até agora constatado. Não se o vê, e por isso não se vê também que falta.

Calibração↑ vem da técnica de medição: compara-se a indicação de um aparelho com uma medida conhecida e constata-se quanto ela se desvia. Uma autoridade não é necessária para isso — a verificação oficial se chamaria aferição. Calibrar significa aqui: checar na realidade a própria medida do que é frequente e do que é raro, do que é normal e do que é extremo, do que é consenso e do que é disputa — e, onde ela se desvia, reajustá-la. Outros podem ajudar nisso, tirar de você por inteiro ninguém pode. Os demais testes deste livro dirigem-se ao que está ali. Este se dirige também ao que não está.

19.2 Quando toda afirmação procede

O que no cotidiano acontece por si pode também ser feito de propósito.

Experimento 20: Uma notícia

Leia a seguinte notícia como se a tivesse encontrado hoje de manhã no noticiário:

> O elefante — um perigo subestimado? Um sábio apalpou uma lança lisa e dura (presa). Um segundo relata uma força enorme: uma coluna poderosa, forte e firme (perna). Um terceiro deparou com algo longo e móvel, como uma grande serpente (tromba).
>
> DE: „Der Elefant - eine unterschätzte Gefahr? Ein Gelehrter ertastete einen glatten, harten Speer (Stoßzahn). Ein zweiter berichtet von enormer Kraft: eine mächtige Säule, stark und fest (Bein). Ein dritter stieß auf etwas Langes, Bewegliches, wie eine große Schlange (Rüssel).“

Pare um momento: o que a notícia fez com você? Que impressão desse animal se formou?

> Agora a solução: você conhece todas as fontes dessa notícia há muito. São três dos seis sábios cegos do capítulo 5, e nenhum deles mentiu. Cada detalhe procede. Mas o quadro geral é distorcido, porque os lados ameaçadores foram escolhidos e os inofensivos omitidos: leque, parede e corda simplesmente não aparecem.
> Se em você, ainda que de leve, se formou a impressão de uma ameaça, então a notícia fez aquilo para o que foi construída. Se não, cheque o que o protegeu — talvez você conhecesse bem demais as fontes.

Esse é o engano contra o qual a checagem de afirmações isoladas nada pode. Ele não mente; pondera. E atinge não o que você acredita, mas aquilo com que você mede.

O mesmo acontece sem público, onde alguém prepara uma decisão para outro. O departamento que redige um parecer para a direção conhece o assunto melhor do que a direção; é por isso que se precisa dele, e é por isso que ele pode ponderar sem que ninguém perceba. A direção sabe disso e desconta a intenção que supõe. Com isso descarta muitas vezes também o saber contido no parecer. Se o departamento, por sua vez, sabe disso, pondera com mais força. No fim, cada lado desconfia do outro com razão, e nenhum fica sabendo o que o outro sabe. Só pode ajudar uma forma que torne visível a ponderação: pareceres que nomeiem também as possibilidades descartadas e o que fala contra a própria proposta, e quem decide dizendo por que decide de outro modo.

19.3 Propaganda

Quem mais exercita ponderar é a propaganda. Imagina-se que seja mentira, e há mentiras nela. Em outubro de 1990, quando se discutia uma guerra contra o Iraque, uma kuwaitiana de quinze anos declarou em lágrimas, diante de um grupo de direitos humanos do Congresso americano, que soldados iraquianos haviam tirado bebês de incubadoras num hospital e os deixado morrer no chão. A história correu o mundo e foi invocada repetidamente no debate sobre a guerra. Depois veio à tona que a testemunha era filha do embaixador do Kuwait em Washington e que uma agência de publicidade havia preparado sua aparição, por encomenda de uma organização paga pelo Kuwait; provas da história não se encontraram. Tais relatos existem muitos em torno de guerras, de todos os lados. São, porém, a exceção em que se torna visível a regra. Uma mentira pode ser refutada, e uma mentira refutada prejudica quem a espalhou.

A regra é mais modesta e mais eficaz. Do adversário mostra-se o ruim, do próprio lado o bom, e cada notícia isolada pode proceder; a seleção faz o quadro. De forma refinada, mostram-se os dois lados, mas não igualmente: o desejado recebe a melhor voz, a imagem mais forte e a última palavra, o indesejado o representante mais fraco. Surge assim uma aparência de equilíbrio, e justamente ela torna invisível a ponderação. A forma oposta trabalha com a quantidade: mostram-se tantas opiniões divergentes e tanta confusão que no fim nada parece seguro, a inundação do capítulo 18.4. Como a propaganda, ao fazê-lo, fala ao sentimento antes de o entendimento ser consultado, descreveu-o o capítulo 14.2.

Contra a propaganda ajuda, por isso, menos desmascarar mentiras do que perguntar o que falta. O que eu saberia sobre o próprio lado se lesse os relatos do adversário, e o que sobre o adversário pelos próprios? Quem recebe, num programa de aparência equilibrada, a voz mais forte? As perguntas dirigem-se a cada lado, também àquele a que se inclina.

19.4 O primeiro nível: checar afirmações isoladas

Contra o engano simples, que afirma algo falso, os meios estão há muito desenvolvidos: a pergunta pela competência e pelo interesse da fonte, por sua proximidade com o acontecimento, pela concordância com fontes independentes e por se o suposto fundamento diz mais do que aquilo que deve fundamentar — ou apenas o nomeia de novo, como o remédio que faz dormir "porque tem efeito sonífero" (DE: „weil es eine einschläfernde Wirkung hat"). Esse é o princípio do detetive, aplicado a fontes.

Ao primeiro nível pertence também graduar a própria certeza. Nem tudo merece o mesmo grau, e os graus se distinguem tanto em altura quanto em tipo. Que sete vezes oito são cinquenta e seis é certo, porque se pode recalcular; que a Terra é redonda, porque muitos caminhos independentes levam ao mesmo achado; que um amigo é confiável, porque o foi muitas vezes; que você está pensando agora, porque a própria dúvida já o confirma. Uma porcentagem põe essas certezas numa escala, como se fossem do mesmo tipo. Isso é útil quando se trata de quanto se aposta em algo. Torna-se enganoso quando se pensa que um cálculo se torna mais certo com mais testemunhas ou a confiança num amigo por um cálculo.

E ao primeiro nível pertence a decisão do que merece checagem, a pergunta com que no capítulo 18.4 começou a defesa contra o pretenso direito de ser checado obtido por astúcia. Checar custa tempo e atenção, e quem investiga cada

afirmação desperdiçou sua capacidade de checar antes que venha a próxima inundação. Quem corresse a cada notícia sobre um óvni no jardim não teria compreendido algo: à calibração pertence a taxa de base, a pergunta de como afirmações desse tipo se comprovaram até aqui. Soma-se a isso o que está em jogo — o que depende disso, se eu me engano? — e o histórico da fonte. E ninguém checa sozinho. Se um medicamento funciona, checam por mim estudos, processos de aprovação e a disputa dos especialistas; confiar nisso é tão razoável quanto comprar meu pão na padaria em vez de plantar trigo. Só é preciso saber o que se tem com isso. A indicação de que especialistas dizem algo é uma razão para acreditar, muitas vezes boa, mas não uma explicação da coisa. Quem só tem isso não sabe por que é assim e por isso não pode reconhecer quando deixou de ser. Pode-se checar, porém, sem ser especialista, como os especialistas checaram: se suas razões estão expostas, se dizem onde há concordância e onde incerteza, e se a contra-argumentação permanece legível. O IPCC, por exemplo, indica para seus achados quão bem estão fundamentados e quão amplamente os especialistas concordam. Justamente por isso se pode criticá-lo em seus métodos e ponderações, em vez de acreditar nele no conjunto ou rejeitá-lo no conjunto.

Essa economia do checar tem dois perigos que se espelham. Um é o filtro que falha, de modo que toda cura milagrosa e toda insinuação sussurrada recebe sua investigação; sobre essa falha constrói-se o pretenso direito de ser checado. O outro é o filtro que se fecha e só deixa entrar o que governo, maioria, especialistas e tradição de qualquer modo dizem. Esses quatro são boas regras práticas, mas nenhuma se sustenta por si. Um consenso de especialistas vale tanto quanto sua independência; cem vozes que copiam umas das outras são uma voz. E uma maioria que pune o desvio já não mostra o que muitos checaram, mas o que muitos ousam dizer. Algo semelhante se pode perguntar a um governo que tem interesse próprio na coisa e a uma tradição que se comprovou em outro mundo. Se seu próprio filtro está inclinado, mostra-o com mais segurança a simetria: você descarta o incômodo tão depressa quanto o cômodo? O filtro inclinado corre exatamente no limite do próprio campo. Não checa nada do que perturba o próprio lado e tudo o que o outro diz. O filtro saudável poupa esforço, o inclinado poupa medo ou conformismo. Houve sociedades em que o não checado reinava, porque checar se tornara perigoso.

O mesmo teste atinge quem diverge. Que uma opinião reine não a torna verdadeira, tampouco que ela divirja. Maiorias se enganaram, mas a maioria dos divergentes também, e deles ninguém se lembra. Quem acha que quase todos se enganam, governo, imprensa e meio acadêmico, precisa então perguntar primeiro se não está ele mesmo na pista errada. Procura também as evidências

contra sua suposição? Conhece os representantes mais fortes do outro lado ou só os mais fracos? Quer saber como as coisas são ou ter confirmado que é mais esperto que os outros? Quanto mais uma afirmação se afasta do bem checado, mais tem de apresentar. Isso não é juízo sobre ela, mas uma distribuição do ônus, e também o bem checado pode errar; só precisa deixar-se mover por evidências.

Esta economia tem um limite: distribui atenção, não verdade. Uma taxa de base baixa justifica exigências mais rigorosas às evidências, mas não refuta nada. Também o interessado pode ter razão, também o independente errar. Sobre verdadeiro e falso decide só a própria checagem, senão nunca mais se checaria o que até aqui foi raro, e nada de novo poderia ser reconhecido como novo.

19.5 O segundo nível: a distribuição

> Experimento 21: A ferramenta em seu limite
>
> Pegue a notícia sobre os sábios do elefante do capítulo 19.2 e cheque-a com tudo o que o primeiro nível oferece. O que você encontra?
> As fontes são impecáveis, os sábios apalparam eles mesmos. Um interesse não é reconhecível. Os relatos não se contradizem, cada um vem de primeira mão e nada neles é inverossímil. Toda checagem do que está ali é passada — e o quadro geral continua distorcido. O erro você só o encontraria se relesse você mesmo os seis relatos e visse o que falta. A isso, porém, nenhuma dessas checagens se dirige, pois elas checam o que é dito.

Uma ferramenta cujo limite é conhecido vale mais do que uma de que se espera tudo.

O engano em que essa ferramenta falha afirma só o verdadeiro, como a notícia sobre o elefante e a propaganda do capítulo 19.3, e trabalha com a distribuição: o que é escolhido e o que não é, quantas vezes algo é repetido, em que contexto e em que ordem aparece. “Todos falam de X” (DE: „Alle reden über X“), mas a maioria das pessoas tem preocupações bem diferentes. “Especialistas alertam”, mas são três em cem. Uma exceção é mostrada como caso normal, um instantâneo como tendência, um destino individual contra todos os dados — ou o contrário. Cada afirmação isolada pode estar certa. O que é atacado é o seu sentimento do que é frequente e do que é raro, e esse sentimento não surge por argumentos. Ele se deposita, de mil notícias, conversas e imagens. Os pré-julgamentos do capítulo 4 reaparecem aqui um nível mais fundo: não como conteúdos trazidos, mas como frequências trazidas.

No primeiro nível a pergunta é: isso procede? No segundo é: isso é representativo — e por que vejo justamente isso, e o que não vejo? Numa famosa história de detetive, Sherlock Holmes resolve o caso pelo cão que não latiu à noite. O que decidiu foi um indício que faltava. No abuso do método, a falsificação se traía pela alternativa que não aparecia nela. O que nos países estrangeiros faltava por si, aqui se torna a coisa principal: quem só mostra o verdadeiro não se trai pelo que mostra, mas pelo que omite.

Quão frequente é isso realmente? Um caso isolado verdadeiro nada diz sobre uma frequência; só a taxa transforma a anedota numa afirmação sobre o mundo. O que eu precisaria ver se o contrário fosse verdadeiro — e se não o vejo, falta, ou não me é mostrado? Essa pergunta distingue o mundo de sua imagem do mundo. Quem ou o que escolhe o que me alcança, e segundo que medida — segundo verdade, indignação, tempo de permanência? Um fluxo de fontes confiáveis pode ser distorcido se a seleção é distorcida, e o principal selecionador é você mesmo: ninguém precisa impor-lhe um fluxo unilateral se você mesmo o monta. E por fim: meu sentimento do normal se deslocou sem que eu pudesse nomear um novo argumento? O aprender genuíno pode mostrar suas razões. Um deslocamento sem razão nomeável é a marca da manipulação da calibração, como no sapo da conhecida parábola que, na água aquecida lentamente, não consegue nomear nenhum momento em que ficou quente demais.

19.6 Quando ninguém censura e mesmo assim se filtra

A forma mais difícil não tem endereço. Um órgão que determina o que vale como verdadeiro (capítulo 17.6) é, para a calibração, o caso fácil: pode ser nomeado. Mais difícil de apreender é uma condução que ninguém instala: uma autoridade dá indicações, uma plataforma as segue, um comitê recomenda como a população deve ser abordada. Cada passo tem uma justificação plausível, ninguém censura, e no fim o espaço está filtrado sem que alguém o tivesse decidido; como isso se apresentou durante a pandemia, mostrou-o o capítulo 17.7. Se e até que ponto tal condução ocorre só se deixa checar quando as indicações e seu seguimento são publicamente legíveis.

Numa filtragem assim, também os testes do segundo nível falham facilmente, pois os instrumentos funcionam e o resultado mesmo assim não procede: a autoridade se mostrou confiável até aqui, o consenso é amplo, cada afirmação isolada se sustenta — para um quadro do qual foi removido o que o contradizia. A pergunta pelo que falta só se responde aqui pelo trato com a contradição. Uma posição contrária foi refutada ou apenas atribuída a um campo? Está resolvida

ou desapareceu? Ainda se deixa ler? Onde uma posição já não é encontrável, nem por isso está refutada; talvez tenha sido removida, e um consenso que surgiu sem contra-argumentação é, de início, um achado sobre o espaço em que surgiu. Verdadeiro ele ainda pode ser. A mesma regra vale no sentido oposto: concluir da ausência de contradição que há manipulação é o mesmo erro do outro lado, pois há consenso que surgiu porque a coisa era clara. Pode-se checar se houve contra-argumentação e o que foi feito dela; de sua mera ausência nada se segue.

A tentação de responder a tudo isso com uma instância que fixe para todos a ponderação correta está próxima: verificadores de fatos autorizados, algoritmos que ordenam o verdadeiro para cima. Se de fato quase todos os especialistas defendem uma posição, uma opinião minoritária não deve receber o mesmo espaço — e isso é certo enquanto continuar uma questão de ponderação e a opinião minoritária receber tanto espaço quanto suas evidências sustentam. Torna-se armadilha quando da ponderação se faz exclusão, quando ninguém mais pergunta como a grande maioria se formou e quando a classificação "perigoso" substitui a checagem. Tal instância não resolve o problema, desloca-o: então tudo depende de quem ocupa a instância, e quem ocupa o canal ocupa a calibração de todos os que nele confiam. A calibração distribuída, própria, não tem interruptor geral que se possa acionar. Por isso é uma capacidade de que uma sociedade livre precisa de seus cidadãos. Quem considera as pessoas capazes de checar por si precisa também confiar que decidam por si.

Isso vale também para os modelos de linguagem que hoje leem e escrevem junto. O que um tal modelo considera normal, controverso ou consenso é o sedimento dos textos de que aprendeu, e sob esse depósito ele mal pode enxergar: justamente onde cita mais fluentemente "a maioria dos especialistas", muitas vezes fala o sedimento, não a checagem. Como ferramenta no segundo nível, pode mesmo assim ser forte, se se lhe deixa buscar contra-vozes, taxas de base e o que falta. Os antídotos são, para tal modelo, os mesmos que para você: incerteza indicada onde se trata de maiorias e frequências, a busca do que falta, desconfiança do próprio sentimento de consenso e a checagem por outros.

Uma distorção aparentada não surge pela seleção, mas pela própria medição. Quando um número que deve indicar um estado se torna o objetivo pelo qual as pessoas são avaliadas, elas mudam sua conduta até que o número esteja certo e o estado já não: a escola treina a prova em vez da matéria, a repartição despacha primeiro os casos fáceis. O número era no início um bom instrumento e perdeu seu valor de conhecimento pelo seu uso, sem que ninguém o tivesse falsificado. Quem encontra um número assim não pergunta por isso apenas como ele foi medido, mas também quem é avaliado por ele.

Contra esse nível não há imunidade, apenas vigilância. Pode-se aprender a checar e corrigir a ponderação, também onde cada afirmação isolada procede, e é preciso fazê-lo sempre de novo.

Para ler em seguida: *Calibração* (2026), *A ética – O bem que já fazemos* (2026), Cap. 13.5, *A organização* (2026), Cap. 5 e 6

PARTE V: A VERDADE COMO PROCESSO

Capítulo 20: Verdade e processo da verdade

20.1 O que significa "O verdadeiro é o todo"

Um checar que nunca termina, ordens que permanecem corrigíveis: poder-se-ia pensar que no fim há apenas um monte de achados provisórios. Contra isso há uma frase que apareceu várias vezes neste livro, a de que o verdadeiro é o todo. Ela é muitas vezes entendida como apelo à completude: reúna todos os fatos, então terá a verdade. Não é isso que pode ser pretendido.

Pode-se dissecar um ser vivo, registrar todos os órgãos, observar cada célula ao microscópio — e justamente a vida desapareceu. Goethe pôs isso na boca de seu Mefistófeles: *"Wer will was Lebendigs erkennen und beschreiben, Sucht erst den Geist heraus zu treiben, Dann hat er die Teile in seiner Hand, Fehlt, leider! nur das geistige Band."* O mesmo ocorre no pensar. Pode-se reunir todos os argumentos, enumerar todos os pontos de vista, percorrer todas as perguntas e, no entanto, errar aquilo que primeiro os une numa percepção. Uma enumeração em que cada ponto poderia ser omitido ou substituído por outro sem que o todo mudasse parece ordenada e não tem vínculo. Onde uma lista serve a um fim, na manutenção de um avião, por exemplo, ela pertence à ordem viva; torna-se morta onde ocupa o lugar do compreender.

Inteiro, portanto, algo não é por nada faltar, mas por suas partes se determinarem umas às outras. Pode-se chamar isso de completude viva, em oposição à mecânica, que reúne e dá baixa. Um bom retrato mostra o caráter de uma pessoa sem registrar cada pinta. Um bom detetive não deixa cair nenhum indício debaixo da mesa, mas não dá a todos o mesmo peso; busca aqueles em que o caso se apoia, e os demais se ordenam ou permanecem visíveis como pendências em aberto. O verdadeiro é, nesse sentido, o todo vivo, logicamente ordenado, em desenvolvimento.

Vivo significa: as partes estão em relação recíproca. Cada uma remete às outras, determina-se por elas e se desenvolve com elas, como num organismo em que cada órgão só trabalha em interação com os demais.

Logicamente ordenado significa: há uma estrutura reconhecível das relações. Nem tudo se liga arbitrariamente a tudo; há degraus, transições, linhas de desenvolvimento. A ordem não é imposta de fora, brota da própria coisa e precisa comprovar-se nela.

Em desenvolvimento significa: o todo não está pronto desde o início, só se torna aquilo que é. Assim também este texto desenvolveu sua ordem no realização em ato, em vez de pressupô-la.

Inteiro significa: nada essencial falta para a compreensão da conexão. Isso não quer dizer que tudo o que é possível deva ser mencionado, como o retrato mostra.

A verdade é, por isso, essencialmente resultado, mas não produto acabado. Ela surge no pensar, desenvolve-se por contradições e se completa na integração sistemática, que também acolhe o que resiste aos nossos desejos. A esse todo pertencemos também nós, que o buscamos.

20.2 A verdade como processo

Que toda ordem alcançada permaneça aberta não significa que não haja verdade. Significa que ela se desdobra, e em duplo aspecto: nosso conhecer se desenvolve, e muitas vezes também se desenvolve o que conhecemos — a vida, a cidade, a sociedade, muitas vezes justamente por nosso esforço de compreendê-los.

O que a verdade é, este livro não fixou de antemão. Desenvolveu-o passo a passo, e cada passo mostrava o que ainda faltava ao anterior. No início estava a pergunta que se pressupõe a si mesma: quem pergunta o que é a verdade quer uma resposta verdadeira, e quem contesta o checar checa ao fazê-lo. Essa autorreferência sozinha ainda não explica o que a verdade é; mostra que estamos no meio dela. Os sábios cegos mostraram que a coisa só se abre na reunião de muitas perspectivas, e o todo vivo, que essa reunião não é adição, porque as partes se determinam umas às outras. Onde as perspectivas se contradiziam, não ajudava nem rejeitar nem simplesmente pôr lado a lado, mas só o princípio que explica e preserva ambas. O detetive exigia que cada indício encontrasse seu lugar. E o capítulo 10 mostrou que também o que resiste ao nosso querer e interpretar pertence a essa conexão e não está além dela. A verdade é o processo em que tudo isso se engrena.

O que assim se alcança a cada vez pode ser chamado verdade conhecida. Não é mera opinião, pois passou pela checagem, mas também não é a última palavra. Vale até que uma ordem melhor a suprassuma, e nesta ela permanece guardada, como a mecânica de Newton como caso limite na teoria da relatividade. Impulsiona adiante o que os passos deste livro desenvolveram: uma ordem em que uma contradição fica aberta, um indício não tem lugar ou algo essencial falta ainda não é o todo. O todo de buscar, achar e continuar buscando chama-se o processo da verdade. Não é uma troca em que a verdade seria feita a bel-prazer, pois o que nele vale precisa também resistir ao que não se curva a nenhum desejo e a nenhuma maioria.

A partir daqui compreende-se também outro modo de falar. Ele surge por uma reversão: encontrada uma ordem, o olhar se volta para ela mesma. Uma explicação chama-se verdadeira se explica sua coisa por inteiro e sem contradição, um relato se traz tudo o que é essencial na forma adequada, um conceito se com ele se pode conceber o todo. E com o conceito ganho pode-se medir a própria coisa. Uma cadeira de duas pernas que tomba não é uma cadeira certa; quem se comprova na necessidade é um amigo verdadeiro; uma obra é bem-sucedida se é o que deve ser. Essa verdade da coisa não está contra a primeira. Procede dela, pois o conceito com que a coisa é medida foi ganho no checar, e também ela só se mostra no todo de uma vida ou de um efeito.

A verdade conhecida pode conter erros que só uma ordem melhor descobre. A doutrina do flogisto foi durante um tempo a melhor explicação da combustão e, no entanto, foi substituída por uma melhor; o que nela explicava fenômenos permaneceu guardado nesta. Por isso o processo da verdade não chega à paralisação.

20.3 A esteira e a outra infinitude

Uma objeção se impõe: se a busca nunca termina, não é ela vã? Um alvo que permanece inalcançável parece não ser alvo, mas uma esteira.

A objeção atinge uma imagem determinada da infinitude: o sempre-mais-um. Mais um fato, mais um estudo, mais uma perspectiva, e o alvo permanece igualmente distante, como um número ao qual sempre se pode somar um. Se a verdade fosse infinita assim, a objeção teria razão.

Mas teste a imagem no seu próprio caminho por este livro. Quando se mostrou por que o bastão na água parece quebrado — você deu então só um passo em direção a um alvo distante, ou reconheceu algo? Quem compreendeu por quê reconheceu algo, e essa percepção foi inteira, não pela metade. Que a óptica

depois continuasse perguntando não a tornou incompleta, tornou-a viva. A busca isolada termina quando seu motivo está esclarecido, para o fim pelo qual se perguntou. O processo em que ela se insere não termina.

Essa é a outra infinitude: não o infinitamente distante, mas o processo que é real em cada um de seus passos. O todo não espera no fim do caminho; já está em ação em cada conhecer e impele para além dele. Cada percepção é verdade conhecida, e nenhuma é a última. Visto de fora, a busca da verdade se assemelha a um horizonte que recua quanto mais se avança. De dentro, cada passo é terreno ganho. O horizonte recua — o chão permanece.

A filosofia tem nomes para as duas imagens: o sempre-mais-um chama-se a má infinitude, o processo que em cada passo está junto de si, a verdadeira. Dela depende se a infinitude da busca da verdade significa vaidade ou progressão.

20.4 Muitos caminhos, uma direção

Porque o checar tem uma direção, rumo ao todo que nada omite, nem todos os caminhos são igualmente bons. Porque esse todo só se abre no checar, muitos caminhos conduzem até lá. Pode-se chamar essa postura pluralismo orientado: orientado, porque há uma direção, e plural, porque perspectivas diversas sobre a mesma coisa se completam. A direção não é indicada por resultados determinados, mas pelo modo mesmo de checar: que se deem fundamentos, que se reúnam perspectivas e que se elaborem contradições, e que todo resultado permaneça checável e revisável para outros. Uma orquestra o mostra: o caos surge quando cada um toca para si, a papa uniforme quando todos tocam o mesmo. A música surge quando vozes diversas se compõem num todo.

A distinção do capítulo 5 vale também aqui. Algumas posições apalpam partes — achados, dados, observações que só juntos dão um quadro; são checadas quanto ao encaixe no todo. Outras são perspectivas inteiras, como os heterônimos de Pessoa; pergunta-se a elas pelo que veem, sem reduzi-las a blocos de construção. Isso não significa harmonizar tudo. Algumas coisas se deixam resgatar, outras só delimitar, outras só suportar. A busca da verdade distingue, rejeita com fundamento e deixa como aberto o que ainda não encontrou mediação honesta. A integração vem depois da checagem, não no seu lugar. Esse é o terceiro caminho de que o prefácio falou: não o meio-termo entre os campos, mas, em cada um, primeiro a pergunta do que ele viu.

Por isso a diversidade tem um limite. Uma postura se torna problemática onde encerra a checagem antes de começá-la: declarando a própria verdade intocável, toda verdade um jogo de poder ou entregando o juízo a especialistas. Quem

recusa por princípio a justificação exclui a si mesmo do checar em comum. Uma abertura que declara legítima também a hostilidade contra o checar suprime-se a si mesma. Uma postura que mantém o checar aberto une ambos: “Posso estar enganado, mas tenho boas razões.” (DE: „Ich kann mich irren, aber ich habe gute Gründe.“) Ela procura os outros em vez de repeli-los, checa na troca o que não se deixa checar na própria cabeça e diz abertamente o que ainda não sabe.

Capítulo 21: Este texto faz o que diz?

21.1 O caminho

Olhe de volta para o caminho que você percorreu. Ele começou com a pergunta que se pressupõe a si mesma: quem pergunta o que é a verdade quer uma resposta verdadeira. Conduziu aos pressupostos que não se deixam contestar sem serem usados, à atividade contida na percepção mais simples e aos préjulgamentos que a guiam. De muitos relatos fez-se um elefante, de contradições fizeram-se portas, de indícios um caso. E todos esses passos convergiam para uma pergunta que nenhum deles colocava: se checar, pressupor e juntar se passam todos na experiência, o que significa então concordância com a realidade? A resposta — que a realidade se anuncia na resistência, dentro da experiência e não para além dela — recolheu o que a primeira parte havia preparado. A partir daí mostrou-se que domínios diferentes resistem de modo diferente e querem ser compreendidos de modo diferente, que o checar se deixa formar em método e que, porque liberta, precisa ser defendido, também contra os que, em nome da verdade, o impedem. Mais difícil de checar foi, por fim, o que nem sequer está ali: o deixado de fora, que torna torto um quadro feito só de verdades. Só então foi possível resumir o que é a verdade.

> Experimento 22: A explicação ao contrário
>
> A ordem era casual? Poderíamos também ter começado com o princípio do detetive e terminado na autorreferência?
> Tente: explique a alguém o princípio do detetive sem antes ter falado da ligação de perspectivas diversas. Ou explique dialética a alguém que nunca viveu uma contradição como fecunda. E para as partes posteriores do caminho: seria possível falar do abuso do checar antes de estar claro o que significa concordância? Ou de calibração antes de se ter aprendido a ponderar indícios? O que acontece?

> Provavelmente funciona a cada vez, mas com mais dificuldade: ora falta algo, ora muita coisa permanece abstrata. Outra ordem teria sido pensável, a escolhida não é arbitrária.

O caminho teve uma necessidade que só surgiu ao caminhar. Necessário não significa aqui que nenhum outro caminho teria sido pensável, mas que cada passo teve um fundamento no anterior. Cada conceito mostrava o que ainda lhe faltava e, assim, impelia ao seguinte. Mas uma retrospectiva pode lisonjear: depois, muita coisa parece necessária que apenas aconteceu. O teste mais duro é se o texto faz o que diz — se é performativamente consistente.

21.2 O teste

Afirmou-se: a verdade surge no realização em ato. Não se a assume como frase pronta, ela se forma no próprio checar. O texto não começou com uma definição em que você devesse acreditar, mas com o que você já faz. Se ele permaneceu nisso, só você pode julgar: em quantos pontos você mesmo checou, e em quantos devia apenas seguir?

Afirmou-se: tudo precisa se encaixar. Cheque: há pontas soltas? Cada capítulo se encaixa no todo? Onde não, o texto neste ponto está errado.

Afirmou-se: pré-julgamentos são inevitáveis, mas precisam ser conscientes e revisáveis. Também este texto pressupõe algo, e nem tudo do mesmo modo. Que a verdade importa, que razões devem valer e que o outro é um possível checador a quem se as deve não é um pré-julgamento que se pudesse revisar. Quem o contesta quer ter razão com argumentos e reivindica com isso o que contesta; disso partiu o livro. Quem checa reivindica, além disso, que o juízo se orienta pela coisa e não pelo desejo, e que por isso todo resultado pode ser corrigido. Um conteúdo, porém, não reivindica com isso: o que é verdadeiro no caso particular não decorre de nenhum desses pressupostos, precisa primeiro se mostrar no checar. Esses pressupostos o texto não trouxe de fora, desvelou-os no realização em ato do checar. Quem, porém, não quer checar, mas apenas ficar com a razão, nenhum argumento o alcança; à busca comum não conduz nenhuma demonstração, apenas a disposição de se envolver com razões. Diferente é o que o texto supõe sobre as pessoas: que podem ser razoáveis e que o entendimento mútuo é bem-sucedido. São expectativas, não condições, e a experiência pode frustrá-las, no caso particular com bastante frequência. As primeiras são asseguradas pelo realização em ato que as reivindica, as segundas só pela comprovação.

Também os exemplos deste texto não caíram do céu. O carro usado, o detetive, a receita da avó — essa é uma língua determinada, uma cultura determinada, uma época determinada. Outro texto teria escolhido outros exemplos. A pretensão não está nos exemplos, mas nos realizações em ato que neles se tornam visíveis, e estes precisam mostrar-se igualmente em seus próprios e outros exemplos, senão o livro está errado.

Afirmou-se: checar liberta. Se você se sente mais livre não prova nada — também uma falsificação pode produzir esse sentimento. Resta o teste de direção do capítulo 18: você checa agora melhor sem este livro do que antes?

Afirmou-se: os princípios podem ser invertidos. Isso vale também para este livro. Quem o usa para se sentir superior — "eu sou esclarecido, os outros são pensadores de campos" (DE: „ich bin ja aufgeklärt, die anderen sind Lagerdenker"), "eu enxergo a manipulação, os outros não" (DE: „ich durchschaue die Manipulation, die anderen nicht") — o compreendeu mal. Seus conceitos podem ser usados como clavas e seus testes contra toda convicção que não agrada. Contra isso só protege aplicá-los primeiro a si mesmo: onde sou dogmático? Quais de minhas convicções protejo contra a crítica? E a pergunta do capítulo 11.4: quando fui pela última vez virado numa coisa que era importante para mim?

Afirmou-se: também só o verdadeiro pode dar um quadro torto, por aquilo que falta. Isso atinge também este livro. Os casos da parte IV são escolhidos como qualquer notícia. Cheque neles o que o capítulo 19 exige: vêm de todos os campos, a mesma pergunta é colocada a cada um, e o que falta?

Resta a pergunta se este texto está aberto à crítica ou se imuniza pela sua autorreferência. Toda objeção que você puder formular é bem-vinda. Mostre que o texto contradiz seus próprios princípios, então neste ponto está refutado e precisa ser mudado. Inatacável é apenas o seu ponto de partida; este só cairia se se encontrasse alguém que contesta o checar sem checar ao fazê-lo. Essa condição ninguém pode cumprir, mas ela não é esconderijo, e sim a irrefutabilidade aberta do checar do capítulo 18.3. Refutável permanece tudo o que se constrói sobre esse fundamento. Isso inclui como se checa e tudo o que este livro diz sobre isso, até em seu conceito de checar. Só não se pode contestar que se checa, e o que todo checar nisso reivindica; também quem corrige o conceito de checar checa. A objeção de que aqui tudo seria revisável, exceto uma frase, não procede: excetuada não é nenhuma frase, mas o realização em ato sem o qual não haveria revisão.

Um texto sobre o processo da verdade nunca pode, por isso, estar pronto. Se se considerasse concluído, contradiria sua própria tese. O último juízo não o profere ele, mas você.

21.3 Para onde se segue

O que aqui foi desenvolvido no realização em ato aponta em duas direções para além de si.

Uma é a pergunta de onde vêm as formas do checar e como se articulam — como se ordena sem perder aquilo em que está o essencial. O checar quer compreender a si mesmo, e quem nele é exercitado permanece espontâneo e nota mais cedo quando precisa mudar de direção.

A outra é o agir. Você já reconhece os outros como agentes quando, no trânsito, não conta com obstáculos, mas com pessoas que decidem e cometem erros. Ao cozinhar, você junta sabor, saúde, tempo e dinheiro sem pensar nisso. Você procura, quando a criança à noite ainda quer brincar e amanhã cedo precisa estar descansada, uma solução que faça justiça aos dois pedidos. E se às duas da madrugada você está a pé diante do sinal vermelho numa rua vazia, pergunta para que serve a regra. São as mesmas capacidades com que você checa. Quem compreende o que faz ao pensar pode, por isso, também agir de modo mais consciente.

A verdade tem muitos rostos — mas ela é uma. E você pode conhecê-la.

Para ler em seguida: *Pensar – Ordenar sem perder* (2025), Cap. 12, *A ética – O bem que já fazemos* (2026)

APÊNDICE A: O QUE AS TEORIAS DA VERDADE VIRAM

A1 Introdução: Uma velha disputa

Imagine um salão em que há dois mil e quinhentos anos se discute sobre a verdade. Numa ponta alguém se atém à mais antiga resposta: verdadeira é uma frase quando diz o que é. Na outra ponta um teórico da coerência exclama: "Com que você quer comparar a frase? Só temos os nossos juízos. Verdadeiro é o que se encaixa no todo do nosso saber!" (DE: „Womit wollen Sie den Satz denn vergleichen? Wir haben nur unsere Urteile. Wahr ist, was sich in das Ganze unseres Wissens fügt!") No meio falam pragmatistas ("Verdadeiro é o que a longo prazo se comprova" (DE: „Wahr ist, was sich auf die Dauer bewährt")), teóricos do discurso ("Verdadeiro é o que, numa checagem livre, poderia se sustentar diante de todos" (DE: „Wahr ist, was in freier Prüfung vor allen bestehen könnte")) e construtivistas ("Nós mesmos construímos nossa realidade" (DE: „Wir bauen unsere Wirklichkeit selbst")).

Cada um tem argumentos convincentes e pode mostrar fraquezas dos outros. A disputa parece interminável.

A história dos sábios cegos do capítulo 5 sugere uma suposição: talvez cada um tenha razão no que apalpou e esteja errado assim que o toma pelo todo. Então a pergunta propriamente dita não seria quem tem razão, mas em que aspecto as respostas se encaixam. Este apêndice checa a suposição nas próprias teorias. Diz, de cada uma, o que este livro acolhe dela e o que não assume, e, na maioria, onde uma pergunta permanece aberta.

A2 Como a disputa surgiu

Diferentes momentos da mesma busca

A busca da verdade tem, como o texto principal mostrou, diferentes momentos. Algo precisa mostrar-se (capítulos 3, 10). Precisa combinar com o resto (capítulo 8). Outros precisam poder verificá-lo (capítulos 11.1, 16.2). E precisa comprovar-se (capítulo 10.5).

Esses momentos pertencem juntos, mas pode-se considerar cada um por si, e a história da filosofia o fez. Os empiristas partiram da experiência, os racionalistas da ordem que o entendimento traz; os pragmatistas puseram a comprovação no centro, os teóricos do discurso a checagem comum.

Por que cada vez um se tornou a medida

Cada um desses momentos tem casos em que, sozinho, parece decidir. Se o comprimido funciona, mostra a experiência; se uma demonstração procede, a conexão das frases; se uma ponte aguenta, o seu aguentar. Quem parte de tais casos encontra seu momento por toda parte e os outros apenas como acessório. A maioria dessas teorias conheceu os demais momentos e os incorporou. Discutiu-se sobre qual deles é a medida dos outros.

Essa é a situação dos sábios na história, só que de forma mais fina: cada um descreve corretamente o que tem na mão e o toma pelo que mede as outras partes.

A3 O ceticismo pirrônico: reter o juízo

Da disputa das doutrinas, filósofos antigos já tiraram uma conclusão própria: não decidir. Como seu ancestral vale Pirro de Élis (por volta de 360 a por volta de 270 a.C.), que não deixou nada escrito. Elaborada, conhecemos a doutrina pelo *Esboços pirrônicos* do médico grego Sexto Empírico (século II d.C.). Cético significa ali o investigador que continua procurando.

Com o cético do capítulo 2, o pirrônico tem pouco em comum. Ele não afirma que não se possa saber nada; também suas próprias fórmulas ele as retém. Ceticismo é para Sexto uma capacidade: opor a toda fala uma de igual força (*Esboços* I 8). Da igual força, em grego *isosthéneia*, segue-se a retenção do juízo, a *epoché*, e a ela, como sombra, a imperturbabilidade, a *ataraxia*. Sexto conta

a esse respeito do pintor Apeles, que não conseguia acertar a espuma na boca de um cavalo e por fim jogou a esponja contra o quadro; a marca resultou na espuma. Viver é possível, segundo isso: o cético segue o que lhe aparece, a fome, os costumes de seu país, as regras de seu ofício, sem afirmar que seja assim.

Como se encontra a contra-fala de igual força, ensinam os tropos, modos com os quais se pode suspender todo juízo. Cinco deles a tradição atribui a um cético posterior chamado Agripa (*Esboços* I 164–177). Sobre toda coisa reina desacordo. Quem quer decidi-lo precisa de um fundamento, o fundamento de outro, e assim ao infinito; quem interrompe pressupõe, e o adversário pode, com o mesmo direito, pressupor o contrário; quem extrai o fundamento do fundamentado gira em círculo. A isso se soma que tudo só aparece em relação a quem julga. Regresso, interrupção e círculo são as três saídas do trilema de Münchhausen do capítulo 1.

O livro acolhe muito disso. A objeção do capítulo 2 não atinge o pirrônico: quem nada afirma não se contradiz no afirmar. Os tropos são verdadeiras perguntas de checagem, que faz quem checa: em que se apoia o fundamento, o que é pressuposto, os fundamentos só se apoiam reciprocamente, até que ponto o juízo depende do ponto de vista? E onde os fundamentos são realmente de igual força, a retenção é a resposta correta; o livro chama a isso deixar uma pergunta em aberto (capítulo 20.4).

Contradiz-se no realização em ato, não numa frase. A igual força de duas falas não é ponto de partida, mas achado. Para obtê-lo, o cético precisa buscar e pesar a contra-fala até que ela se iguale à primeira. Ele checa, portanto, com a mesma distinção entre mais bem e mais mal fundamentado a que não quer se comprometer. Se diz que a igualdade só lhe parece assim, então ela é um achado que pode resultar diferente, e muitas vezes resulta: que sete vezes oito são cinquenta e seis se deixa recalcular, e nenhuma contra-fala compensa isso (capítulo 19.4). O mesmo vale para viver segundo o que aparece. Um médico, como Sexto era um, dá ao doente o remédio que se comprovou, não um qualquer; o que lhe aparece já está checado e ponderado (capítulos 3, 10.5). A diferença está, por isso, menos no fazer do que no nome. O pirrônico retém a palavra saber; o livro chama assim o juízo que reivindica tanta certeza quanto seus fundamentos sustentam e se deixa corrigir.

Aos tropos de Agripa o livro responde, por isso, não com uma primeira frase que detivesse o regresso; essa seria uma pressuposição que o adversário pode inverter. Responde com o apoio no realização em ato (capítulo 1). Também a retenção só surge por checar; é um de seus modos, não seu contrário. O que se constrói sobre isso permanece refutável (capítulo 21.2). Hegel, que colocava o ceticismo antigo muito acima do de seu tempo, considerou em 1802 os cinco

tropos as armas mais aptas contra toda doutrina que põe algo finito como o incondicionado, e inúteis contra uma filosofia que não faz isso.

Permanece aberta a calma. O pirrônico a encontra onde deixa de decidir, o livro encontra liberdade no checar (capítulo 16). Se a retenção acalma ou deixa de lado uma pergunta que se poderia responder, só o caso particular mostra.

A4 Teoria da correspondência: a resistência mostra a direção

A mais antiga resposta está em Aristóteles: "Dizer que o ser não é ou que o não-ser é, é falso; dizer que o ser é e que o não-ser não é, é verdadeiro" (DE: „Zu sagen, das Seiende sei nicht oder das Nichtseiende sei, ist falsch; zu sagen, das Seiende sei und das Nichtseiende sei nicht, ist wahr") (*Metafísica* IV 7). A escolástica fez disso a fórmula da concordância do intelecto com a coisa, *adaequatio intellectus et rei*, que Tomás de Aquino cita em *De veritate*. Visto está com isso aquilo de que toda busca da verdade depende: que nossos pensamentos precisam medir-se por algo que se subtrai ao nosso arbítrio.

Esse momento o livro preserva. Não é assumida uma imagem que muitas vezes se liga à fórmula, como se fosse preciso sair da consciência e pôr lado a lado pensamento e coisa. A concordância mostra-se na resistência de certas experiências contra nossos desejos e interpretações. Quem tem certeza de ter posto a chave no bolso pode convencer-se disso o quanto quiser — se o bolso está vazio, não é ele que decide. Nesse limite a correspondência é experimentada — dentro da experiência, não além dela. A comparação sobre o abismo cai. A real corre entre pensamento e percepção, como o capítulo sobre a comparação que não é comparação desenvolveu (capítulo 10.4).

Permanece aberto o que corresponde a uma frase verdadeira que não fala de nada que se pudesse encontrar: de um número, de uma norma, daquilo que não há. A isso volta a seção sobre os truthmakers.

A5 Teoria da coerência: o sistema precisa estar coerente

Como teoria elaborada, a teoria coerentista da verdade surgiu por volta de 1900 no idealismo britânico, com Francis Herbert Bradley e Bernard Bosanquet; uma

forma prévia alemã se encontra já duas décadas antes em Lotze e Windelband (seção B7a). Harold H. Joachim deu-lhe em *The Nature of Truth* (1906) uma forma fechada, Brand Blanshard em *The Nature of Thought* (1939) a mais influente. Seu ponto de partida é a objeção contra o pôr lado a lado: só chegamos às coisas em juízos, portanto um juízo só pode ser medido por outros juízos. Verdadeiro é o que se encaixa no todo abrangente e sem contradição de nosso saber e é por ele sustentado. Como no detetive, no fim todas as indicações precisam ter seu lugar.

A objeção óbvia, de que também um delírio pode ser coerente em si, os teóricos da coerência a conheciam. Blanshard respondeu que se trata da conexão com tudo o que é experimentado, também com as percepções, não com uma seleção. Com isso ele está onde o capítulo 10 chega: a coerência nesse sentido amplo inclui o que se impõe, e a checagem da correspondência é seu caso mais exigente. Nicholas Rescher formulou a teoria depois de modo mais modesto: coerência não seria o que a verdade é, mas o critério pelo qual a reconhecemos (*The Coherence Theory of Truth*, 1973). Donald Davidson tentou mostrar em 1983 que a coerência, bem entendida, resulta em correspondência.

Os capítulos 7 e 8 acolhem o núcleo: que uma percepção isolada tem seu apoio na conexão e que uma contradição indica onde a ordem não alcança. Sobretudo Bradley e Joachim insistiram, porém, num ponto em que o livro não os segue: inteiramente verdadeiro seria só o sistema consumado, todo juízo finito apenas em parte, em graus. Joachim concluiu disso ele mesmo que também sua teoria só poderia ser parcialmente verdadeira. A percepção que se alcança a cada vez é, ao contrário, inteira, não pela metade, mas não a última (capítulo 20.3). Não é fragmento de um sistema distante, mas a melhor ordem possível do que sabemos agora, e permanece guardada em toda ordem melhor.

À frase de Hegel “O verdadeiro é o todo” os idealistas britânicos gostavam de recorrer. O que ela significa em Hegel e como o percurso deste livro se relaciona com Hegel está no apêndice B.

A6 Pragmatismo: os frutos mostram a árvore

Charles S. Peirce determinou em 1878 a verdade como a opinião para a qual todos os pesquisadores convergiriam a longo prazo, e o real como o que nela é representado. William James desenvolveu disso uma doutrina da comprovação: o verdadeiro seria o conveniente em nosso pensar, “a longo prazo e no conjunto” (DE: „auf lange Sicht und im Ganzen“). A verdade “acontece” a uma ideia, ela se torna verdadeira pelo que ocorre (*Pragmatism*, 1907). John Dewey

por fim substituiu a palavra por “assertabilidade justificada” (DE: „gerechtfertigte Behauptbarkeit“) (*Logic*, 1938). Eles viram com isso que a diferença entre ideias verdadeiras e falsas se mostra em suas consequências e que uma ideia sem consequências não se deixa checar.

Nisso se liga o capítulo 10.5: checamos agindo. Também a objeção que se costuma fazer ao pragmatismo ele mesmo a viu: nem todo êxito mostra verdade. Um engano pode funcionar por algum tempo, uma mentira pode ser útil a curto prazo. Por isso James falava do longo prazo e do conjunto, Peirce do fim da pesquisa.

A visão performativa concorda: verdade é um realização em ato, não um estado estático, e precisa mostrar-se na prática. Mas ela distingue: nem todo êxito é verdade. O critério não é utilidade qualquer, mas comprovação duradoura no confronto aberto com o que resiste. E comprovação é mais do que funcionar, porque o pensamento pertence a ela, que apreende o agir e sem o qual seria um cambalear (capítulo 10.5). Mais próximo do livro está, nisso, Peirce, em quem a verdade está no curso da pesquisa e não no êxito isolado.

Numa questão os caminhos se separam: o que acontece com uma verdade em que nenhuma pesquisa jamais esbarrará, porque seus vestígios estão perdidos. Para Peirce torna-se difícil, então, ainda falar de verdade. O capítulo 10.6 nega sentido a um erro que, em princípio, não poderia mostrar-se de nenhum modo. Um passado com vestígios apagados, porém, não é em princípio inacessível: os vestígios teriam permitido a checagem, só se perderam. Permanece aberto até que ponto ainda se pode, então, falar de verdade, quando a resistência, em que o livro de resto ancora tudo, não pode mais se anunciar.

A7 Teoria do consenso: a busca comum como critério de verdade

Jürgen Habermas concebeu em seu ensaio “Wahrheitstheorien” (1973) a verdade como uma pretensão que uma afirmação levanta e que se pode resgatar no discurso: verdadeiro é aquilo com que concordariam todos os que, livres de coerção e engano, participam da checagem. Karl-Otto Apel pensou, na esteira de Peirce, no acordo de uma comunidade ilimitada dos que argumentam, e fez valer que os pressupostos do argumentar não se deixam contestar sem serem reivindicados na própria contestação: quem tenta comete uma autocontradição performativa. Ambos mostraram o que todo aquele que argumenta pressupõe:

que seus fundamentos devem valer para todos e que toda objeção precisa ser ouvida.

Aqui a concordância com este livro é maior. A busca da verdade nunca é solitária: os outros nos resistem como aqueles a quem devemos fundamentos (capítulo 11.1), e quem recusa por princípio a justificação exclui a si mesmo da busca comum (capítulo 20.4).

Rejeita-se, em contrapartida, a ideia de que o acordo torna verdadeiro. Que todos tomem algo por verdadeiro não o torna verdadeiro, nem mesmo o acordo sob condições ideais. Ele é possível porque os que checam se referem à mesma realidade, como os cegos ao mesmo elefante. Esse passo Habermas mesmo o deu depois (*Wahrheit und Rechtfertigung*, 1999): a verdade vai além de toda justificação, por melhor que seja, e o discurso se refere a um mundo objetivo supostamente comum. Nesse ponto o Habermas tardio se encontra com o princípio do elefante. O discurso é então o lugar em que a verdade é checada e encontrada, não aquele em que surge.

Permanece ainda por esclarecer em que se mostra, na disputa particular, que um acordo repousa na coisa e não em pressão. Os capítulos 19.4 e 19.6 nomearam testes para isso — a independência dos que concordam, a liberdade de divergir e o que se fez da contra-argumentação —, uma fórmula não há.

A8 Kant: O limite visto de dentro

Immanuel Kant deixou expressamente a definição nominal da verdade, segundo a qual ela é a concordância do conhecimento com o seu objeto, como "concedida e pressuposta" (*Crítica da razão pura*, A 58/B 82). Com isso ele não afirma uma comparação com uma coisa lá fora; o que ele nega é que exista uma marca pela qual essa concordância pudesse ser lida em qualquer conteúdo. Sua pergunta era outra: sob que condições algo pode ser objeto para nós? Nosso conhecer precisa de intuição e conceito, nossa intuição é sensível, e espaço e tempo, assim como conceitos como o de causa, provêm de nós. Por isso conhecemos as coisas como elas aparecem, não como são em si.

Aparecer não significa aqui semblante. As coisas no espaço são reais, e sonho e realidade se distinguem, segundo Kant, pela conexão: por saber se as representações se encadeiam segundo regras numa experiência. O conceito de noumenon, da coisa em si, ele o chama de "conceito-limite", de uso apenas negativo (A 255/B 310 s.): ele deve restringir a pretensão da sensibilidade, não descrever um segundo mundo. De uma barreira, de uma mera negação, Kant

distingue expressamente esse limite. Nós o conhecemos porque sabemos que nossa intuição é sensível e podemos pelo menos pensar uma outra, não sensível.

Kant viu que conhecer é uma atividade e traz algo de si àquilo que encontra — o achado do capítulo 3 —, e que uma razão que não examina seus limites se enreda em contradições. O livro lhe é próximo também onde rejeita a comparação através do abismo e distingue realidade e ilusão pela conexão da experiência (capítulos 8, 10.4, 10.5). Quanto ao dado, ele está mais perto de Kant do que de Hegel. O pensar não produz aquilo em que se verifica; algo precisa se mostrar que não se curva ao desejo (capítulos 10, 11). A frase de Kant "pensamentos sem conteúdo são vazios, intuições sem conceitos são cegas" (DE: „Gedanken ohne Inhalt sind leer, Anschauungen ohne Begriffe sind blind") (A 51/B 75), o livro a conserva na figura da resistência. Hegel a rejeitou, em sua lógica, quanto ao conceito, mas sustenta que a filosofia deve às ciências empíricas o seu desenvolvimento.

Também o procedimento com que o capítulo 7 resolve a contradição do bastão na água foi demonstrado por Kant. Suas antinomias são pares de proposições sobre o mundo como um todo, por exemplo que ele tem um início no tempo e que não tem, que se contradizem e no entanto parecem ambas demonstráveis. Kant mostra que a contradição depende de uma suposição tácita sobre o objeto: que o mundo como um todo seja uma coisa em si. Caindo a suposição, a contradição se revela semblante, e Kant pode explicar por que ambos os lados parecem necessários. Assim também no bastão: "reto" vale do bastão, "quebrado" do seu aspecto na água, e a refração da luz explica por que ele assim aparece. Hegel tomou esse procedimento de Kant e o virou. Nele a contradição depende das determinações que pensamos, em vez de depender de um objeto de que nada sabemos, e sua resolução é a progressão para uma determinação mais rica. Mais próximo dessa versão está o livro onde a contradição está na própria coisa e a impulsiona adiante: num conceito que não se deixa determinar sem contradição (capítulo 11.2), ou numa imagem de mundo que já não sustenta suas inconsistências (capítulo 15.3).

Não se adota a conclusão de que as formas seriam por isso apenas nossas e de que o limite estaria fixado de antemão. O capítulo 10.6 enfrenta essa objeção em sua versão mais forte. A versão mais fraca, que o capítulo antes rejeita — a de que se conheceria a barreira por uma comparação com a coisa verdadeira —, não é de Kant; ele a excluiu com o próprio conceito-limite. A resposta do próprio Kant, de que o limite é conhecido porque podemos ao menos pensar um outro conhecer, o livro a recebe assim: que a coisa pode ser mais que a nossa imagem, ele o admite. O que contesta é que se possa fixar de antemão o que fica fundamentalmente vedado a nós: um conhecer de que nada sabemos senão

que não é o nosso não dá para isso nenhuma medida, tampouco quanto um erro que não pudesse de modo algum se mostrar poderia ser distinguido da verdade.

Permanece controversa a questão que mais ocupou Kant: como juízos que dizem mais do que a experiência singular, por exemplo sobre causas, podem valer de modo universal e necessário. Kant procura a necessidade em condições que estão fixadas antes de toda experiência. O livro a procura nos fundamentos que se podem indicar e que precisam se verificar. Isso é menos do que Kant pretendia, mas não é renúncia à necessidade: também Kant tem para a sua os seus fundamentos, um argumento sobre as condições da experiência, e na geometria mostrou-se que não se sabia de antemão como o espaço das coisas é construído (capítulo 10.6).

Em outro ponto ainda o livro deve gratidão a Kant: o conceito de fim natural, de um ser organizado de finalidade interna, que, diferentemente de um produto da arte, não tem seu fim fora de si, está na base dos níveis de finalidade no capítulo 13.2 (*Crítica da faculdade do juízo*, §§ 64–66).

A9 Depois de Kant: valer em vez de concordar

Um século depois de Kant, filósofos que partiam dele tiraram do seu limite uma conclusão que ele próprio não havia tirado. Hermann Lotze expôs em sua *Lógica* (1874): tudo o que sabemos do mundo exterior, temos em representações. Se o conjunto de nossas representações é verdadeiro, não se pode portanto decidir por uma comparação com uma realidade que, para nós, só se torna conhecida ela mesma em representações. O que distingue uma proposição verdadeira não é, para Lotze, um ser ao lado da proposição, mas a sua validade. Uma proposição verdadeira vale, quer alguém a pense ou não; que alguém a pense é um processo numa cabeça, que ela valha não é.

Wilhelm Windelband, que se doutorara com Lotze, enunciou abertamente a consequência em 1881, em seu escrito para o centenário da *Crítica* de Kant. Como nunca podemos comparar senão representações com representações, o conceito de verdade já não pode significar uma concordância das representações com coisas: “reduz-se à concordância das representações entre si” (DE: „er reduziert sich auf die Übereinstimmung der Vorstellungen untereinander“). Isto é, um quarto de século antes de Joachim, a teoria da coerência em uma frase. Mas como também um delírio pode concordar consigo mesmo, Windelband precisava de uma medida para dizer qual concordância conta. Encontrou-a numa norma. Verdadeiro é o que está ligado como deve ser ligado: como julgaria uma

consciência que não segue o acaso da própria situação, mas apenas o que vale para todos. Essa “consciência normal” não é uma pessoa que exista em algum lugar, mas a medida pela qual cada um mede o seu julgar. A lógica torna-se assim, como também em Christoph Sigwart, uma ciência normativa: ela não descreve como os homens de fato pensam, mas diz como devem pensar se buscam a verdade.

Com isso ficou visto algo triplo, e o livro o acolhe. Primeiro: a comparação através do abismo não acontece; não temos ponto de vista ao lado de nossas representações, de onde pudéssemos confrontá-las com as coisas (capítulo 10.3). Segundo: se um juízo vale é algo diferente da questão de se e como alguém o forma. Por isso os fundamentos não se resolvem pela história de sua gênese. Terceiro: a busca da verdade está sob um dever-ser. Quem verifica segue regras que não são assunto privado seu, e quem recusa por princípio a justificação exclui-se da busca comum (capítulos 15.2, 20.4).

Não se adota o caminho pelo qual chegaram à coerência. Chegaram a ela porque a correspondência havia naufragado na coisa em si: conservaram a imagem do pensamento aqui e da coisa lá, e quando a coisa se revelou inalcançável, restou apenas um dos lados. Com a coisa em si, porém, abriram mão também de algo que não está além de modo algum. Entre as próprias representações há aquelas que se impõem e não se deixam afastar por nenhum desejo nem por nenhuma reinterpretação. O bolso vazio também é uma representação, mas uma que não cede (capítulo 10.7). O que lhes falta é a categoria da resistência. Com ela a correspondência recupera, dentro da experiência, o que perdera no além: a comparação real corre entre pensamento e percepção, entre os acessos que se sustentam ou se corrigem mutuamente (capítulo 10.4). “Concordância das representações entre si” (DE: „Übereinstimmung der Vorstellungen untereinander“) é então correto se se entende por isso também a concordância com o que não se curva; assim o formulou mais tarde Blanshard (seção B4). Sem a resistência, a norma diz que se deve ligar corretamente, mas não qual representação deve ceder quando duas se contradizem.

Fica em aberto até onde chega a palavra de Lotze. Para o número, a norma e aquilo que não existe, falta à teoria da correspondência um objeto que se pudesse encontrar (seção B3). Que uma proposição valha sem que lhe corresponda algo que se encontre é talvez a descrição mais exata desses casos. Se validade e resistência se revelam ali dois nomes para a mesma experiência, a saber, que não dispomos da verdade de uma proposição, é uma pergunta que este livro não decide.

A10 Construtivismo: criamos a nossa realidade

Heinz von Foerster chamou a objetividade de ilusão de um sujeito que acredita poder observar sem a si mesmo. Ernst von Glasersfeld propôs falar, em vez de "verdade", de "viabilidade": nosso saber se ajusta à realidade como uma chave à fechadura que ela abre, sem a copiar. O que há de certo nisso é que não há conhecimento sem a atividade de quem conhece: mesmo a experiência aparentemente imediata já é mediada.

O capítulo 3 chega ao mesmo achado por caminho próprio. E o próprio Glasersfeld viu o limite que se costuma lhe opor: viável é apenas o que não fracassa, e no fracasso mostra-se que não construímos arbitrariamente. É exatamente aqui que se insere a verificação pela resistência. Na resistência em que as construções fracassam mostra-se o que correspondência significa: o juízo tem de se orientar pela coisa, não a coisa pelo juízo (capítulo 10.4).

Permanece controverso o que decorre do fracasso. Para Glasersfeld, da realidade só experimentamos onde ela não nos deixa passar, sem ganhar uma imagem dela. O princípio do elefante diz mais: onde muitos caminhos independentes fracassam nos mesmos pontos e passam nos mesmos, resulta uma imagem da coisa, e essa imagem pode se confirmar ou ser corrigida (capítulos 5, 10.6). Se se chama isso de um conhecer da realidade ou de um ajustar-se cada vez melhor, é quase indiferente na verificação de juízos singulares. Torna-se importante onde do ajustar-se se conclui que da realidade nada se pode experimentar senão o seu não.

A11 A virada pragmático-linguística: Wittgenstein, Austin, Strawson

Verdade como jogo de linguagem

Ludwig Wittgenstein desviou o olhar da palavra para o seu uso. "Verdadeiro" não é, segundo isso, o nome de uma propriedade oculta, mas uma palavra que desempenha um papel em nossos jogos de linguagem. O que ela significa, aprendemos ao aprender como é usada. Para uma grande classe de casos, diz ele, o significado de uma palavra é o seu uso na linguagem (*Investigações filosóficas* § 43).

John L. Austin mostrou que certas frases não descrevem, mas realizam algo. "Eu prometo…" não relata uma promessa, dá uma. Nas conferências *How to*

Do Things with Words (proferidas em 1955, publicadas em 1962; em alemão *Zur Theorie der Sprechakte*), mostrou ainda que também o aparente mero constatar é um ato que pode ter êxito ou fracassar. O passo para a própria verdade deu Peter F. Strawson (1949): "É verdade que…" (DE: „Es ist wahr, dass …") não descreveria uma proposição, mas a corroboraria — seria um fazer como o consentir. Austin o contradisse em 1950 e manteve a concordância com os fatos.

Ambos viram algo: Strawson, que "verdadeiro" no uso é um fazer; Austin, que esse fazer é medido por algo que ele mesmo não faz. A visão performativa precisa de ambos, e amplia o olhar: não só o dizer "isto é verdadeiro" é uma efetivação; também buscar, verificar e rejeitar seguem regras reconhecíveis.

As regras do jogo da verdade

O capítulo 15.2 descreve as mesmas regras como instituição da ciência. Quem tem algo por verdadeiro tem de poder indicar fundamentos. Diferentes perspectivas legítimas têm de ser levadas em conta. Conflitos têm de ser travados e resolvidos, não contornados. Tudo tem de combinar. E nenhuma posição está imune a argumentos melhores.

Wittgenstein teria falado da gramática da palavra "verdadeiro", Strawson do ato de corroborar, Austin daquilo em que esse ato pode fracassar.

A12 Heinrichs: o conceito quádruplo de verdade

O filósofo alemão Johannes Heinrichs (nascido em 1942) determinou a verdade inteiramente a partir do falar. Verdadeiro ou falso não é para ele já uma ligação de pensamentos, mas apenas o que alguém põe diante de outro: "Só na posição pragmática, na afirmação e em tudo o que se constrói reflexivamente sobre ela em atos de fala, pode-se falar de verdade e inverdade" (DE: „Erst bei der pragmatischen Setzung, der Behauptung und allem, was an Sprechakten auf ihr reflexiv aufbaut, kann man von Wahrheit und Unwahrheit sprechen") (*Sprache*, vol. 3, p. 299). Verdade↑ passa então a significar o "conjunto das normas implícitas do agir linguístico, mas com vistas ao seu conteúdo de conhecimento" (DE: „Inbegriff der impliziten Normen des sprachlichen Handelns, allerdings im Hinblick auf ihren Erkenntnisgehalt") (ibid.). Como todo falar se refere ao mesmo tempo a uma coisa, ao próprio falante, ao ouvinte e ao contexto comum de sentido, essa norma tem quatro lados: a correção em relação à coisa, a veracidade do falante,

a responsabilidade perante o ouvinte e a coerência (p. 304–320). Novo nisso é, segundo sua própria indicação, que veracidade e responsabilidade sejam contadas como pertencentes à verdade (p. 321). Nem tudo o que procede pode ser dito em toda parte; quando e como um médico comunica a um doente terminal o seu estado diz respeito, segundo Heinrichs, não só à consideração, mas à verdade da própria comunicação (p. 311 s.).

O que a seção B12 mostra nas teorias, que cada uma fez de um lado da verdade a medida dos demais, Heinrichs o sustentava muito antes deste livro: segundo sua própria indicação, primeiro em três membros num ensaio que escreveu em 1973/74 e que saiu em 1975, em quatro numa preleção de 1975, elaborado em sua *Teoria da linguagem* de 1981. "Declarar uma única das dimensões da verdade distinguidas como a única decisiva e definitória seria tão equivocado quanto elevar uma única dimensão da linguagem a dimensão da linguagem" (p. 320). A concordância com a coisa é nele o lado que a teoria da correspondência viu, a coerência o da teoria da coerência, a responsabilidade perante o ouvinte o momento legítimo da teoria do consenso. Mais ou menos na mesma época, Jürgen Habermas distinguiu em seu ensaio "Teorias da verdade" (DE: „Wahrheitstheorien") (1973) quatro pretensões que todo discurso levanta, inteligibilidade, verdade, correção e veracidade; verdade ele chama apenas a que vale para afirmações (seção B6). Mais antiga que ambos é a frase de que o verdadeiro é o todo, no qual as determinações unilaterais têm seu lugar; ela está no Prefácio à *Fenomenologia do espírito* de Hegel (1807; Anexo B4). O próprio Heinrichs a cita como nome do grau supremo da coerência, e nisso renuncia às "implicações quase teológicas do falar d''a' verdade" (DE: „die quasi-theologischen Implikationen der Rede von ‚der' Wahrheit") (p. 317).

> DE: „Eine einzige der unterschiedenen Wahrheitsdimensionen zu der allein maßgebenden und definitorischen zu erklären, wäre genauso verfehlt, wie eine einzige Sprachdimension zu der Dimension der Sprache zu erheben"

Heinrichs também viu por que a coerência não pode absorver os outros lados. À verdade pertence "o perceber dos facta bruta" (DE: „das Wahrnehmen der facta bruta"), do que é fatídico e não derivável (p. 321); dos demais lados ela tira "o caráter de tangibilidade, não derivabilidade, historicidade e surpresa" (DE: „den Charakter der Handgreiflichkeit, Unableitbarkeit, Geschichtlichkeit und Überraschung") (p. 320). E como a verdade inclui essa receptividade ao dado, nem mesmo "o consenso mais unânime" pode produzi-la (p. 317).

Nisso o livro está do seu lado. O que Heinrichs chama facta bruta é aqui a resistência (capítulo 10.7); o que ele diz contra o consenso, diz a seção B6; e a sua

resposta à pergunta pela verdade incondicionada, a de que ela existe, “mas como humana só em realização condicionada e histórica” (DE: „aber als menschliche nur in bedingt-geschichtlicher Verwirklichung“) (p. 323), é a verdade conhecida do capítulo 20.2, que é inteira, mas não a última.

Não se adota a ampliação da palavra. “Verdadeiro” significa neste livro em toda parte o mesmo; o que varia é com que se verifica (capítulo 12.1). Se uma carta quer dizer o que escreve é uma pergunta própria a ela (capítulo 13.3), e se se pode dizer a um doente terminal uma verdade agora é uma pergunta do agir. Heinrichs objeta que sem os lados práticos a verdade “não se distingue da ideologia, porque esta é algo diferente de falsidade teórica, a saber, inverdade prática” (DE: „nicht von Ideologie unterscheiden, weil diese etwas anderes ist als theoretische Falschheit, nämlich praktische Unwahrheit“) (p. 322). O livro reconhece a ideologia pelo que ela faz com o verificar: quem engana tem de impedi-lo (capítulos 16.3, 17). E o que Heinrichs chama verdade de uma comunicação tem seu lugar onde o livro fala da verdade da coisa, no sentido em que um amigo é um amigo verdadeiro: se uma comunicação é o que uma comunicação deve ser (capítulo 20.2). Essa segunda verdade procede da primeira. Uma proposição que procede e no entanto é dita a destempo permanece verdadeira; o dizer é que é equivocado.

Fica em aberto o quanto as duas versões estão afastadas. O próprio Heinrichs distingue o que uma proposição diz do que alguém faz com ela; só quer chamar ambos de verdade. Onde escreve que uma verdade previsivelmente destrutiva é, enunciada, “nenhuma verdade” (DE: „keine Wahrheit“) (p. 313), refere-se ao enunciar, não ao conteúdo, que permanece como “verdade lógico-material” (ibid.). Então o que separa as duas é menos a coisa que a palavra.

A13 As precisões analíticas: do predicado de verdade ao pluralismo da verdade

A filosofia analítica do século XX trabalhou a questão da verdade com uma exatidão que faltava às teorias mais antigas. Alguns de seus resultados pertencem a este lugar, porque cada um capta mais nitidamente um momento singular.

Tarski: precisão para o caso especial formal

Alfred Tarski mostrou nos anos trinta como se pode definir um predicado de verdade exato para linguagens formais. Seu célebre esquema parece à primeira vista trivial: "A neve é branca" é verdadeira se e somente se a neve é branca. Mas por trás da aparente trivialidade há uma construção rigorosa: a verdade é sempre definida numa metalinguagem sobre uma linguagem-objeto, e esse escalonamento desarma o velho paradoxo do mentiroso ("Esta frase é falsa" (DE: „Dieser Satz ist falsch")), no qual definições ingênuas de verdade se quebram. O próprio Tarski entendeu seu esquema como formulação exata da velha resposta aristotélica.

O momento legítimo: onde as linguagens são construídas com exatidão — em lógica e matemática — a verdade pode ser exatamente captada. O limite, o próprio Tarski o traçou: para linguagens naturais, que podem falar de si mesmas, sua definição não está disponível. E sobre a prática da busca da verdade ela nada diz — define o predicado, não o processo.

A precisão de Tarski serve aqui como ferramenta para o caso especial formal. Para todo o resto é preciso a prática de que sua definição abstrai.

Deflacionismo: o predicado fino e a prática densa

Já antes de Tarski, Frank Ramsey (1927) havia notado que "É verdade que chove" (DE: „Es ist wahr, dass es regnet") não diz mais que "Chove". Depois de Tarski, Quine e, mais tarde, Paul Horwich (*Truth*, 1990) fizeram disso uma teoria: o predicado de verdade não seria uma propriedade profunda, mas uma ferramenta prática — útil sobretudo para generalizar ("Tudo o que ela disse é verdadeiro" (DE: „Alles, was sie gesagt hat, ist wahr")), onde não se podem repetir as proposições uma a uma.

O momento legítimo é maior do que parece à primeira vista. O deflacionismo mostra que a verdade não cola como etiqueta externa nas proposições, e assim se aproxima da visão performativa — Horwich ligou expressamente sua doutrina a uma teoria segundo a qual o significado de uma palavra está em seu uso. Se a palavra "verdadeiro" nada acrescenta ao afirmar, então tudo o que se pode dizer de substancial sobre a verdade está na prática de afirmar: em verificar, fundamentar, retirar. É exatamente ali que está o campo da visão performativa.

O que o deflacionismo não explica junto é essa prática. Por que verificamos afirmações? Por que retiramos umas com vergonha e defendemos outras contra toda resistência? O predicado pode ser fino; o jogo em que é usado é denso. Para

o deflacionista, isso é uma pergunta à prática, não à palavra — e é precisamente essa pergunta que aqui se faz.

Truthmakers: a resistência recebe um nome

A teoria dos truthmakers, elaborada entre outros por David Armstrong (*Truth and Truthmakers*, 2004), pergunta na direção oposta: o que no mundo torna verdadeiras as proposições verdadeiras? Que a mesa seja marrom torna verdadeira a proposição "A mesa é marrom" (DE: „Der Tisch ist braun") — a verdade repousa sobre o ser, não paira livre. Esse é o momento da correspondência em sua forma mais honesta: a verdade não é arbitrária — algo precisa sustentá-la.

A dificuldade surge nos mesmos pontos que na velha teoria da correspondência. O que torna verdadeira "Não há unicórnios" (DE: „Es gibt keine Einhörner"), o que "Sete é um número primo" (DE: „Sieben ist eine Primzahl")? Armstrong supôs para proposições negativas fatos próprios da totalidade, mas se tais propostas convencem é controverso entre os próprios teóricos dos truthmakers. Uma resposta conhecemos do capítulo sobre a comparação que não é comparação: o truthmaker se anuncia na experiência como resistência — como aquilo que se opõe às nossas interpretações, sem que jamais pudéssemos nos colocar ao lado de nossa experiência para inspecioná-lo diretamente. Se isso é, para o número e para o que não existe, mais do que outro nome para a dificuldade, não está decidido.

Pluralismo alético: a vizinhança analítica dos domínios

Desde os anos noventa, Crispin Wright (*Truth and Objectivity*, 1992) e, depois, Michael Lynch (*Truth as One and Many*, 2009) desenvolveram o pluralismo alético: a verdade funciona de modo diferente em domínios diferentes. Uma proposição física é verdadeira de outro modo que uma moral, uma matemática de outro modo que uma estética — e no entanto usamos em toda parte a mesma palavra, porque a verdade, segundo sua tese, desempenha em toda parte o mesmo papel.

Com o capítulo sobre os domínios da realidade (capítulo 12) isso se toca de perto, mas não inteiramente. O livro fala, é verdade, de diferentes formas de verdade, mas com isso quer dizer diferentes modos como um juízo se confirma e se deixa verificar. Que "verdadeiro" designe em diferentes domínios uma propriedade diferente, ele não diz; mais próxima lhe está a segunda metade da tese, o conceito único. Se a diferença entre confirmação diversa e verdade diversa

no fim se sustenta ou se dissolve é a pergunta em que a vizinhança permanece aberta.

Um vizinho metodológico: a calibração bayesiana

Nesta série pertence, por fim, um vizinho da metodologia: o cálculo de probabilidades bayesiano. Ele precisa matematicamente o que desenvolvemos como certeza gradual e calibração: convicções vêm em graus, e novos indícios deslocam esses graus segundo regras compreensíveis — indícios fortes fortemente, fracos fracamente. O bayesiano é o detetive com régua de cálculo.

O momento legítimo: onde graus de certeza podem ser quantificados, o cálculo descobre erros de pensamento que escapam à intuição — como a notória negligência das taxas de base. O que o texto principal desenvolve como economia de verificação, taxa de base e balanço da fonte, é a forma coloquial desse cálculo, cuja matemática o bayesiano elabora. Os riscos, isto é, o que está em jogo num erro, não pertencem ao próprio cálculo, mas à teoria da decisão, que o complementa. O limite: de onde vêm as primeiras probabilidades, o cálculo não diz. Esses valores iniciais tem de pôr a capacidade de juízo — e com isso recomeça a arte da calibração, que nenhuma fórmula tira de nós. E o cálculo contabiliza os indícios que lhe são dados; o que foi omitido e por isso nunca entrou na conta não desloca grau algum (capítulo 19.5).

A14 A Teoria Crítica: verdade e libertação

O que Horkheimer e Adorno viram

Max Horkheimer distinguiu em 1937 a teoria tradicional, que não pondera o seu próprio lugar na sociedade, de uma teoria crítica, que se sabe parte das relações que investiga e visa à sua transformação. Com Theodor W. Adorno mostrou na *Dialética do esclarecimento* (1944/1947) como uma razão que apenas calcula meios pode tornar-se instrumento de dominação. “Não há vida correta na falsa” (DE: „Es gibt kein richtiges Leben im falschen“), escreve Adorno em *Minima Moralia* (1951). A frase pressupõe uma medida pela qual a vida se reconhece como falsa: uma vida correta que sob relações falsas não se pode levar. Verdade↑ e libertação estão ligadas.

Por que a busca da verdade liberta

Os capítulos 16 e 18.5 chegam ao mesmo ponto por outro caminho. Quem busca honestamente a verdade trata as pessoas como sujeitos capazes de conhecimento, em vez de manipulá-las. Trabalha com argumentos abertos em vez de doutrinas secretas, permanece corrigível e quer que todos possam acompanhar o que afirma, em vez de reivindicar autoridade. A cada um desses traços corresponde, em espelho, uma forma de opressão que ele exclui.

Sistemas que apoiam seu poder na ignorância têm por isso de impedir a verificação, pois toda verificação bem-sucedida mostra em que o poder repousa.

O que fica e onde este livro vai além

Com a Teoria Crítica o livro sustenta: a verdade não é neutra, e uma razão que apenas calcula meios pode servir à dominação. A libertação aparece aqui não como meta a que a verdade teria de servir, mas como consequência do próprio verificar. Permanece a suspeita que a *Dialética do esclarecimento* dirige contra toda razão, também contra a que verifica: de que ela pode se inverter em dominação. O livro a leva a sério: o capítulo 17 descreve como em nome da verdade o verificar é impedido e como os próprios princípios são invertidos (21.5), e responde com a autoaplicação. Garantia, isso não é.

A15 O que cada posição viu

Os momentos e sua absolutização

Cada uma das posições viu um momento real da busca da verdade: a teoria da correspondência a resistência da realidade, a teoria da coerência a conexão, o pragmatismo a confirmação, a teoria do consenso a verificação comum, Kant as formas que o próprio conhecer traz consigo, o construtivismo a atividade de quem conhece, a pragmática da linguagem a efetivação, as precisões analíticas a nitidez dos momentos singulares e a Teoria Crítica a conexão entre verdade e libertação.

Nenhuma dessas posições é mero erro, mas em várias algo é rejeitado: na teoria da correspondência, o pôr lado a lado pensamento e coisa; na teoria da coerência, a verdade em graus; no pragmatismo e na teoria do consenso, a ideia de que confirmação ou acordo tornam verdadeiro; em Kant, a conclusão de

que as formas seriam apenas nossas; no construtivismo, a conclusão de que da realidade nada se pode experimentar senão o seu não. O que fica é o fenômeno que cada uma viu; o que cai é a pretensão de que um momento singular do verificar seja a medida dos demais. Uma tal ordenação das teorias Johannes Heinrichs (seção B9a) sustenta, segundo sua própria indicação, desde 1975; ele as atribui aos lados do falar, este livro aos momentos do verificar. A velha resposta, de que um juízo é verdadeiro quando diz o que é, isso não a toca: ela não nomeia um momento do verificar, mas aquilo a que todos os momentos visam.

Por que isso não é ecletismo

Seria ecletismo tomar de cada teoria um pedaço e colocar os pedaços lado a lado. Aqui cada uma é medida pela mesma pergunta: que momento da busca da verdade ela viu e o que concluiu disso. O momento permanece, porque todo aquele que verifica o efetua; a conclusão cai onde fracassa nessa efetivação.

Por que isso não é busca de harmonia

As longas disputas surgiram porque cada posição descobria uma dificuldade real das outras. Teóricos da correspondência perguntaram com razão: “Como sabem que sua coerência não é apenas bela fantasia?” (DE: „Woher wisst ihr, dass eure Kohärenz nicht nur schöne Fantasie ist?“) Teóricos da coerência perguntaram com razão: “Como querem sair de sua consciência para essa comparação?” (DE: „Wie wollt ihr aus eurem Bewusstsein heraustreten für diesen Vergleich?“)

Ambas as perguntas são legítimas, e ambas as preocupações podem ser desfeitas, mas só sem riscar nenhum dos lados (capítulo 10). A concordância a que isso conduz não é resultado de negociação. A nenhuma teoria se concedeu algo para apaziguá-la. Cada uma foi perguntada que fenômeno viu — e os fenômenos se encaixam porque são momentos de um processo. Na medida em que cada uma dessas teorias busca a verdade, seus representantes podem chegar a acordo seguindo o mesmo caminho. Onde ainda não o fazem, resta uma pergunta em aberto, a decidir na própria coisa.

A16 O princípio do elefante aplicado à história da filosofia

O paralelo

A história da filosofia se assemelha à história dos seis sábios cegos que apalpam diferentes partes do elefante. Os pensadores que aqui tomaram a palavra tinham — como todos nós — apenas um acesso limitado: cada um descreve o que descobriu, cada um toma facilmente a sua parte pelo todo, e surge a disputa sobre quem tem razão.

A resolução é a mesma que na história, e é dupla. Todos têm razão: cada um com o que apalpou. E nenhum tem razão, na medida em que toma a sua descrição pela única correta e exclui a dos outros. Com ambas as coisas, a verdadeira pergunta só então é posta: em que respeito as descrições se encaixam? O capítulo 5 mostrou de que isso se decide — de que há um elefante a que todos se referem —, e o capítulo 8, o que se torna daquilo que não se encaixa: observações são salvas, interpretações podem ser rejeitadas.

O elefante

Como na história, também aqui há um elefante, e dele tudo depende: a estrutura da busca da verdade, que efetua todo aquele que examina uma dessas teorias, queira ou não.

Essa estrutura está dada em todo aquele que verifica, em todo tempo; seu cultivo expresso, em contrapartida, foi conquistado a duras penas e pode se perder (capítulo 5).

A prova do próprio método

Com isso a teoria performativa aplica seu método a si mesma. Ela exige integrar diferentes perspectivas, e integra as da história da filosofia. Se o conseguiu, pode-se verificar neste anexo: se cada posição está aqui numa forma em que seus representantes a reconheceriam, e se o rejeitado é rejeitado por razões que eles teriam de admitir.

A17 Consequências práticas: da disputa à cooperação

Para a compreensão da história da filosofia

Lidos assim, os clássicos tornam-se colaboradores numa tarefa comum, e a disputa das escolas torna-se divisão do trabalho. Também posições tidas por superadas conservam o que viram. O que nelas está superado pode então ser dito com mais precisão.

Para a discussão atual

Em vez de perguntar "Qual teoria da verdade é correta?" (DE: „Welche Wahrheitstheorie ist richtig?"), pode-se perguntar: "Que aspecto da verdade esta posição enfatiza com razão, e o que ela conclui daí que não se sustenta?" (DE: „Welchen Aspekt der Wahrheit betont diese Position zu Recht, und was schließt sie daraus, das nicht trägt?")

Isso torna as discussões mais frutíferas. Antes de refutar o outro, pergunta-se o que ele viu — refuta-se então o que resta, e com mais precisão.

Contra a guerra de campos filosófica

Como no âmbito político, também na filosofia há pensamento de campos: "analíticos" contra "continentais", "realistas" contra "antirrealistas", "naturalistas" contra "hermeneutas" — como se fosse preciso decidir-se por um lado. Algumas dessas oposições revelam-se, olhadas de perto, lados diferentes da mesma coisa; outras são controvérsias reais, que têm de ser decididas na própria coisa. Qual é o caso mostra-o não os rótulos, mas só a verificação.

A18 A tradição como recurso vivo

O que esta revisão realiza

A teoria performativa da verdade tem de se deixar verificar aqui como qualquer outra posição, em vez de se apresentar como árbitro acima da disputa. O que a distingue é o seu ponto de partida: ela começa pela efetivação que todas as

teorias reivindicam quando se refutam mutuamente. Por isso pode medir cada uma pelo que viu e pelo que não explica. Onde a conta não fecha, fica uma pergunta em aberto — algumas estão mencionadas acima.

A tradição viva

Tradição não é museu. Cada geração tem de repensar as velhas perguntas, mas não precisa começar do zero: a herança oferece respostas parciais comprovadas, com as razões por que se comprovaram e os pontos em que fracassaram. Quem a lê assim não a toma nem como autoridade nem como lista de erros, mas como coverificadora.

A tarefa

Se se puder mostrar que dois milênios e meio de disputa sobre a verdade não foram esforço vão, mas uma exploração de diferentes momentos da mesma coisa, então isso é também uma contribuição para uma cultura da conversação que se divide em campos. Ela consiste, sem apelos, em procurar primeiro no outro o que ele viu e então contradizer com mais precisão.

Algumas objeções dirigem-se menos a uma determinada teoria da verdade do que ao próprio ordenar sistemático: a objeção de Adorno a partir do não idêntico, as objeções de Deleuze, Derrida e Foucault e o adeus de Rorty ao conhecimento como espelho da natureza. Por isso não estão aqui. *Pensar – Ordenar sem perder* (2025) as apresenta em seu anexo, em sua própria forma.

Para ler em seguida: *Pensar – Ordenar sem perder*, Anexo A2

ANEXO B: BUSCA DA VERDADE E A LÓGICA DE HEGEL — UMA ELUCIDAÇÃO RECÍPROCA

B1 Por que este anexo?

O texto principal conduz seus pensamentos sem apelo a filósofos. Onde um filósofo é nomeado, o nome vem depois, como indicação de quem já havia formulado o mesmo pensamento, e nada acrescenta ao argumento. Isso era metodologicamente necessário: um livro que quer mostrar o que você já faz ao verificar não pode se apoiar em alguém em quem você teria de acreditar.

Em retrospecto, o texto principal e a *Ciência da lógica* de Hegel se elucidam mesmo assim mutuamente. Hegel não legitima nada aqui. A comparação mostra onde dois caminhos muito diferentes — um sistemático-especulativo, outro performativo-prático — esbarram em estruturas semelhantes, onde este texto tomou algo de Hegel e onde divergem.

B2 Os três níveis: ser — essência — conceito

A lógica de Hegel tem três partes, a doutrina do ser, da essência e do conceito. O curso do texto principal pode ser lido, em linhas gerais, ao longo dessa sequência. Uma correspondência capítulo por capítulo isso não resulta, pois o livro segue a sua própria ordem. O movimento da imediatidade, passando pela mediação, até a autodeterminação, porém, nele se reencontra.

Lógica do ser: a experiência imediata

O ser é em Hegel o imediato, aquilo que simplesmente é e de início se apresenta: qualidade, quantidade, medida. A coisa com suas propriedades pertence só à

doutrina da essência. Também o texto principal começa por algo imediato, pelo verificar que já está em curso ao ler (capítulo 1), e pelos pressupostos que não se deixam contornar (capítulo 2). Nos dois casos o aparentemente evidente se revela mais intrincado do que parecia.

Isso elucida uma antiga dificuldade no início da lógica. O começo de Hegel com o ser puro é frequentemente lido como se pressupusesse uma unidade de pensar e ser, para a qual seria necessário um acesso especial — uma "intuição intelectual". O próprio Hegel repeliu essa leitura: uma intuição intelectual, tomada como o primeiro, seria em sua pura imediatidade nada além de ser (*Enciclopédia* § 86, observação). O ponto de vista em que a lógica começa ele manda elaborar antes na *Fenomenologia do espírito*; na *Enciclopédia*, o conceito prévio conduz a ele. O próprio começo é, segundo ele, feito pela "resolução de querer pensar puramente" (DE: „Entschluß, rein denken zu wollen") (§ 78, observação), que segundo o § 17 diz respeito, porém, só a quem começa, não à ciência (*A lógica de Hegel – Lógica do pensar* (2026), Cap. 14). A partir deste livro isso pode ser dito com sobriedade: o que está no início não é um primeiro intuído, mas a efetivação do verificar, que não se deixa contornar — já estamos sempre distinguindo entre verdadeiro e falso. A "identidade de pensar e ser" (DE: „Identität von Denken und Sein") não é então uma unidade pressuposta. Ela diz que a separação entre dentro e fora é ela mesma uma distinção dentro da experiência (capítulo 10), que só na resistência se diferencia em objetividade. Assim lido, o início não precisa de intuição de um absoluto, apenas da efetivação que se torna transparente a si mesma.

Lógica da essência: as estruturas de reflexão

A essência é em Hegel o mediado, que "aparece em si": identidade e diferença, fundamento e consequência, interior e exterior, possibilidade e realidade efetiva. Nenhuma dessas determinações é algo para si; cada uma é o que é apenas por sua relação com a outra. No texto principal corresponde a isso a maior parte dos capítulos, em sua própria ordem. O capítulo 3 conduz da aparente imediatidade do perceber à sua mediação, o capítulo 5 desdobra as diversas perspectivas sobre o mesmo, o capítulo 7 a contradição como impulso do conhecimento, o capítulo 8 a exigência de que tudo tem de combinar, e no capítulo 10 coerência e correspondência se encontram. É comum aos dois textos que não deixam nenhuma determinação isolada.

A proximidade é mais clara no problema da correspondência. "Dentro" e "fora", "pensar" e "ser" não são no capítulo 10 oposições prontas, entre as quais

primeiro se teria de lançar uma ponte. A pergunta “Como passamos do pensar à realidade?” (DE: „Wie kommen wir aus dem Denken zur Wirklichkeit?“) só surge se se pressupõem ambos como separados. A distinção, porém, é ganha dentro da experiência, naquilo que não se curva ao desejo. Não é o mundo que assim se produz, mas o nosso saber do que pertence a nós e do que segue leis próprias. Hegel capta a unidade de interior e exterior na frase: “O que é interior existe também exteriormente e vice-versa” (DE: „Was innerlich ist, ist auch äußerlich vorhanden und umgekehrt“) (*Enciclopédia* § 139). No texto principal corresponde a isso que a coisa não está atrás das perspectivas, mas se mostra nelas, e que a verdade está em sua integração (capítulos 5, 10).

Lógica do conceito: a autodeterminação

O conceito é em Hegel aquilo que se determina a si mesmo e permanece junto a si em seu outro; a doutrina do conceito conduz, por subjetividade e objetividade, à ideia. Mais perto disso estão os capítulos em que o verificar toma a si mesmo em mãos: a ciência como verificar tornado método (capítulo 15), a calibração como capacidade de juízo própria (capítulo 19) e a aplicação dos princípios ao próprio texto (capítulo 21). Em ambos os textos o caminho conduz da mera reação, pela relação mediada, até a autodeterminação.

A doutrina do conceito termina na ideia, e a ideia é em Hegel “o verdadeiro”: a unidade do conceito com a sua objetividade (*Enciclopédia* § 213). Verdade↑ significa ali, num sentido mais profundo, que uma coisa corresponde ao seu conceito, assim como se fala de um amigo verdadeiro, cujo agir é conforme ao conceito de amizade (§ 24, adendo 2). O texto principal usa a mesma imagem (capítulos 12.3, 20.2) e ganha esse sentido por uma inversão a partir do verificar: encontrada uma ordem, também a coisa é medida pelo seu conceito. Hegel parte da coisa e o chama de o sentido mais profundo; o que comumente se chama a verdade de um juízo, a sua concordância com a coisa, chama-se nele correção, a “concordância formal de nossa representação com o seu conteúdo” (DE: „formelle Übereinstimmung unserer Vorstellung mit ihrem Inhalt“) (§ 172, adendo). Uma contradição isso não é, pois os dois sentidos se ligam: o juízo “Hamlet é um grande drama” (DE: „Hamlet ist ein großes Drama“) é verdadeiro se a peça é o que um drama deve ser. Esse sentido mais profundo está por trás da frase de que o verdadeiro é o todo (C.4). A objetividade de Hegel não é aí material de experiência, mas o conceito na figura de objetos, em mecanismo, quimismo e relação de fim; como um contraponto o objeto só lhe vem ao encontro no fim.

Que uma ordem tenha de se verificar naquilo que ordena tem nele aqui o seu lugar.

B3 Temas-chave em detalhe

O aparecer e o refletir

Na lógica do ser, as determinações "passam" umas às outras, segundo Hegel: uma desaparece quando a outra vem. Na lógica da essência elas "aparecem" umas nas outras. Cada uma permanece e se mostra na sua outra. Um exemplo disso dá o capítulo 10. Coerência↑ e correspondência não se substituem ali. O que o conferir mostra só vale no contexto a que pertence, e o contexto é verificado no conferir. Cada um dos dois se mostra no outro, e nenhum desaparece nele.

Fenômeno e realidade efetiva

Hegel desenvolve a relação em três passos. De início a essência parece oculta atrás dos fenômenos. Depois mostra-se: "A essência tem de aparecer" (DE: „Das Wesen muß erscheinen") (*Enciclopédia* § 131) — uma essência que não aparece não é essência. Por fim, "o mais alto que o mero fenômeno" (DE: „das Höhere als die bloße Erscheinung") é a realidade efetiva (§ 131, adendo), a unidade de essência e existência, de interior e exterior (§ 142).

O texto principal segue um caminho semelhante. Procura-se de início a "verdade propriamente dita" atrás dos fenômenos perspectivados. Depois mostra-se que uma verdade que fundamentalmente não pudesse se mostrar não poderia ser buscada: o que a busca quer encontrar tem de poder se mostrar. E a verdade se forma no desvelamento do que se mostra. Átomos, genes, campos não são por isso um mundo por trás dos fenômenos. São o que se mostra neles — em medições, intervenções e previsões que dão certo ou fracassam. Se são mais do que ordem do campo fenomênico, decide-o a investigação, não uma decisão prévia (capítulos 10.6, 15.1).

As três formas da fundamentação

Na lógica da essência, na seção sobre o fundamento, Hegel distingue três níveis. O fundamento formal repete a coisa sob outro nome: fundamento e fundamentado têm o mesmo conteúdo. O fundamento real nomeia algo diferente, mas destaca uma determinação entre muitas, sem dizer por que justamente essa. O fundamento completo contém ambos ao mesmo tempo: nomeia algo diferente e, além disso, a relação pela qual justamente isso é o fundamento. Os níveis crescem assim da fundamentação vazia, passando pela incompleta, até a preenchida. A coisa só emerge depois, na doutrina da condição: "Se todas as condições de uma coisa estão presentes, ela entra na existência." (DE: „Wenn alle Bedingungen einer Sache vorhanden sind, so tritt sie in die Existenz.")

Com exemplos do texto principal: "O remédio funciona porque é eficaz" (DE: „Das Mittel wirkt, weil es wirksam ist") é formal. "Isto é verdadeiro porque esta evidência fala a favor" (DE: „Das ist wahr, weil dieser Beleg dafür spricht") é real, mas incompleto. "Estes achados, obtidos por caminhos independentes, se encaixam, e nenhum sobra" (DE: „Diese Befunde, auf unabhängigen Wegen gewonnen, fügen sich, und keiner ist übrig") é completo. O argumento de autoridade — "porque especialistas o dizem" (DE: „weil Experten es sagen") — não pertence a essa escala: é uma razão para crer em algo, muitas vezes boa, mas não um fundamento da coisa (capítulo 19.4). Um relatório que reúne o estado de todo um campo de pesquisa é uma tentativa de fundamentação completa e permanece ele mesmo verificável e aperfeiçoável.

Também a resolução do trilema de Münchhausen toca esse escalonamento. A cadeia — proposição sustenta proposição — não passa do fundamento real: cada elo nomeia outro, e nenhum diz por que justamente esse sustenta. O que o capítulo 1 põe em seu lugar não é nem uma cadeia nem um círculo de proposições, mas uma efetivação que não se deixa contestar sem ser efetuada e que se confirma na estrutura que dela surge. A imagem para isso é o arco, que compartilha com a doutrina da condição de Hegel que só o conjunto das condições sustenta. O movimento de pensamento no início de *A lógica de Hegel – Lógica do pensar* (2026) conduz o mesmo escalonamento sem as palavras de Hegel e usa, para condições que se sustentam mutuamente, a mesma imagem (*A lógica de Hegel – Lógica do pensar*, Cap. 7); ali também está anotado o seu limite, que um arco se apoia em pilares que ele não sustenta.

Suprassunção

A palavra tem três significados. O próprio Hegel destaca o "duplo sentido", conservar e fazer cessar (*Ciência da lógica*, observação sobre o suprassumir). O elevar está pensado em ambos. Conserva-se o verdadeiro do nível anterior, supera-se o unilateral e limitado. O que resta entra na forma mais desenvolvida.

O texto principal desenvolve isso no capítulo 7 como método, aplica-o no capítulo 14 ao conflito entre sentimento e entendimento e mostra-o nos capítulos 10.10 e 15 em revoluções científicas. Também "teorias falsas" são assim suprassumidas. No flogisto conserva-se a observação da combustão, supera-se a direção errada da explicação e ambos são elevados na teoria da oxidação. Nos epiciclos conserva-se a boa aproximação das órbitas observadas, supera-se a composição das órbitas a partir de círculos e ambos são elevados nas órbitas elípticas de Kepler.

B4 Convergências metodológicas

Autoaplicação performativa

A lógica de Hegel aplica seus princípios a si mesma. Não é apenas uma teoria sobre o pensar, ela pratica o que ensina. O texto principal o faz à sua maneira: a busca da verdade é efetuada enquanto se pensa sobre ela, e no capítulo 21 o texto se examina por seus próprios critérios. Um antepassado tem o início performativo do texto principal (capítulo 1) também em Fichte. Na *Primeira introdução à doutrina da ciência* (1797) ele começa não com uma frase, mas com uma exortação ao leitor: "Presta atenção a ti mesmo" (DE: „Merke auf dich selbst"). Ainda mais próximo desse início está o pensamento da autocontradição performativa, que Apel elaborou (Anexo A, teoria do consenso).

Desenvolvimento em vez de definição

Hegel não define seus conceitos de antemão, ele os desenvolve. O que um conceito é mostra-se em seu desdobramento. Também o texto principal não começa com "Verdade↑ é…". Parte do que você já faz quando busca a verdade, e assim da prática ao conceito.

Completude sistemática

Em Hegel, cada categoria deve se desenvolver necessariamente da anterior, de modo que nada seja posto arbitrariamente. O texto principal não levanta essa pretensão com o mesmo rigor. Tenta fundamentar cada passo a partir do anterior (capítulo 21.1) e deixa em aberto os pontos em que isso não se consegue (capítulo 10.9).

"O verdadeiro é o todo"

A frase que os capítulos 8.6, 13.6 e 20.1 usam sem indicar a procedência está no Prefácio à *Fenomenologia do espírito* (1807), e ali ela prossegue assim: *"O verdadeiro é o todo. O todo, porém, é apenas a essência que se completa por seu desenvolvimento. Do absoluto deve-se dizer que é essencialmente resultado, que só no fim é o que é em verdade; e nisso consiste justamente a sua natureza, a de ser efetivo, sujeito ou devir de si mesmo."* O próprio Hegel lê portanto o todo não como soma, mas como desenvolvimento, e nisso coincide com o capítulo 20.1. Em sua lógica, por isso, cada determinação posterior se chama a verdade da anterior: expressa mais adequadamente o que se queria dizer com a anterior. Não verdadeiras são as anteriores apenas "mantidas em seu isolamento para si" (DE: „in ihrer Isolierung für sich festgehalten") (*Enciclopédia* § 83, adendo); como momentos do posterior elas permanecem. A fórmula em que o capítulo 20.1 condensa isso — o verdadeiro seria o todo vivo, logicamente ordenado, em desenvolvimento — não é de Hegel, mas uma versão própria. Também o texto principal capta o todo como movimento, no qual o conhecer e muitas vezes também o conhecido se desenvolvem, e chama o que nele foi atingido em cada momento de verdade conhecida (capítulo 20.2). Em Hegel o todo é a coisa que só como resultado é o que é em verdade. Nisso os dois concordam: o verdadeiro não deve ser captado como acervo pronto, mas como processo em que ele se torna o que é.

> DE: „Das Wahre ist das Ganze. Das Ganze aber ist nur das durch seine Entwicklung sich vollendende Wesen. Es ist von dem Absoluten zu sagen, daß es wesentlich Resultat, daß es erst am Ende das ist, was es in Wahrheit ist; und hierin eben besteht seine Natur, Wirkliches, Subjekt oder Sichselbstwerden zu sein."

Má e verdadeira infinitude

As duas imagens com que o capítulo 20.3 responde à objeção da roda de moinho têm os seus nomes da lógica do ser de Hegel. A má infinitude é o sempre-mais-um: o finito é ultrapassado, o ultrapassar se repete, e o infinito permanece um além que nunca é alcançado. A verdadeira infinitude é o movimento em que algo, ao passar a outro, apenas se junta consigo mesmo (*Enciclopédia* § 95), em vez de correr sem fim. A imagem de Hegel para a primeira é a linha reta, para a segunda o círculo curvado sobre si. O capítulo 20.3 toma disso o que precisa para a busca da verdade: cada compreensão alcançada é inteira, não metade, e no entanto não a última. Em Hegel o conceito está no desenvolvimento das categorias, do qual aqui só se adotam a imagem e a distinção. Ali o verdadeiro infinito nada tem fora de si em que encontrasse o seu limite (*A lógica de Hegel – Lógica do pensar* (2026), Cap. 2). O processo da verdade, como o capítulo 20.3 o chama, permanece em contrapartida aberto ao que lhe resiste de fora; com o conceito de Hegel compartilha que cada passo é inteiro, não que nada mais esteja pendente.

B5 Onde os textos procedem de modo diferente

Hegel: sistemático-especulativo

Hegel começa pelo pensamento mais abstrato, o ser puro, desenvolve por crítica imanente e levanta a pretensão enciclopédica de completude; sua linguagem é técnica, exigente, condensada.

Este texto: performativo-prático

Este texto começa pela experiência imediata (“Você está verificando agora”), desenvolve tornando consciente a efetivação e dirige o foco para a relevância prática; sua linguagem busca a proximidade da linguagem cotidiana.

Hegel quer mostrar a necessidade sistemática das estruturas, este texto a sua prática.

B6 O que podemos aprender de Hegel (sem nos tornarmos hegelianos)

O que se pode tomar de Hegel sem se tornar hegeliano é método. Contradições devem ser levadas a sério: não rejeitadas como erro, mas tomadas como o que impulsiona o desenvolvimento — onde as coisas realmente se tornam contraditórias, muitas vezes está o ponto em que se avança. Isso exige paciência, pois a compreensão não surge por definições rápidas, mas por desenvolvimento, em que cada nível tem o seu direito. O método tem de poder se aplicar a si mesmo, sem posição especial para a própria posição. Por isso, de posições anteriores suprassume-se o momento legítimo. E atrás disso está a compreensão de que nada está isolado: o que algo é determina-se por suas relações com o outro, e esclarecer essas mediações é o trabalho.

B7 O que Hegel poderia aprender deste texto

O que Hegel poderia aprender deste texto diz respeito sobretudo à forma. Um pensamento que se pode dizer em linguagem compreensível pode ser verificado em conjunto por qualquer pessoa pensante, e a verdade deixa então de ser coisa para iniciados. A isso se soma a pergunta do que o compreender ajuda na vida, que ao lado da completude sistemática tem o seu direito próprio. E Hegel pensou o todo como desenvolvimento, a ideia ele a chama “essencialmente processo” (DE: „wesentlich Prozeß“) (*Enciclopédia* § 215). Ao mesmo tempo, seu sistema se apresenta com a pretensão de expor esse desenvolvimento completamente; até que ponto reivindica com isso um fechamento é controverso entre seus leitores. O texto principal sustenta expressamente que cada ordem alcançada permanece corrigível pela resistência (capítulo 20.2), e mostra as verificações de que ela resultou.

B8 Conclusão: elucidação recíproca

Que os dois caminhos cheguem a estruturas semelhantes diz pouco enquanto não se distingue de onde vem a semelhança. Uma parte foi tomada: a frase do verdadeiro como o todo, a distinção entre má e verdadeira infinitude, a palavra suprassunção, os níveis da fundamentação. Essas coincidências nada confirmam, pois, pelo critério do capítulo 19.4, uma voz que copia de outra não é uma

segunda. É diferente com o que o texto principal ganha do próprio verificar: que a separação entre dentro e fora é traçada dentro da experiência, que uma verdade que fundamentalmente não pudesse se mostrar não poderia ser buscada, que no início está uma efetivação e não um primeiro intuído. Onde esses pensamentos encontram as estruturas de Hegel, isso é indício de que ambos trabalham na mesma coisa. Prova não é, já porque ninguém pode dizer exatamente quanto de tradição marcada por Hegel entra num pensar que julga começar sem ele. Em todo caso, os caminhos divergem em pontos verificáveis, por exemplo em que o texto principal declara expressamente corrigível cada ordem alcançada, enquanto o sistema de Hegel pretende expor o desenvolvimento completamente (C.7). Isso fala contra que um caminho meramente decalque o outro.

A *Ciência da lógica* e a prática da busca da verdade são assim dois acessos à mesma coisa, que se complementam e em pontos singulares se corrigem. Quem leu Hegel encontra aqui a aplicação prática de estruturas que ali são desenvolvidas abstratamente. Quem conhece apenas este texto pode encontrar em Hegel a execução sistemática do que aqui é efetuado de modo performativo. Isso é elucidação recíproca, não prova em círculo.

Para ler em seguida: *A lógica de Hegel – Lógica do pensar* (2026), especialmente o movimento do pensamento em seu começo (*A lógica de Hegel – Lógica do pensar*, Cap. 1)

ANEXO C: EVIDÊNCIAS

Os capítulos 15 a 18 e 19 apresentam casos para que os pensamentos se tornem visíveis em algo real. Os casos não os provam; mas os casos devem ser exatos. Aqui estão as fontes. No fim seguem as evidências das seções sobre o ceticismo pirrônico, sobre Kant e sobre Heinrichs no Anexo A.

Sobre o capítulo 15

Átomos. As medições de que resultou, por diferentes caminhos, o mesmo número de partículas foram reunidas e em parte executadas por Jean Perrin: *Les Atomes*, Paris: Alcan 1913. Haviam duvidado, entre outros, o físico Ernst Mach e o químico Wilhelm Ostwald.

A citação sobre novas verdades científicas: Max Planck, *Wissenschaftliche Selbstbiographie*, Leipzig 1948, p. 22.

Deriva continental. Alfred Wegener apresentou a tese em 1912; ela foi reconhecida nos anos 1960 com a tectônica de placas, que explicou a força motriz.

Sobre o capítulo 17

Povoamento das Américas. O sítio de Monte Verde, no sul do Chile: Tom D. Dillehay, *Monte Verde. A Late Pleistocene Settlement in Chile*, 2 vols., Washington 1989 e 1997. A visita conjunta de 1997 e seu resultado: David J. Meltzer et al., "On the Pleistocene Antiquity of Monte Verde, Southern Chile", *American Antiquity* 62 (1997), p. 659–663.

Extinção dos dinossauros. Sobre o tom da disputa: Malcolm W. Browne, "The Debate Over Dinosaur Extinctions Takes an Unusually Rancorous Turn", *The New York Times*, 19 de janeiro de 1988; Bianca Bosker, "The Nastiest Feud in Science", *The Atlantic*, setembro de 2018. Sobre o estado atual: Peter Schulte et al., "The Chicxulub Asteroid Impact and Mass Extinction at the Cretaceous-Paleogene Boundary", *Science* 327 (2010), p. 1214–1218; Pincelli M. Hull et al.,

"On Impact and Volcanism across the Cretaceous-Paleogene Boundary", *Science* 367 (2020), p. 266–272. Sobre a simultaneidade de impacto e extinção (dentro de 32.000 anos): Paul R. Renne et al., "Time Scales of Critical Events Around the Cretaceous-Paleogene Boundary", *Science* 339 (2013), p. 684–687, doi:10.1126/science.1230492; os autores consideram possível que o impacto tenha atingido ecossistemas que já estavam sob pressão. O cálculo de modelo sobre o vulcanismo: Alexander A. Cox, C. Brenhin Keller, "A Bayesian Inversion for Emissions and Export Productivity across the End-Cretaceous Boundary", *Science* 381 (2023), n. 6665, p. 1446–1451, doi:10.1126/science.adh3875.

Sobre as consequências profissionais segundo Bosker (2018): o geólogo Dewey McLean acusou o principal defensor da tese do impacto de ter sabotado sua promoção junto à direção da universidade, o que este negou; o geofísico Charles Officer lamentou que a *Science* tivesse impresso, ao longo de doze anos, 45 contribuições a favor da tese do impacto e apenas quatro sobre outras hipóteses, o que a redação rejeitou como favorecimento. McLean foi mais tarde promovido; Officer retirou-se em 1994 da pesquisa sobre a extinção. Ambos os lados invocaram aí a frase de Planck de que novas ideias se impõem quando seus adversários morrem (Courtillot pelo vulcanismo, Smit pelo impacto; cf. capítulo 15.3). A contribuição de Schulte et al. (2010), assinada por 41 autores, foi contestada por dezenas de especialistas em cartas à *Science*; Bosker: "Science is not done by vote." O artigo foi conferido com o texto da versão de arquivo.

A réplica encomendada. A declaração pública de 4 de outubro de 2020 é conhecida como *Great Barrington Declaration*. A mensagem interna do diretor dos National Institutes of Health de 8 de outubro de 2020 ("three fringe epidemiologists", "a quick and devastating published take down of its premises") foi publicada em dezembro de 2021 após um pedido de acesso à informação.

Dúvida encomendada. Sobre a indústria do tabaco, ver as evidências do capítulo 18. Sobre o clima: Naomi Oreskes, Erik M. Conway, *Merchants of Doubt*, Nova York 2010. Como o clima reage a outros gases de efeito estufa e com que incerteza, o IPCC o indica em cada relatório de avaliação como faixa de variação.

Iraque. *The Report of the Iraq Inquiry*, Londres 2016, Executive Summary (relatório de inquérito sob a presidência de John Chilcot).

Direção da imprensa na RDA. As instruções vinham do Departamento de Agitação do Comitê Central do SED; livros precisavam da licença de impressão da Administração Principal de Editoras e Comércio de Livros no Ministério da Cultura.

Guerra cognitiva. Sobre a doutrina chinesa: os regulamentos para o trabalho político do Exército Popular de Libertação, revistos em 2003, com as "três guerras" (guerra da opinião pública, psicológica, jurídica); uma exposição dá Stefan Halper

(org.), *China: The Three Warfares*, estudo para o Office of Net Assessment do Departamento de Defesa dos EUA, 2013. Sobre a doutrina russa: a Doutrina de Segurança da Informação da Federação Russa de 5 de dezembro de 2016.

Sobre o conceito ocidental: François du Cluzel, *Cognitive Warfare*, NATO Innovation Hub, Norfolk, janeiro de 2021 (estudo de junho a novembro de 2020, financiado pelo Allied Command Transformation; segundo suas próprias palavras, não reflete a posição do ACT nem dos Estados-membros); "The Human Domain of Operations refers to the whole human environment, whether friend of foe" (p. 29; "of" assim no original); "Any user of modern information technologies is a potential target" (p. 6); Bernard Claverie et al. (org.), *Cognitive Warfare: The Future of Cognitive Dominance*, anais do primeiro encontro científico da OTAN sobre guerra cognitiva (Bordeaux, junho de 2021), NATO Collaboration Support Office 2022, nele Eric Autellet, "Cognitive Warfare — Contribution of the French Armed Forces Deputy Chief of Defence" (DE: „Cognitive Warfare - Contribution of the French Armed Forces Deputy Chief of Defence"), cap. 1, p. 1-1 s., sobre a penetração nas mentes do adversário e a proteção das próprias, p. 1-2 (primeira versão francesa: *Cognitive Warfare: La guerre cognitique*, NATO-CSO, outubro de 2021, cap. 3). A contribuição sobre a pandemia: Dale F. Reding, Bryan Wells, "Cognitive Warfare: NATO, COVID-19 and the Impact of Emerging and Disruptive Technologies", in: Ritu Gill, Rebecca Goolsby (org.), *COVID-19 Disinformation: A Multi-National, Whole of Society Perspective*, Cham: Springer 2022, p. 25–46, esp. p. 26 e 43 (páginas segundo Tögel, *Kognitive Kriegsführung*, cap. I).

Uma coletânea e interpretação crítica desses textos: Jonas Tögel, *Kognitive Kriegsführung. Neueste Manipulationstechniken als Waffengattung der NATO*, Berlim: Westend 2023, ISBN 978-3-86489-422-0, cap. I (seção "Eine Veröffentlichung zu COVID-19 und dem Cognitive Warfare aus dem Jahr 2022") e cap. VI (seção "Wer steht im Visier des Cognitive Warfare?"). A leitura de que o conceito se dirige sistematicamente também contra a própria população é interpretação de Tögel.

Resiliência. O compromisso dos Estados aliados: *Strengthened Resilience Commitment*, cúpula da OTAN em Bruxelas, 14 de junho de 2021, pontos 4–7 ("Resilience is a national responsibility and a collective commitment", pt. 4; "The COVID-19 pandemic has severely tested our nations and our resilience", pt. 6; "hostile information activities, including disinformation", pt. 7).

Países Baixos. Reportagem no *NRC Handelsblad*, 15 de novembro de 2020, sobre o Land Information Manoeuvre Centre do exército; carta da ministra da Defesa à Segunda Câmara de 29 de novembro de 2020 (suspensão provisória, exame pelo encarregado de proteção de dados do ministério).

Alemanha. O estado-maior de crise do governo federal para o enfrentamento da pandemia de Covid na Chancelaria Federal foi chefiado, a partir de dezembro de 2021, pelo general de divisão Carsten Breuer.

Plataformas. Sobre notícias falsas de Estados estrangeiros na pandemia: Serviço Europeu de Ação Externa, *EEAS Special Report: Short Assessment of Narratives and Disinformation around the COVID-19 Pandemic*, abril de 2020, e os relatórios seguintes. A regra de remover publicações segundo as quais o vírus seria "man-made or manufactured" foi introduzida pelo Facebook em 8 de fevereiro de 2021 e retirada em 26 de maio de 2021, "in light of ongoing investigations into the origin of COVID-19". Autos judiciais a respeito: *Missouri v. Biden*, Tribunal Distrital federal do Western District of Louisiana, decisão de 4 de julho de 2023; a Suprema Corte rejeitou a ação em 2024 por razões processuais (*Murthy v. Missouri*). Os documentos internos do Twitter foram publicados a partir de dezembro de 2022 como "Twitter Files". A carta do chefe da Meta à Comissão de Justiça da Câmara dos Representantes dos EUA é de 26 de agosto de 2024.

O documento do Ministério do Interior. "Wie wir COVID-19 unter Kontrolle bekommen" , Bundesministerium des Innern, março de 2020, classificado "VS — Nur für den Dienstgebrauch", seção 4a "Worst case verdeutlichen!" (p. 13); encaminhado à Comissão do Interior do Bundestag em 8 de abril de 2020, tornado depois público por pedidos com base na Lei de Liberdade de Informação (FragDenStaat). Segundo a resposta do governo federal (Bundestag, hib 441/2021), cientistas de diversas áreas o escreveram por sugestão do ministério, pro bono e sob responsabilidade própria. O círculo e a gênese do documento são descritos por um de seus membros: Heinz Bude, "Aus dem Maschinenraum der Beratung in Zeiten der Pandemie" , *Soziologie* 51 (2022), caderno 3, p. 245–255: fundação do círculo pelo secretário de Estado Markus Kerber e Hanna Katharina Müller, chefe de divisão "Politische Ordnungen und hybride Bedrohungen" (p. 246 s.); "Prägung rhetorischer Formeln" (p. 247); o que se sabia e não se sabia (p. 247 s.); Bérgamo, "starker Rechtfertigungen", Gramsci, "Flatten the Curve" e "Hammer and Dance" (p. 249); teleconferências, participantes, nenhuma ata, entrega dos documentos e da correspondência de e-mail pelo RKI (nota 3), cenários em vez de previsões (p. 250); um milhão de mortos no pior caso de não fazer nada, dez dias de assessoria, envio no fim de março de 2020 ao gabinete da Covid (p. 251). A declaração posterior sobre a "Folgebereitschaft" (disposição de obediência): debate "Gesellschaft im Ausnahmezustand — Was lernen wir aus der Coronakrise?" com Heinz Bude, Alexander Bogner e Klaus Kraemer, Universidade de Graz, 24 de janeiro de 2024, gravação no YouTube (publicada em 27 de fevereiro de 2024, https://www.youtube.com/watch?v=5j5WHi67-go); noticiada, entre outros, no *Apollo News*, 21 de março de 2024.

Órgão consultivo britânico. SPI-B, *Options for increasing adherence to social distancing measures*, 22 de março de 2020 ("The perceived level of personal threat needs to be increased among those who are complacent, using hard-hitting emotional messaging").

União Europeia. Lei de Serviços Digitais (Regulamento (UE) 2022/2065), art. 22 (sinalizadores de confiança).

Sobre o capítulo 18

O documento da indústria do tabaco: Brown & Williamson, "Smoking and Health Proposal", 1969 ("Doubt is our product since it is the best means of competing with the 'body of fact' that exists in the mind of the general public").

> DE: „Doubt is our product since it is the best means of competing with the ‚body of fact' that exists in the mind of the general public"

Sobre o capítulo 19

Culturas regionais dos Estados Unidos. Colin Woodard, *American Nations. A History of the Eleven Rival Regional Cultures of North America*, Nova York 2011; divisões mais antigas chegam a números semelhantes.

O depoimento das incubadoras. A audiência perante o Congressional Human Rights Caucus ocorreu em 10 de outubro de 1990. Que a testemunha era filha do embaixador do Kuwait e que a agência Hill & Knowlton havia preparado a aparição por encomenda da organização Citizens for a Free Kuwait foi tornado público por John R. MacArthur: "Remember Nayirah, Witness for Kuwait?", *The New York Times*, 6 de janeiro de 1992; detalhadamente em id., *Second Front. Censorship and Propaganda in the Gulf War*, Nova York 1992.

IPCC. As indicações graduadas sobre evidências e concordância: Michael D. Mastrandrea et al., *Guidance Note for Lead Authors of the IPCC Fifth Assessment Report on Consistent Treatment of Uncertainties*, IPCC 2010.

Sobre o Anexo A: ceticismo pirrônico

Sexto Empírico é citado segundo os *Esboços pirrônicos* (grego *Pyrrhoneioi hypotyposeis*) por livro e seção; em alemão por Malte Hossenfelder, Frankfurt am Main 1968.

Ceticismo, igual força, suspensão, tranquilidade. O cético como investigador que continua a buscar: I 3 e 7. A determinação do ceticismo como capacidade de contrapor o que aparece ao que é pensado: I 8; a igual força: I 10; o princípio de que a todo discurso se opõe um de igual força: I 12; as fórmulas céticas incluem a si mesmas: I 14 s. O pintor Apeles e a tranquilidade que segue a suspensão como uma sombra: I 28 s.

Viver segundo o que aparece. O que aparece como régua e a quádrupla conduta de vida (orientação da natureza, constrição das sensações, transmissão de leis e costumes, instrução nas artes): I 21–24.

Os cinco tropos. I 164–169, sua aplicação I 170–177. Agripa como autor menciona-o Diógenes Laércio, *Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres* IX 88; a viagem de Pirro com Alexandre: ibid. IX 61.

Hegel. "Verhältnis des Skeptizismus zur Philosophie" (1802), Gesammelte Werke vol. 4, p. 218 s.; Theorie-Werkausgabe vol. 2, p. 245: os cinco tropos seriam as armas mais adequadas "contra o dogmatismo das finitudes, mas […] totalmente inúteis contra a filosofia" (DE: „gegen den Dogmatismus der Endlichkeiten, aber […] völlig unbrauchbar gegen die Philosophie"); a essência do dogmatismo consistiria "em pôr um finito […] como o absoluto" (DE: „daß er ein Endliches […] als das Absolute setzt").

Sobre o Anexo A: Kant

Kant é citado segundo a *Crítica da razão pura* (A e B para a primeira e a segunda edições, 1781 e 1787) e os *Prolegômenos a toda metafísica futura* (1783).

Verdade↑ e critério. A definição nominal "concedida e pressuposta", nenhum critério geral para qualquer conteúdo, apenas um formal, que como "conditio sine qua non" vale só negativamente: A 58–60/B 82–84.

Fenômeno e limite. Sonho e verdade distinguem-se pela ligação das representações segundo regras: *Prolegômenos* § 13, observação III. O noumenon como conceito-limite e a intuição não sensível, que só se pode pensar: B 307–311. Limite e barreira: *Prolegômenos* §§ 57 e 59.

O dado. Hegel rejeita a vinculação kantiana do conceito à intuição na *Ciência da lógica*, doutrina do conceito, "Do conceito em geral" (DE: „Vom Begriff im

allgemeinen“) (Theorie-Werkausgabe vol. 6, p. 260 s.); que a filosofia “deve o seu desenvolvimento às ciências empíricas” (DE: „ihre Entwicklung den empirischen Wissenschaften verdankt“): *Enciclopédia* § 12, observação.

Antinomias e o exemplo do bastão. A primeira antinomia (início do mundo no tempo): A 426 s./B 454 s.; sua resolução: A 497–507/B 525–535, nela o exemplo do corpo que “cheira bem” ou “não cheira bem”, A 503/B 531. Que a resolução de Kant fixa a contradição na determinidade do objeto pressuposto e Hegel transfere essa descoberta dos juízos para as determinações: Michael Wolff, *Der Begriff des Widerspruchs. Eine Studie zur Dialektik Kants und Hegels*, Königstein 1981; 3ª edição revista, Berlim 2017, p. 59–62 e 226 s. Antinomias “em todos os objetos”: Hegel, *Enciclopédia* § 48, observação.

Necessidade. Necessidade e universalidade estrita como marcas de um conhecimento a priori: B 3 s.; o argumento para isso, a dedução transcendental das categorias: B 116–169.

Sobre o Apêndice A: Heinrichs

Heinrichs é citado segundo *Sprache*, vol. 3: *Die Handlungsdimension. Psychologik der Sprechakte und Dialoganalyse (Pragmatik)*, Varna/München: Steno 2008, a versão inteiramente revista da parte pragmática de sua *Sprachtheorie* (*Reflexionstheoretische Semiotik*, parte 2, Bonn: Bouvier 1981; nela um excurso sobre verdade, p. 262–275). Uma versão abreviada da parte final está em *Dialogik. Kann denn Liebe logisch sein?*, Baden-Baden: Academia 2020, capítulo 9, p. 169–193. Os três livros estão disponíveis desde 2025 no âmbito da série “Gesammelte Werke” da Reflexivity Press, Lisboa, *Sprache*, vol. 3, e *Dialogik* como reimpressões em PDF de paginação idêntica (vol. 27 e 45), a *Sprachtheorie* como nova composição com a paginação do original no texto (vol. 6).

Lugar e determinação da verdade. Verdade↑ somente na posição pragmática; verdade como conjunto das normas implícitas do agir linguístico: p. 299.

Os quatro lados. Coisa: p. 304–308; veracidade: p. 308–310; responsabilidade: p. 311–314, nela o doente terminal p. 311 s. e a comunicação destrutiva p. 313; coerência: p. 314–319, nela a frase de Hegel sobre o todo p. 317.

Nenhum lado como medida dos demais. P. 320 s., nela os facta bruta p. 321; o consenso, que não pode produzir a verdade: p. 317; ideologia como inverdade prática: p. 322; a incondicionalidade realizada de modo condicionado: p. 322–324.

Versões anteriores. Segundo a própria indicação de Heinrichs, primeiro tripartida em "Theorie welcher Praxis?" (escrito em 1973/74, impresso em 1975 em: Ludwig Bertsch (org.), *Theologie zwischen Theorie und Praxis*, Frankfurt am Main 1975, p. 62 s.), quadripartida em sua preleção sobre filosofia social, Frankfurt am Main 1975 (p. 299, nota; *Dialogik*, p. 172, nota 5). Lorenz B. Puntel defendeu em seu artigo "Wahrheit" (*Handbuch philosophischer Grundbegriffe*, München 1974) um "integraler Wahrheitsbegriff", segundo indicação de Heinrichs com uso do manuscrito de "Theorie welcher Praxis?" (ibid.).

Contemporâneos e predecessores. Jürgen Habermas, "Wahrheitstheorien", in: *Wirklichkeit und Reflexion. Walter Schulz zum 60. Geburtstag*, Pfullingen 1973. A frase de Hegel "Das Wahre ist das Ganze": Prefácio à *Phänomenologie des Geistes* (1807), ver Apêndice B4.

GLOSSÁRIO

Indicações para o uso

Este glossário não se destina a ser lido de antemão. Os conceitos são desenvolvidos no livro, e quem os consulta aqui primeiro recebe uma determinação sem o caminho que leva até ela.

Ele foi pensado para três casos: quando uma palavra aparece num sentido que se afasta do corrente; quando alguém não lê em sequência e por isso perdeu uma introdução; e quando alguém quer verificar se uma expressão é usada no livro de modo uniforme.

As indicações de capítulo remetem ao ponto em que um conceito é desenvolvido — não a cada menção.

"Não se quer dizer" aparece onde é preciso afastar uma leitura que se oferece com facilidade.

Ver também nomeia verbetes afins deste glossário e, onde um conceito é retomado num dos livros vizinhos, o verbete correspondente ali.

Tipo indica a origem do termo: *Nossa metodologia* para distinções que este livro e seus vizinhos estabelecem especificamente; *Filosófico em geral* para expressões consagradas pela tradição e aqui usadas num sentido determinado.

Autorreferência

Tipo: Geral-filosófico

Explicação: A propriedade da pergunta pela verdade de se referir a si mesma: quem pergunta o que é a verdade quer uma resposta verdadeira. A pergunta pressupõe aquilo por que pergunta.

O que daí se segue: A busca da verdade não pode ser fundamentada de fora. Ela é o solo sobre o qual toda fundamentação se apoia — também a fundamentação de que ela não existe.

Desenvolvida em: Capítulos 1, 2

Ver também: Performativo, Trilema de Münchhausen

Calibração

Tipo: Nossa metodologia

Explicação: O ajuste do próprio juízo àquilo que de fato se dá — como a aferição de um instrumento de medição por um padrão. Refere-se em especial à estimativa de frequências, pesos e relações: Quão difundido é algo? Quanto pesa? Como se situa em comparação?

Por que isso é um conceito próprio: Afirmações isoladas podem todas proceder e, ainda assim, falsear o quadro de conjunto. Quem ouve apenas frases verdadeiras sobre exceções não tem conhecimento falso, mas tem um quadro falso. Omissões são aí inevitáveis, pois nenhum mapa contém o país inteiro; difícil é dar peso ao que é mostrado, e o omitido não se vê (Capítulo 19.1).

Dois níveis: No primeiro, checam-se as afirmações isoladas e suas fontes; no segundo, a distribuição: o que é selecionado, o que falta, como se desloca a própria medida do normal (Capítulos 19.4, 19.5).

Calibração própria significa: segundo padrões próprios, refinados pela experiência, em vez de deixar que uma instância filtre por si (Capítulo 19.6). Isso não exclui a divisão do trabalho de checar, mas exclui uma confiança cujos fundamentos já não se podem indicar (Capítulo 19.4).

Desenvolvida em: Capítulo 19; em detalhe em *Calibração* (2026)

Ver também: Perspectiva, Resistência, Certeza, Economia de checagem

Certeza

Tipo: Geral-filosófico

Explicação: O grau em que alguém se fia em algo — no melhor caso, o grau que os fundamentos merecem. A certeza é, de início, um constatação sobre a pessoa, não sobre a coisa — a calibração faz os dois coincidirem.

Não se trata de: verdade. Pode-se estar certo e enganado, e pode-se duvidar e ter razão.

Grau e tipo: A certeza tem graus, que se podem escalonar, e tipos, que dizem como ela é checada: por recálculo, por caminhos independentes até o mesmo constatação, pela experiência com alguém, pelo próprio realização em ato. Uma escala põe os tipos lado a lado como se fossem um só.

Desenvolvida em: Capítulos 2, 19.4

Ver também: Conhecimento, Verdade

Coerência

Tipo: Geral-filosófico

Explicação: A conexão de uma convicção com tudo o mais que alguém tem por verdadeiro. A coerência é violada onde algo não se encaixa, onde resta uma lacuna ou onde duas frases se excluem mutuamente.

Não se trata de: mera ausência de contradição. Um sistema pode ser livre de contradição e vazio. A coerência exige que as partes se sustentem umas às outras, não apenas que não se perturbem.

Relação com a correspondência: Ambas são lados do mesmo checar, assim que se deixa de pensá-las como comparação entre um dentro e um fora. No sentido amplo, como ajuste conjunto com tudo o que vem ao encontro, também com o que se impõe, a coerência inclui a correspondência, cuja checagem é seu caso mais exigente (Capítulo 10.4). No sentido estrito, como ajuste conjunto dos pensamentos entre si, ela não basta: também um sistema delirante pode ser coerente em si.

Desenvolvida em: Capítulos 8, 10

Ver também: Correspondência, Resistência, Integração

Completude viva

Tipo: Nossa metodologia

Explicação: Algo é inteiro não porque nada lhe falta, mas porque suas partes se pertencem: cada uma remete às outras, determina-se por elas e se desenvolve com elas. Nada de essencial falta para a compreensão do conjunto, mas nem tudo o que é possível precisa ser mencionado.

O contrário: a completude mecânica. Ela coleta, soma e dá baixa: seus itens estão lado a lado sem relação, e cada um poderia ser omitido ou substituído sem que o todo mudasse. Falta-lhe o laço.

Não se trata de: que regras, listas ou procedimentos estritos fossem, como tais, mortos. Mecânica torna-se uma ordem cujas partes são cumpridas sem relação entre si e sem a pergunta pelo para quê.

Desenvolvida em: Capítulos 6, 20.1

Ver também: Integração, Coerência, Interpretação

Comprovação

Tipo: Geral-filosófico

Explicação: O processo em que uma suposição se mostra sustentável no uso posterior — ou não. A comprovação não é um teste único, mas continua: o que se comprovou pode mais tarde revelar-se insuficiente.

Não se trata de: demonstração. Uma suposição comprovada não está demonstrada, mas apenas não fracassou até agora.

Tampouco se trata de: funcionar. Um engano pode funcionar por algum tempo, um consolo pode ajudar, uma ideologia pode ordenar uma sociedade de modo eficaz; está comprovado o que resiste à checagem crescente.

Relação com a verdade: Verdadeiro é o que resiste à checagem crescente (Capítulo 10.5). O que se comprovou até agora vale como verdade conhecida, enquanto resistir.

Desenvolvida em: Capítulos 4, 10.5, 12.3

Ver também: Pré-juízo, Resistência

Conhecer

Tipo: Geral-filosófico

Explicação: A atividade pela qual se torna acessível algo que antes não o era. Conhecer é um processo; tem um início, estágios intermediários e nenhuma conclusão garantida.

Relação com a verdade: A verdade é o processo em que o conhecer reúne tudo o que lhe vem ao encontro, também o que resiste, num todo articulado (Capítulos 10, 20.2). O que com isso se alcança em cada momento é verdade conhecida: inteira, não pela metade, mas não a última palavra.

Desenvolvido em: ao longo de todo o livro; expressamente nos Capítulos 3 e 10

Ver também: Verdade, Processo da verdade, Conhecimento, Comprovação

Conhecimento

Tipo: Geral-filosófico

Explicação: Verdade conhecida que se deixa justificar — por fundamentos que se podem indicar ou por uma precisão que se comprovou ao longo de muitos casos.

Duas formas: O conhecimento explícito pode prestar contas. O conhecimento interiorizado do experiente muitas vezes não pode e, no entanto, é mais que conjecturar, porque se comprovou (Capítulo 9.1).

Não se trata de: uma conjectura correta que acerta por acaso.

Desenvolvido em: Capítulo 9.1

Ver também: Conhecer, Certeza, Verdade

Consistência performativa

Tipo: Nossa metodologia

Explicação: A concordância entre o que um texto diz e o que ele faz. Um texto sobre a busca da verdade é performativamente consistente quando aplica seus princípios a si mesmo: quando fundamenta o que exige, acolhe objeções, permanece aberto à revisão e se deixa medir por seus próprios testes.

O contrário: a contradição performativa, em que o realização em ato desmente o que o conteúdo diz.

Desenvolvida em: Capítulo 21

Ver também: Performativo, Autorreferência, Completude viva

Contradição

Tipo: Geral-filosófico

Explicação: O caso em que duas determinações se excluem mutuamente e ambas são reivindicadas. Uma contradição não é um erro de pensamento, mas um constatação: indica que a ordem até então não basta.

O que daí se segue: Contradições não devem ser evitadas, mas trabalhadas. Quem as elimina riscando um dos lados perdeu a informação que havia nelas.

Não se trata de: que duas afirmações que se excluem mutuamente pudessem ser verdadeiras ao mesmo tempo. Justamente porque não podem, a contradição é um constatação: mostra que a ordem não basta neste ponto (Capítulos 2, 7).

Como se dissolve: pela suprassunção. Busca-se o princípio superior que explica ambos os lados: ambas as observações permanecem válidas, a contradição como problema se dissolve, a compreensão aumenta, como no caso do bastão na água e da refração da luz (Capítulo 7).

Desenvolvida em: Capítulos 7, 10.10

Ver também: Suprassunção, Resistência

Correspondência

Tipo: Geral-filosófico

Explicação: O concordância de uma afirmação com aquilo sobre o que ela fala. O conceito de verdade mais antigo da filosofia e, no uso cotidiano, evidente.

O problema clássico: Para checar o concordância, seria preciso conhecer a coisa independentemente da afirmação — e para isso seriam necessárias, de novo, afirmações.

A dissolução: O que resiste a uma ordem e o que a ela resiste mostra-se na mesma experiência em que se ordena. Não é preciso nenhuma comparação de fora.

A relação com a coerência: O que não corresponde tampouco é coerente no sentido amplo (Capítulo 10.4) — uma representação contra a qual a experiência esbarra já não combina com o restante. No sentido estrito, como mero ajuste conjunto dos pensamentos entre si, também um engano pode ser coerente. A checagem de correspondência não é, por isso, um segundo procedimento, mas o caso mais exigente da checagem de coerência: aquele em que o resistente não se deixa eliminar repensando.

Desenvolvida em: Capítulo 10.4

Ver também: Coerência, Resistência

Economia de checagem

Tipo: Nossa metodologia

Explicação: A decisão sobre o que merece uma checagem. Checar custa tempo e atenção: quem checa tudo não tem nada de sobra para o importante. Três grandezas determinam o esforço: o que está em jogo, a taxa de base — com que frequência afirmações desse tipo se comprovaram até agora — e o histórico da fonte. A isso se soma a divisão do trabalho: ninguém checa sozinho.

O limite: A economia de checagem distribui atenção, não verdade. Uma taxa de base baixa justifica exigências de evidência mais estritas, mas não refuta nada. Sobre verdadeiro e falso só decide a própria checagem.

Como se reconhece um filtro enviesado: pela assimetria. Ele deixa passar o conveniente e checa apenas o inconveniente; seu limite corre onde corre o do próprio campo. A mesma prova vale para quem diverge: que uma opinião predomine a torna tão pouco verdadeira quanto o fato de divergir.

Desenvolvida em: Capítulo 19.4; sobre a pergunta se algo merece checagem, Capítulo 18.4

Ver também: Calibração, Certeza, Pensamento de campos

Experimento

Tipo: Nossa metodologia

Explicação: Os pontos marcados em que o leitor mesmo pode checar se procede o que se afirma. A maioria é demonstração, não ilustração. Alguns apenas agudizam uma pergunta ou trazem algo à luz.

Tipos que mostram coisas diferentes. Um *experimento de observação* tem um constatação em aberto — se ele diverge em leitores suficientes, a descrição está errada. Um *teste performativo* não tem constatação em aberto: o contrário não se pode realizar. Um *experimento mental* não se pode executar, apenas pensar até o fim, e agudiza uma pergunta em vez de comprovar algo. Uma *autoexploração* traz à luz o que o indivíduo traz consigo; um constatação divergente não é objeção, mas seu objeto. Uma *aplicação* checa uma ferramenta desenvolvida num caso; seu constatação é controverso como qualquer questão de fundo. Um *teste-limite* checa a própria ferramenta e descobre onde ela deixa de sustentar.

De que depende a diferença: Uma objeção só atinge quando é o tipo certo de objeção para o tipo em questão.

Desenvolvido em: Capítulos 1, 2, 4, 9, 19.5 (cada um na primeira ocorrência de um tipo)

Ver também: Performativo, Autorreferência

Falsificação do fundamento

Tipo: Nossa metodologia

Explicação: O abuso do próprio método performativo. A falsificação começa como o genuíno, com algo que realmente está ali — o impulso de checar, um mal-estar, a ânsia de sentido —, e conduz passo a passo a um resultado que

estava determinado desde o início. No fim, a vivência do interpelado é declarada demonstração.

Como reconhecê-la: Não no primeiro passo, que se assemelha ao genuíno, mas nos seguintes. Os testes perguntam: A checagem pode terminar de outro modo? São oferecidas contra-checagens? Sobra tempo? A vivência é tratada como indício ou como demonstração? Quem a interpreta? E o processo torna a pessoa mais autônoma ou mais dependente?

Não se trata de: a irrefutabilidade do próprio checar. Ela está à vista e convida à contra-checagem. A falsificação precisa do esconderijo.

Desenvolvida em: Capítulo 18

Ver também: Imunização, Inversão, Performativo

Formas de verdade

Tipo: Nossa metodologia

Explicação: Os diversos modos em que um juízo se comprova verdadeiro — empírico, existencial, cultural, artístico. Distinguem-se naquilo em que se comprovam. O conceito de verdade permanece, com isso, o mesmo (ver Anexo A, Pluralismo alético).

O erro de categoria: Quem mede uma forma pelo padrão de outra erra ambas. “A Terra é nossa mãe” (DE: „Die Erde ist unsere Mutter“) é sustentável como abertura metafórica e falso como afirmação biológica.

Não se trata de: que algo seja verdadeiro porque ajuda. Também verdades existenciais e culturais precisam resistir às experiências que falam contra elas.

Desenvolvidas em: Capítulo 12

Ver também: Comprovação, Interpretação

Imunização

Tipo: Geral-filosófico

Explicação: Uma convicção é construída ou defendida de tal modo que nenhum constatação possível possa atingi-la: o contraexemplo é declarado exceção, a crítica é reinterpretada como confirmação, o crítico é atacado em vez de sua objeção. O pré-juízo que assim se blinda contra a experiência torna-se preconceito.

Como reconhecê-la: Pela pergunta sobre o que convenceria do contrário. Se a resposta é "nada", trata-se de um dogma.

Não se trata de: a irrefutabilidade do próprio checar. Quem nega que checa, checa ao negar. Mas essa estrutura está à vista: qualquer um pode fazer a contra-checagem. A imunização esconde sua irrefutabilidade e proíbe a contra-checagem.

Desenvolvida em: Capítulos 4, 17.4, 18.3, 21.2

Ver também: Pré-juízo, Inversão, Falsificação do fundamento

Integração

Tipo: Nossa metodologia

Explicação: Reunir perspectivas ou constatações diversos num contexto em que cada um tem seu lugar. A integração é mais que coletar: precisa mostrar-se como as partes se pertencem.

Não se trata de: cálculo de média. Quem faz de duas posições uma posição intermediária toma metade de cada uma e não mostra como elas se pertencem.

Desenvolvida em: Capítulos 5, 8

Ver também: Princípio do elefante, Suprassunção, Coerência

Interpretação

Tipo: Geral-filosófico

Explicação: Compreender aquilo que os seres humanos produziram — textos, imagens, leis, ferramentas, ações. Acontece continuamente e quase sem se notar, ao ler uma frase como ao decifrar um sorriso. O que distingue os produtos do

espírito dos produtos da natureza é o fim consciente. Por isso a interpretação pergunta, no texto, pela intenção, no órgão, pela função, no mero processo natural, pela causa.

As dimensões: Como o que foi produzido surge de um fim, a interpretação reconstrói sua gênese: o material, o autor, os meios e procedimentos, o fim e o efeito. Na grande obra acrescenta-se a abertura de mundo: ela dá forma a uma experiência que diz respeito a muitos.

Tipo de texto e verdade: Como os textos são feitos para fins diversos, checa-se neles coisas diversas: no relato, se ele acerta; na lei, se cumpre seu fim e concorda com as demais; na carta, a veracidade; no poema, se é verdadeiro no outro sentido em que se fala de um amigo verdadeiro: se é o que deve ser. Verdadeiros ou falsos no sentido do juízo são aqui os juízos sobre o texto (Capítulo 13.3).

Não se trata de: uma lista a ser cumprida. Cada dimensão se mostra no ponto cego que surge quando ela falta, e o fim da obra decide qual delas tem maior peso.

Desenvolvida em: Capítulo 13

Ver também: Formas de verdade, Perspectiva, Completude viva

Inversão

Tipo: Nossa metodologia

Explicação: Um princípio converte-se em seu contrário, enquanto sua forma permanece a mesma. Quem usa o princípio do elefante para atribuir a cada posição um grãozinho de verdade e assim dissolver a distinção entre verdadeiro e falso, o inverteu.

Como acontece: Uma força é absolutizada — o ceticismo vira cinismo, a busca de conexão vira esquema, a empatia vira uma compaixão que substitui a checagem, a abertura vira arbitrariedade. O perigo é o reverso daquilo que torna a força forte. Contra isso ajuda a autoaplicação.

Por que isso é um tema próprio: Os princípios deste livro são todos passíveis de abuso, e o abuso é difícil de distinguir de fora. Ele se mostra no resultado, não na forma. Mais difícil de reconhecer é onde, em nome da verdade, o checar é

impedido, muitas vezes por pessoas que julgam defender a verdade (Capítulo 17).

Desenvolvida em: Capítulo 17, especialmente 21.5

Ver também: Imunização, Pensamento de campos, Calibração

Mudança de paradigma

Tipo: Geral-filosófico

Explicação: A mudança em que não são suposições isoladas, mas os conceitos fundamentais de um edifício de pensamento que são substituídos. Pode conservar a velha teoria como caso-limite, como a teoria da relatividade conserva a mecânica de Newton, ou substituir inteiramente seus conceitos fundamentais para um domínio, como na passagem à mecânica quântica. Num sentido mais amplo, toda mudança desse tipo é uma suprassunção, também a ruptura: conserva os fenômenos e eleva sua compreensão a um novo nível.

A regra: Toda mudança precisa salvação dos fenômenos: precisa explicar, a longo prazo, o que o velho paradigma explicava e, além disso, o que ele não conseguia explicar. No começo pode ainda ficar atrás nisso, como o modelo solar, que de início não calculava com maior precisão.

Não se trata de: uma mudança sem fundamentos. Que paradigmas possam ser dificilmente comparáveis não torna a mudança arbitrária, pois ela segue os mesmos princípios da busca da verdade que a pesquisa ordinária.

Desenvolvida em: Capítulo 15

Ver também: Salvação dos fenômenos, Suprassunção, Comprovação

Pensamento de campos

Tipo: Nossa metodologia

Explicação: A triagem de afirmações segundo o lado de que vêm, em vez de segundo seus fundamentos. O que serve ao próprio campo é mais facilmente

acreditado, o que o prejudica é checado com mais rigor; a crítica é interpretada como ataque e o crítico é atribuído ao outro lado.

Como reconhecê-lo: Pela assimetria. O filtro enviesado não checa nada do que perturba o próprio lado e checa tudo o que o lado contrário diz.

Não se trata de: que toda tomada de partido já seria pensamento de campos. Ele começa onde a pertença substitui a checagem.

A tentação é geral: Mostra-se em todas as épocas e de todos os lados, também entre os que a censuram nos outros. Contra ela não ajuda a escolha do lado certo, mas a simetria: os mesmos padrões para o próprio lado e para o outro, aplicados primeiro ao próprio campo.

Desenvolvido em: Capítulos 17.1, 17.2, 17.5; sobre o filtro enviesado, Capítulo 19.4

Ver também: Inversão, Imunização, Pluralismo orientado

Performativo

Tipo: Geral-filosófico

Explicação: Uma conexão é dita performativa quando não é afirmada, mas mostrada no realização em ato. A prova não é então um argumento, mas aquilo que alguém faz enquanto lê ou contradiz.

Como reconhecê-lo: Há uma contradição performativa quando o conteúdo de uma afirmação contradiz aquilo que seu realização em ato pressupõe. Quem diz “estou calado” não o está.

Limite: Nem toda afirmação deste livro é comprovada de modo performativo. Onde se descrevem experiências, o constatação pode divergir.

Desenvolvido em: Capítulos 1, 2

Ver também: Autorreferência, Trilema de Münchhausen, Consistência performativa

Perspectiva

Tipo: Geral-filosófico

Explicação: O ponto de vista a partir do qual algo é apreendido, incluindo o que ele torna visível e o que torna invisível. Todo conhecimento tem uma perspectiva; não existe ver de lugar nenhum.

Não se trata de: arbitrariedade. Que toda visão tenha uma perspectiva não significa que todas as perspectivas captem o mesmo tanto.

Dois tipos: Algumas perspectivas captam partes, outras o todo a partir de um lugar; quem as confunde desvaloriza uma ou superestima outra (ver Princípio do elefante).

Desenvolvida em: Capítulo 5

Ver também: Princípio do elefante, Integração, Calibração, Pluralismo orientado

Pluralismo orientado

Tipo: Nossa metodologia

Explicação: A postura entre o dogma rígido e a relatividade arbitrária. Orientado, porque há uma direção, rumo à verdade, e nem todos os caminhos são igualmente bons; pluralismo, porque muitos caminhos podem levar ao cume e a diversidade dos que buscam juntos é uma riqueza. A direção não é indicada por determinados resultados, mas pelo modo de checar: fundamentos, reunião das perspectivas, contradições trabalhadas, checkability por outros e revisibilidade.

A autolimitação: Há posições fundamentadas e infundadas, abertas e imunizadas. Quem recusa por princípio a fundamentação exclui-se a si mesmo do processo da verdade.

Dois modos de lidar: Constatações parciais são checados quanto a seu encaixe no todo; sistemas de visão inteiros são interrogados quanto à sua parcela de verdade, sem reduzi-los a peças de construção (Capítulos 5, 20.4).

Não se trata de: um compromisso frouxo ou de uma harmonização a qualquer preço. Algumas coisas só se deixam limitar ou suportar; a integração vem depois da checagem, não em seu lugar (Capítulo 20.4).

Desenvolvido em: Capítulo 20.4

Ver também: Princípio do elefante, Perspectiva, Processo da verdade

Pré-juízo

Tipo: Filosófico em geral

Explicação: A expectativa com que alguém se aproxima de uma coisa antes de a ter examinado. Os pré-juízos são inevitáveis e, em geral, úteis: sem eles nenhuma percepção seria possível, porque nada apareceria como algo.

Não se quer dizer: preconceito no sentido pejorativo. A grafia com hífen marca a diferença: um pré-juízo precede o juízo; um preconceito o recusa.

A diferença está na corrigibilidade. Um pré-juízo muda diante da resistência; um preconceito, no sentido pejorativo, a suporta sem ceder. Qual dos dois está em causa não se mostra de antemão, mas só no trato com a resistência: mesmo um preconceito que se deixa corrigir revela-se, com isso, um pré-juízo (capítulo 4).

Desenvolvido em: Capítulos 3, 4

Ver também: Comprovação, resistência, imunização; *Pensar – Ordenar sem perder* (2025), Glossário: preconceito, *A ética – O bem que já fazemos* (2026), Glossário: Imagem do outro

Princípio do detetive

Tipo: Nossa metodologia

Explicação: A exigência de que uma explicação abrigue todos os achados, não apenas os convenientes. Um detetive que deixa de lado um indício porque ele não combina com sua suspeita não resolveu o caso.

O núcleo prático: Onde sobra algo que não se encaixa, a explicação ainda não está pronta, por mais que explique do resto. Nem todo indício pesa igual, mas nenhum pode desaparecer.

Desenvolvido em: Capítulo 8

Ver também: Princípio do elefante, Coerência

Princípio do elefante

Tipo: Nossa metodologia

Explicação: Pontos de vista diferentes captam, com frequência, aspectos parciais verdadeiros e diferentes da mesma coisa. Segundo a fábula dos cegos que tateiam um elefante e, conforme o ponto em que tocam, chegam a descrições incompatíveis — serpente, coluna, leque.

O cerne da fábula não está em que cada um tenha tateado algo correto, mas em que há um elefante. Sem ele, as descrições não seriam contraditórias, e sim sem relação entre si. É nele que se decide em que aspecto elas combinam.

Razão e sem-razão: Cada um tem razão no que tateou e não a tem a partir do momento em que toma isso pelo todo e exclui os outros. Neste sentido, o Anexo A diz das teorias da verdade que todas têm razão.

Dois tipos de pontos de vista: Alguns captam partes que só juntas formam a coisa — indícios, valores medidos, depoimentos. Outros captam o todo a partir de um lugar, como se vê uma montanha do leste ou do oeste. Quem trata sistemas de visão inteiros como partes os desvaloriza; quem trata partes como sistemas de visão inteiros transforma cada indício em verdade própria.

Não se trata de: que toda posição capte o mesmo tanto. Alguns toques acertam mais que outros, e certas descrições são simplesmente falsas.

O limite: Onde afirmações diversas não se referem ao mesmo objeto, não há nada a integrar. Onde uma afirmação é simplesmente inexata, tampouco.

Desenvolvido em: Capítulo 5; aplicado às teorias da verdade no Anexo A

Ver também: Perspectiva, Integração, Princípio do detetive, Pluralismo orientado

Processo da verdade

Tipo: Nossa metodologia

Explicação: O todo composto de buscar, encontrar e continuar buscando. Nele a verdade conhecida é obtida, checada e atualizada: toda ordem encontrada vale até que uma melhor a suprassuma, e nela é incorporada. O que o impulsiona é o que o livro desenvolve, passo a passo, como verdade: uma ordem em que uma contradição permanece aberta, em que um indício não tem lugar ou em que falta algo essencial ainda não é o todo.

Não se trata de: que a verdade seja feita a bel-prazer na troca. O que vale no processo precisa também resistir àquilo que não se curva a nenhum desejo nem a nenhuma maioria (Capítulo 10).

Como reconhecê-lo: Pela abertura para a próxima checagem. Quem exclui que o alcançado possa ainda ser melhorado paralisou o processo; quem nada deixa valer porque tudo ainda poderia ser melhorado não o iniciou.

Quem dele participa: O processo é comum. Instituições como a ciência, a imprensa livre e os tribunais independentes são suas formas (Capítulo 16.2); quem recusa por princípio a fundamentação exclui-se a si mesmo dele (Capítulo 20.4).

Desenvolvido em: Capítulos 1, 10.6, 16.2, 20.2

Ver também: Verdade, Conhecer, Comprovação, Pluralismo orientado

Resistência

Tipo: Nossa metodologia

Explicação: Aquilo que não se submete à expectativa, ao desejo ou à intervenção. A resistência é o lugar em que a realidade se faz notar no conhecer — não como um choque vindo de fora, mas como o não se ajustar daquilo que foi suposto ou querido.

Não se quer dizer: mera dureza. Que o punho bata na mesa apenas confirma o que já estava suposto. A resistência ensina onde uma suposição ou um desejo encontra algo que não cede — a pedra que é mais pesada do que parecia, ou que não se levanta porque se quer (capítulos 11.1, 11.2).

Como ela se manifesta de modos diversos: de modo palpável na pedra; como tenacidade em nós mesmos, onde o hábito e a impaciência não cedem e corrigem a imagem que se tinha de si; como surpresa nos outros seres humanos;

mais tarde, naquilo que vale entre os seres humanos. Os outros seres humanos resistem, além disso, como aqueles a quem se devem fundamentos: eles não apenas refutam, eles contradizem. E podem responder: dizer o que não está certo e corrigir a imagem que se faz deles e da coisa mesma, mesmo onde nós próprios nada teríamos notado. A resistência deles não é mais forte do que a da pedra, mas é de outra espécie: ela dá fundamentos, que por sua vez devem ser examinados. Até onde alguém pode responder conta mais do que sua presença; também a leitura é um encontro, ainda que desigual.

Igualmente não se quer dizer: que alguém não cede. Um preconceito obstinado não resiste à realidade, mas à correção — um processo diferente.

Um conceito, uma diferença de grau. Se algo não se ajusta na intervenção ou no pensamento, não são dois exames distintos — ambos se anunciam como ruptura no mesmo contexto. A diferença está na inevitabilidade: quem intervém recebe resposta, quer a coisa se ajuste ou não; no mero pensar a fundo, o que perturba se acomoda com mais facilidade — por uma hipótese auxiliar, um limite deslocado, uma exceção.

Desenvolvido em: Capítulos 8.4, 10, 11

Ver também: Coerência, correspondência, pré-juízo; *A ética – O bem que já fazemos* (2026), Glossário: Dever razões

Salvação dos fenômenos

Tipo: Geral-filosófico

Explicação: A exigência de que toda observação genuína encontre na explicação o seu lugar. A expressão provém da astronomia grega (*sozein ta phainomena*). Observações quase nunca são inteiramente falsas — falsas podem ser as interpretações, que então são rejeitadas, não integradas.

O que também pertence a isso: Salvar significa também conservar o que ainda não se deixa explicar, e até situar o engano: que alguém tenha plantado uma falsa pista é, ele próprio, um indício.

Desenvolvido em: Capítulos 8.2, 15.4

Ver também: Princípio do detetive, Mudança de paradigma, Suprassunção

Suprassunção

Tipo: Filosófico em geral

Explicação: A dissolução de uma contradição na qual o que há de legítimo em ambos os lados não desaparece, mas se conserva numa determinação mais abrangente. A palavra tem em alemão três significados — pôr fim, conservar, elevar a um nível superior —, e os três estão em jogo.

Não se quer dizer: compromisso. Num compromisso cada lado abre mão de algo; uma suprassunção mostra o que era legítimo em cada lado e o que não era, e explica como se chegou à oposição.

Como reconhecê-la: Pela pergunta de se a nova posição explica por que as antigas surgiram. Onde ela não o faz, trata-se de uma mistura.

Desenvolvido em: Capítulos 3.4, 7, 15

Ver também: A contradição, princípio do elefante; *Pensar – Ordenar sem perder* (2025), Glossário: suprassunção, *A ética – O bem que já fazemos* (2026), Glossário: Suprassunção

Trilema de Münchhausen

Tipo: Geral-filosófico

Explicação: A constatação de que toda fundamentação conduz a uma de três situações: regresso infinito, círculo ou interrupção arbitrária. Segundo o barão que se puxa pelos próprios cabelos para fora do pântano.

A resposta: O trilema pensa a fundamentação como cadeia: uma frase sustenta a outra. Sob esse pressuposto, tem razão. A busca da verdade, porém, não é uma primeira frase, mas uma realização em ato que não se pode contestar sem que a contestação a realize. E ela se comprova naquilo que se constrói sobre ela. A imagem para isso é o arco, cujas pedras se sustentam umas às outras.

Não se trata de: um círculo de frases que se pressupõem mutuamente. Tal círculo assegura apenas ajuste conjunto. O arco do Capítulo 1 não é feito de frases, mas é a autoconfirmação de uma realização em ato.

Desenvolvido em: Capítulo 1; cf. Anexo B3

Ver também: Performativo, Autorreferência

Verdade

Tipo: Geral-filosófico

Explicação: O livro não define a verdade de antemão, ele a desenvolve no realização em ato. No início está a pergunta que se pressupõe a si mesma: quem pergunta o que é a verdade quer uma resposta verdadeira, e quem nega o checar checa ao negar (Capítulo 1). Depois se mostra, passo a passo: a coisa se abre na reunião de muitas perspectivas (Capítulo 5); o que foi reunido é um todo cujas partes se determinam mutuamente, não um amontoado (Capítulo 6); contradições são suprassumidas, não descartadas (Capítulo 7); todo indício precisa encontrar seu lugar (Capítulo 8); e também aquilo que se opõe a nossos desejos pertence a esse contexto (Capítulo 10). A verdade é o processo em que tudo isso se encaixa: nem mero concordância com fatos nem pura construção de pensamento, mas o processo vivo de sua integração (Capítulo 10.10).

"O verdadeiro": o todo vivo, logicamente ordenado, em desenvolvimento (Capítulo 20.1): não uma soma de frases conhecidas, mas um contexto cujas partes se determinam mutuamente, a que nada de essencial falta e que continua a se desenvolver na busca. Sobre a origem da frase, Anexo B4.

Verdade conhecida: O que se alcançou em cada momento. Ela não é mera opinião, mas tampouco a última palavra: vale até que uma ordem melhor a suprassuma, e permanece conservada nela. Pode conter erros que só a ordem melhor revela. O insight assim alcançado é inteiro, não pela metade, mas não o último (Capítulos 20.2, 20.3).

A inversão: Uma vez encontrada uma ordem, também explicação, relato e conceito se dizem verdadeiros quando fazem o que devem, e por fim a própria coisa, quando é o que deve ser, como um amigo verdadeiro, uma cadeira que sustenta ou uma obra bem-sucedida. Essa verdade não está contra a primeira, ela decorre dela (Capítulos 12.3, 20.2). Em Hegel, este é o sentido mais profundo (Anexo B2).

Não se trata de: consenso. Que todos tenham algo por verdadeiro não o torna verdadeiro, pois o que vale precisa também resistir àquilo que não se curva a nenhum desejo nem a nenhuma maioria.

Desenvolvida em: ao longo de todo o livro; resumida nos Capítulos 20.1 e 20.2

Ver também: Processo da verdade, Conhecer, Coerência, Correspondência, Resistência